

CAMILA KOERICH BURIN

**O ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA NA REGIÃO SUL DO
BRASIL: ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS
CURSOS À LUZ DAS DIRETRIZES CURRICULARES
NACIONAIS**

Florianópolis, 2009

CAMILA KOERICH BURIN

**O ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA NA REGIÃO SUL DO
BRASIL: ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS
CURSOS À LUZ DAS DIRETRIZES CURRICULARES
NACIONAIS**

Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação, área de concentração Gestão da Informação, linha de pesquisa Profissionais da Informação, sob a orientação da Professora Doutora Miriam Figueiredo Vieira da Cunha.

Florianópolis, 2009

CAMILA KOERICH BURIN

**O ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA NA REGIÃO SUL DO
BRASIL: ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS
CURSOS À LUZ DAS DIRETRIZES CURRICULARES
NACIONAIS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina em cumprimento a requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA
EM FLORIANÓPOLIS, 16 DE ABRIL DE 2009

Profa. Ligia Café, Dra.
Coordenadora do Curso

Profa. Dra. Miriam Figueiredo Vieira da Cunha – PGCIN/UFSC (Orientadora)

Profa. Dra. Mara Eliane Fonseca Rodrigues – GCI/UFF

Profa. Dra. Elizete Vieira Vitorino – PGCIN/UFSC

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Santa Catarina.
À orientadora Miriam Vieira da Cunha, pelo acompanhamento
pontual e competente.
Aos membros da banca pela participação.

A todos os amigos, colegas e professores que
contribuíram para a realização desta pesquisa.

Em especial,

**Aos meus pais, Vera e Nereu, pelo incentivo e carinho.
Ao meu irmão, Hugo, pela sua existência.
À Rose e ao Sérgio pela palavra amiga de todas as horas.
Ao Vitor pela alegria da vida.**

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de Biblioteconomia das Instituições de Ensino Superior da Região Sul do Brasil à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Biblioteconomia. Os seus objetivos específicos foram: identificar se o perfil dos formandos definido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Biblioteconomia das IES da Região Sul do Brasil atende às recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais; verificar se as competências e habilidades mencionadas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Biblioteconomia das IES da Região Sul do Brasil atendem às recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais; comparar os perfis, as competências e as habilidades dos formandos propostas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Biblioteconomia das Instituições de Ensino Superior da Região Sul do Brasil. A pesquisa realizada foi do tipo quali-quantitativa, de caráter documental e teve como base a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2004). Foram analisados os perfis, as competências e as habilidades propostas para os egressos dos cursos de Biblioteconomia dos Estados do Paraná (Universidade Estadual de Londrina – UEL), de Santa Catarina (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC) e do Rio Grande do Sul (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Fundação Universidade Federal de Rio Grande – FURG). O estudo fundamentou-se em Delors et al. (2000) no que se refere à educação. Com relação à sociologia das profissões, teve como base as teorias de Freidson (1998) e Abbott (1988). As conclusões evidenciam que estes cursos utilizaram as recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Biblioteconomia no Brasil como referência para a elaboração de seus PPCs. Os perfis propostos pelos cursos não se limitam a estas diretrizes, apresentando outras características, tais como: pró-atividade, capacidade de atuar em diversos ambientes, capacitação para o exercício da cidadania, capacidade de comunicação e competitividade. Quanto às competências e às habilidades do egresso, os cursos da UEL, da UFSC e da FURG seguem as recomendações do acordo do Mercosul para o Ensino de Biblioteconomia, com relação às competências e habilidades desejáveis aos egressos dos cursos de Biblioteconomia pertencentes aos países membros deste Bloco. Espera-se que os resultados apresentados neste estudo possam contribuir para pesquisas que abordem esta temática e sejam incentivadores de novas análises do ensino de Biblioteconomia no Brasil.

Palavras-chave: Ensino de Biblioteconomia - Brasil. Projeto Pedagógico de Curso.

ABSTRACT

This study aimed to analyse the Educational Plans of the Librarianship courses of higher education institutions in Southern Brazil in the light of the National Curriculum Guidelines. The specific objectives were: to identify if the profile of the students defined in the Educational Projects of the Courses of Library Science of the Universities of Southern Brazil are in conformity to the recommendations of the National Curriculum Guidelines; verify if the skills and abilities mentioned in the Educational Projects of the Courses of Library Science of these Universities are in conformity to the recommendations of the National Curriculum Guidelines; to compare the profiles, skills and abilities proposed by the Educational Projects of Librarianship Courses of Southern Brazil. The research conducted was qualitative and quantitative, and was based on Bardin's content analysis technique (2004). The profiles, skills and abilities of the students proposed for graduates of courses in Library Science of the States of Paraná (Universidade Estadual de Londrina – UEL), Santa Catarina (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC and Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC) and Rio Grande do Sul (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS and Fundação Universidade Federal de Rio Grande – FURG) were analysed. The study was based on Delors et al. (2000) with regard to education. With regard to the sociology of the professions, was based on the theories of Freidson (1998) and Abbott (1988). The conclusions of the investigation state that these courses used the recommendations of the National Curriculum Guidelines for Librarianship courses in Brazil as a reference for the development of their Educational Plans. But the profiles offered by these courses are not limited to these guidelines, presenting other characteristics, such as: pro-activity, ability to work in many environments, training for the exercise of citizenship, ability to communicate and competitiveness. As the skills and abilities of graduates, the courses of the UEL, the UFSC and FURG follow the recommendations of the Mercosur Educational Agreement for Librarianship Courses, with respect to skills and abilities desirable for graduates of this area. We hope that the results presented in this research may contribute to other studies and to new analysis of Librarianship Education in Brazil.

Keywords: Librarianship Education - Brazil. Educational Course Plans.

RESUMEN

Esta investigación tuvo como objetivo general analizar los Proyectos Pedagógicos de los Cursos de Biblioteconomía de las Instituciones de Educación Superior del Sur de Brasil a la luz de las Directrices Nacionales de Programas de Enseñanza (BRASIL, 2001). Sus objetivos específicos fueron: identificar si los perfiles de los alumnos, definidos en los Proyectos Pedagógicos de los Cursos de Biblioteconomía del sur de Brasil cumplen las recomendaciones de las Directrices Nacionales de Programas de Enseñanza; comprobar si las competencias y habilidades que figuran en los Proyectos Pedagógicos de los cursos de Biblioteconomía del sur de Brasil están de acuerdo con las recomendaciones de las Directrices Nacionales de los Programas de Enseñanza; comparar los perfiles, competencias y habilidades de los alumnos propuestos en los Proyectos Pedagógicos de los Cursos de Biblioteconomía de las instituciones de educación superior del sur de Brasil. La investigación hace un análisis cualitativo y cuantitativo, de carácter documental y se basa en la técnica de análisis de contenido de Bardin (2004). Se analizaron los perfiles, competencias y capacidades propuestas para los graduados de los cursos de bibliotecología en los estados de Paraná (Universidade Estadual de Londrina - UEL) de Santa Catarina (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC Universidad y el Estado de Santa Catarina -- UDESC) y Rio Grande do Sul (Universidad Federal de Rio Grande do Sul - UFRGS y Universidad Federal de Rio Grande - FURG). El estudio se fundamentó en las teorías educativas de Delors et al. (2000). Con respecto a la sociología de las profesiones, se fundamentó en las teorías de Freidson (1998) y Abbott (1988). Las conclusiones evidencian que estos cursos utilizaran las recomendaciones de las Directrices Nacionales de Programas de Enseñanza de Brasileños. (BRASIL, 2001) como referencia para la preparación de sus planes de enseñanza. Pero, los perfiles que ofrecen los cursos no se limitan a estas directrices. Presentan otras características, como la proactividad, la capacidad de trabajar en distintos ambientes, la formación para el ejercicio de la ciudadanía, la capacidad de comunicarse y la competitividad. Como habilidades y aptitudes de los diplomados, los cursos de la UEL, la UFSC y la FURG siguen las recomendaciones del acuerdo de las Escuelas de Biblioteconomía del Mercosur (ENCUENTRO, 2000), en lo que se refiere a capacidades y habilidades deseables para los graduados. Se espera que los resultados presentados en este estudio contribuyan para futuras investigaciones y para nuevos análisis sobre la enseñanza de Biblioteconomía en Brasil.

Palabras clave: Enseñanza de la Biblioteconomía - Brasil. Proyecto pedagógico de lo curso.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Competências subjetivas e competências instrumentais	31
QUADRO 2 – Disciplinas dos currículos mínimos dos cursos de Biblioteconomia no Brasil	49
QUADRO 3 – Áreas temáticas dos cursos de Biblioteconomia do Mercosul	56
QUADRO 4 – Categorização de competências desejáveis e exequíveis a um profissional egresso de uma Universidade da área de Biblioteconomia/Ciência da Informação no Mercosul	58
QUADRO 5 – Carga horária PPC da UEL	67
QUADRO 6 – Perfil do Egresso: Comparação das Diretrizes Curriculares Nacionais com o PPC da UEL	69
QUADRO 7 – Competências gerais: Comparação das Diretrizes Curriculares Nacionais com o PPC da UEL	70
QUADRO 8 – Competências específicas: Comparação das Diretrizes Curriculares Nacionais com o PPC da UEL	71
QUADRO 9 – Competências do egresso do PPC da UEL	72
QUADRO 10 – Conteúdos curriculares por áreas do conhecimento: PPC da UEL	73
QUADRO 11 – Carga horária do PPC da UFSC	75
QUADRO 12 – Competências do egresso por perfis profissionais: PPC da UFSC	77
QUADRO 13 – Perfil do Egresso: Comparação das Diretrizes Curriculares Nacionais com o PPC da UFSC	78
QUADRO 14 – Competências gerais: Comparação das Diretrizes Curriculares Nacionais com o PPC da UFSC	79
QUADRO 15 – Competências específicas: Comparação das Diretrizes Curriculares Nacionais com o PPC da UFSC	80
QUADRO 16 – Competências do egresso: PPC da UFSC	81
QUADRO 17 – Disciplinas por áreas temáticas: PPC da UFSC	82
QUADRO 18 – Carga horária PPC da UDESC	85
QUADRO 19 – Perfil do egresso: Comparação das Diretrizes Curriculares Nacionais com o PPC da UDESC	86
QUADRO 20 - Competências gerais: Comparação das Diretrizes Curriculares Nacionais com o PPC da UDESC	87

QUADRO 21 – Competências específicas: Comparação das Diretrizes Curriculares Nacionais com o PPC da UDESC	88
QUADRO 22 – Perfil do egresso: Comparação das Diretrizes Curriculares Nacionais com o PPC da UFRGS	91
QUADRO 23 – Disciplinas obrigatórias por áreas temáticas: PPC da UFRGS	93
QUADRO 24 – Carga horária do PPC da FURG	94
QUADRO 25– Perfil do egresso: Comparação das Diretrizes Curriculares Nacionais com o PPC da FURG	96
QUADRO 26 – Competências gerais: Comparação das Diretrizes Curriculares Nacionais com o PPC da FURG	97
QUADRO 27 – Competências específicas: Comparação das Diretrizes Curriculares Nacionais com o PPC da FURG	98
QUADRO 28 – Competências do egresso PPC da FURG	99
QUADRO 29 – Disciplinas por áreas temáticas: PPC da FURG	100
QUADRO 30 – Competências do egresso: cursos da Região Sul do Brasil	104
QUADRO 31 – Competências e habilidades fundamentais ao bibliotecário na sociedade contemporânea com base na literatura analisada	105

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Competências do egresso por competências do Mercosul: PPC da UEL	73
GRÁFICO 2 – Competências do egresso por competências do Mercosul: PPC da UFSC .	81
GRÁFICO 3 – Disciplinas específicas por áreas temáticas: PPC da UFSC	83
GRÁFICO 4 – Competências do egresso por competências do Mercosul: PPC da UDESC	88
GRÁFICO 5 – Competências do egresso por competências do Mercosul: PPC da FURG .	99
GRÁFICO 6 – Disciplinas específicas por áreas temáticas: PPC da FURG	101
GRÁFICO 7 – Características do perfil do egresso dos PPCs dos cursos de Biblioteconomia da Região Sul do Brasil	102

LISTA DE SIGLAS

- ABEBD – Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação
- ABECIN – Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação
- BN – Biblioteca Nacional
- CBO – Classificação Brasileira de Ocupações
- CFB – Conselho Federal de Biblioteconomia
- FEBAB – Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
- FURG – Fundação Universidade Federal do Rio Grande
- IBBD – Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
- IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência da Informação
- IES – Instituições de Ensino Superior
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- PPC – Projeto Pedagógico de Curso
- SESu/MEC – Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura
- UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
- UEL – Universidade Estadual de Londrina
- UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	SOCIEDADE NO SÉCULO XXI	17
2.1	AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO	20
2.2	PROFISSÕES	24
2.3	PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO	26
2.3.1	O bibliotecário: perfil, competências e habilidades	28
2.3.1.1	Competências e habilidades: evolução de conceitos	29
2.3.1.2	Os perfis do bibliotecário	32
3	EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI	35
3.1	LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDB	38
4	O ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL	42
4.1	OS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA	45
4.2	A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL E AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS	50
4.3	ESTUDOS DE HARMONIZAÇÃO CURRICULAR DO MERCOSUL	54
5	METODOLOGIA	60
6	ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS	65
6.1	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – UEL	67
6.2	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC	75
6.3	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC	84
6.4	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS	89
6.5	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE RIO GRANDE – FURG	94
6.6	ANÁLISE COMPARATIVA DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSO	102
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
	REFERÊNCIAS	111

1 INTRODUÇÃO

Os avanços científicos e tecnológicos sempre foram responsáveis por transformações na sociedade. Entretanto, a diferença deste fenômeno na atualidade (2009), é a rapidez com que estas mudanças vêm ocorrendo. Estas transformações vão do caráter social ao econômico, perpassam pelas ações culturais às políticas atingindo a sociedade através da intensa utilização da informação no cotidiano das pessoas. Este é o efeito da globalização acentuada pelo grande uso das tecnologias de comunicação e informação.

Do ponto de vista econômico, novas práticas de produção, comercialização e consumo de bens e serviços, bem como novas formas de cooperação e competição entre organizações são observadas. No campo social, mudanças nas relações, na forma e no conteúdo do trabalho são visíveis. A informação adquire maior importância com implicações expressivas no perfil dos profissionais. O intelecto humano é a principal ferramenta de trabalho na atualidade uma vez que a força física, anteriormente pré-requisito para uma contratação, está sendo substituída pelas máquinas.

No século passado as indústrias eram as principais empregadoras. Na atualidade (2009), a realidade é diferente. Com a expansão do setor de serviços, nas últimas décadas do século XX, este setor agregou para si grande parte da força de trabalho. Como a informação, é o principal ativo da produção, outras técnicas e métodos de trabalho devem ser utilizados. Tal fato demanda uma capacidade do profissional de adequar-se às novas exigências do mundo do trabalho.

Estas exigências implicam um novo modelo de educação, no qual a capacidade de aprender constantemente é fundamental.

Com relação à educação, no período em que a indústria teve seu auge, havia pouca preocupação com o estudo dos trabalhadores. “[...] A economia não fazia, praticamente, nenhuma exigência à escola. O trabalho não exigia nenhuma escolaridade ou instrução.” (CARNEIRO, 2004, p.20). No século XXI, onde a capacidade de síntese e interpretação é fundamental, a maioria das ofertas de trabalho demandam mais instrução.

As competências e habilidades do trabalhador são muito importantes neste século. É necessário comprovar que ele está apto a exercer uma determinada atividade em função de suas competências e habilidades.

Os indivíduos devem saber enfrentar mudanças; ter capacidade de aproveitar o conhecimento adquirido ao longo de sua vida para lidar com diferentes situações. Segundo Morin (2005, p.16), faz-se necessário

ensinar princípios de estratégia que permitiriam enfrentar os imprevistos, o inesperado e a incerteza, e modificar seu desenvolvimento, em virtude das informações adquiridas ao longo do tempo. É preciso aprender a navegar em um oceano de incertezas em meio a arquipélagos de certeza.

Diante deste cenário, a educação no século XXI é repensada: deve preparar os indivíduos para serem autônomos, para viver e participar de uma nova realidade. Esta realidade exige um desenvolvimento cognitivo, emocional e afetivo. (DELORS et al., 2000).

Conforme afirma Delors et al. (2000, p.18), “parece impor-se, cada vez mais, o conceito de educação ao longo de toda a vida, dadas as vantagens que oferece em matéria de flexibilidade, diversidade e acessibilidade no tempo e no espaço.”. A idéia de educação permanente é vista, por estes autores “como uma construção contínua da pessoa humana, dos seus saberes e aptidões, da sua capacidade de discernir e agir.” (DELORS et al., 2000, p.18). A aprendizagem é um processo de reconstrução permanente do indivíduo. Neste sentido, ele necessita de uma “educação ao longo de toda vida” fundamentada em quatro pilares, isto é: *aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a conhecer*. (DELORS et al., 2000).

As transformações pelas quais a sociedade passa nos últimos trinta anos, afetam diretamente a forma como a educação é percebida e a maneira como é realizada.

O foco desta pesquisa é a educação superior brasileira, especificamente o ensino de Biblioteconomia na Região Sul do País. Assim, é fundamental a percepção de que a educação superior passa por transformações na atualidade.

Nesta vertente, Souza (1997) afirma que esta educação é marcada pela complexidade intelectual do pensamento e deve preparar o aluno para solucionar problemas ao ingressar na vida profissional. A sociedade necessita de pensadores que possam agir em qualquer situação, que tenham competências e habilidades

para superar dificuldades, trazendo o máximo de resultados positivos com o menor custo e tempo possíveis. De acordo com Zabalza (2004), a universidade preocupa-se em reformular suas práticas educacionais a partir das mudanças demandadas pelo mundo produtivo:

já não se exige apenas um grande cabedal de conhecimentos ou algumas competências técnicas muito especializadas: solicita-se também outras habilidades (alguém que saiba como aprender, que seja capaz de tomar decisões, que seja consciente de si mesmo, que saiba comunicar); além disso, a formação é colocada como tarefa ao longo de toda a vida. (ZABALZA, 2004, p.23).

No Brasil, as principais transformações, em termos de educação superior, aconteceram a partir da reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 com novas regras para a educação e com a criação, em 2001, das Diretrizes Curriculares Nacionais.

Há muitos documentos que abordam as transformações da educação no Brasil a partir da LDB. Entretanto, são poucos os documentos que discutem como as Instituições de Ensino Superior (IES) estão se adequando às exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais. Além disso, poucos autores discutem estas exigências em relação aos cursos de Biblioteconomia.

A partir desse panorama, surge a proposta desse estudo, motivado por interesses pessoais e profissionais. Pessoais, na medida em que se é egressa de um curso de Biblioteconomia da Região Sul (Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC), acadêmica da primeira turma do novo currículo implantado em 2001. Profissionais, por acreditar que conhecer as Diretrizes Curriculares Nacionais e sua adequação ao Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é essencial para compreender o funcionamento dos cursos de Biblioteconomia na atualidade, e para conhecer os perfis dos profissionais que pretendem formar. Além disso, entende-se que o conhecimento do ensino de Biblioteconomia brasileiro permite uma melhor compreensão da realidade da profissão na atualidade.

A relevância desta pesquisa justifica-se, ainda, porque permitirá identificar os perfis dos profissionais egressos dos cursos de Biblioteconomia dos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Pretende-se contribuir, também, dando subsídios para que sejam conhecidas as competências e habilidades que os cursos da Região Sul do Brasil pretendem desenvolver nos futuros bibliotecários e

fornecer informações relevantes sobre o tema que proporcionem idéias para futuras pesquisas.

Assim, a pergunta de pesquisa é **“Os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Biblioteconomia das Instituições de Ensino Superior, da Região Sul do Brasil, estão de acordo com as recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Biblioteconomia?”**.

Para responder a esta questão, foram definidos os seguintes objetivos:

Objetivo geral:

- Analisar os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Biblioteconomia das Instituições de Ensino Superior da Região Sul do Brasil à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais.

Objetivos específicos:

- Identificar se o perfil dos formandos definido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Biblioteconomia das IES da Região Sul do Brasil atende às recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais;

- Verificar se as competências e habilidades mencionadas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Biblioteconomia das IES da Região Sul do Brasil atendem às recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais;

- Comparar os perfis, as competências e habilidades dos formandos propostas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Biblioteconomia das Instituições de Ensino Superior da Região Sul do Brasil.

Esta dissertação está dividida em seis capítulos. O segundo capítulo aborda a sociedade do século XXI. São feitas algumas considerações sobre as mudanças no mundo do trabalho decorrentes da sociedade contemporânea e o perfil dos profissionais da informação neste contexto. No capítulo seguinte a educação no século XXI é o foco central. Inicialmente apontam-se as perspectivas educacionais para este século; em seguida, um breve histórico da LDB é apresentado. O ensino de Biblioteconomia no Brasil é o assunto do quarto capítulo, no qual é apresentada a história da educação bibliotecária brasileira. Neste capítulo os estudos de harmonização curricular dos cursos de Biblioteconomia do Mercosul são destacados. No quinto capítulo são detalhados os procedimentos metodológicos e as técnicas de coleta de dados adotados. A análise e tratamento dos dados são apresentados no sexto capítulo. Finalmente, no último capítulo são apresentadas as considerações finais e feitas algumas recomendações.

2 SOCIEDADE NO SÉCULO XXI

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação está mudando as bases da sociedade em um ritmo acelerado. Isto fica evidente se observada a história recente da humanidade onde, nos últimos trinta anos, a revolução tecnológica reduziu consideravelmente as noções de distância e de tempo. Segundo De Masi (2001), as tecnologias de informação provocam a desestruturação de espaço e de tempo, possibilitando uma rápida difusão de informações que colocam em questão diversos aspectos da sociedade (visões de mundo, cultura, modo de trabalho, entre outros). As transformações oriundas dos avanços científicos e tecnológicos impõem novos relacionamentos sociais e de trabalho, exigindo novas capacidades para enfrentar desafios jamais experimentados pelos homens.

Diversos são os teóricos que discutem questões relacionadas às transformações inerentes à sociedade contemporânea. Autores como Martin (1995), Bauman (2001), De Masi (2001), Castells (2002) e Dowbor (2002), entre outros, concordam que a informação e o conhecimento dela advindos, impulsionados pela intensa e constante evolução das tecnologias da informação, são elementos propulsores da sociedade contemporânea. Contudo, apesar de haver certo consenso dos teóricos sobre a importância da informação para esta sociedade, sua denominação ainda não é clara: sociedade pós-moderna, sociedade pós-industrial, sociedade da informação e sociedade do conhecimento são alguns dos nomes adotados.

Martin (1995) utiliza o termo “sociedade da informação”. Para este autor, a sociedade da informação é aquela em que

a qualidade de vida bem como o desenvolvimento econômico e social dependem, cada vez mais, da informação e da sua exploração. Nesta sociedade o nível de vida, as formas de trabalho e de diversão, o sistema educativo e os mercados são grandemente influenciados pelos avanços da informação e do conhecimento. Este fenômeno é evidenciado pelo aumento de produtos e serviços de informação comunicados, principalmente, através da mídia eletrônica. (MARTIN, 1995, p.3, tradução nossa).

A maioria dos autores adota a denominação “sociedade da informação”. Para Burke (2003), esta variedade de designações tem muitas formas de ser explicitada:

segundo alguns sociólogos, vivemos hoje numa “sociedade do conhecimento” ou “sociedade da informação”, dominada por especialistas profissionais e seus métodos científicos. Segundo alguns economistas, vivemos numa “economia do conhecimento” ou “economia da informação”, marcada pela expansão de ocupações produtoras ou disseminadoras de conhecimento. O conhecimento também se tornou uma questão política importante, centrada no caráter público ou privado da informação, e de sua natureza mercantil ou social. Historiadores do futuro decerto poderão se referir ao período em torno do ano 2000 como a “era da informação”. (BURKE, 2003, p.11).

Sociedade da informação, para Albagli (1999), é o espaço temporal em que se encontra inserida a sociedade atual, isto é, é o período histórico em que predomina a configuração de um padrão sócio-técnico-econômico baseado e organizado em torno das atividades de geração, recuperação e uso de informação.

Para Marques (1999), o aumento acelerado do conteúdo informacional dos produtos, dos processos e das ferramentas de produção, nas últimas décadas, vem reconfigurando as oportunidades de trabalho dos indivíduos. O trabalho com informação aumenta em maior proporção que o trabalho material. Assim, uma nova sociedade se configura, a sociedade da informação.

No atual cenário, conforme Borges (2000, p.25), a palavra de ordem que “cerca, impulsiona, agride e até sufoca o indivíduo” é a mudança. Segundo a autora, esta sociedade é denominada sociedade da informação e do conhecimento e pode ser caracterizada como:

- A grande alavanca do desenvolvimento da humanidade é realmente o homem;
- A informação é um produto, um bem comercial;
- O saber é um fator econômico;
- As tecnologias de informação e comunicação vêm revolucionar a noção de “valor agregado” à informação;
- A distância e o tempo entre a fonte de informação e o seu destinatário deixaram de ter qualquer importância; as pessoas não precisam se deslocar porque são os dados que viajam; [...]
- As novas tecnologias criaram novos mercados, serviços, empregos e empresas;
- As tecnologias de informação e comunicação interferiram no “ciclo informativo”, tanto do ponto de vista dos processos, das atividades, da gestão, dos custos etc. (BORGES, 2000, p.29).

Para Tarapanoff (2000), a sociedade da informação é um fenômeno global que tem um potencial transformador das atividades econômicas e sociais. Este fenômeno se desenvolveu a partir da década de 1960 provocando o aumento da comunicação entre os povos e a mudança da base econômica, gerando um tipo de sociedade baseada em informação.

Bauman (2001) divide a modernidade da história humana em dois períodos: modernidade sólida e modernidade líquida. Na modernidade sólida, a questão da durabilidade foi intensivamente valorizada: a reprodução da ordem social assegurava a solidez. Com a durabilidade, regras inquebráveis, eram impostas e sua execução supervisionada. (BAUMAN, 2001). As pessoas aprendiam e incorporavam hábitos que se repetiam automaticamente. Os conhecimentos eram adquiridos para toda a vida, uma vez que as situações cotidianas eram previsíveis. Assim, conforme Rehem (2005, p.19), “valia a pena memorizar as regras de cor, incorporá-las em hábitos e eternizá-las automaticamente.”.

No segundo período (modernidade líquida), o mundo, ao contrário do período anterior, é caracterizado pela mutabilidade constante e fluidez determinando flexibilidade nas estruturas, nas organizações e nas relações humanas. Neste período, a palavra de ordem é a imprevisibilidade: o mundo passa a ser regido por rápidas mudanças (BAUMAN, 2001). Os hábitos e os valores estáveis passam a ser desvantagens. A velocidade das mudanças determina constantes transformações nas regras durante o desenrolar do jogo (REHEM, 2005).

Constante é a inconstância das coisas, ou seja, é inevitável que as pessoas abandonem antigos hábitos e os substituam por outros. Assim, conforme Bauman (2001), na modernidade líquida, a memorização de regras parece sem utilidade. Desse modo, o importante é estar apto para criar, inovar, mudar, buscar soluções para resolver problemas inusitados, agir proativamente e tomar iniciativas em vez de receber ordens (REHEM, 2005).

Sociedade ou Era Pós-industrial são as denominações adotadas por De Masi (2001) para designar a época contemporânea. Segundo este autor, as mudanças ocorridas na sociedade, generalizadas no termo “crise”, eclodem com o surgimento da Era Pós-industrial. Esta Era, diferentemente das anteriores, não se apóia em um único setor da sociedade, mas em uma rede. Isto significa que a presença de um setor hegemônico e centralizador das atividades econômicas de uma nação deixa de existir. De Masi (2001) apresenta diversos fatores que determinam a transição da Era Industrial para a Pós-industrial: tecnologias de informação e comunicação, globalização, desenvolvimento das tecnologias agrícolas e industriais, entre outros. Para este autor, vivemos uma era de transição em que ainda não foram definidas as reais bases dos modos de produção contemporâneos.

‘Sociedade em rede’ ou ‘sociedade informacional’ são as denominações utilizadas por Castells (2002, p.64-65). Este autor justifica sua escolha afirmando que

o termo sociedade da informação enfatiza o papel da informação na sociedade. Mas afirmo que informação, em seu sentido mais amplo, por exemplo, como comunicação de conhecimentos, foi crucial a todas as sociedades [...]. Ao contrário, o termo informacional indica o atributo de uma forma específica de organização social em que a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se as fontes fundamentais de produtividade e de poder devido às novas condições tecnológicas surgidas nesse período histórico. (CASTELLS, 2002, p.64-65).

Segundo Castells (2002, p.65), uma das principais características da “sociedade informacional é a sua estrutura em redes, o que explica o uso do conceito ‘sociedade em rede’”. Porém, este conceito não abrange todas as relações inerentes à sociedade contemporânea, uma vez que a sociedade informacional apresenta outros componentes (movimentos sociais, organização política) que vão além da lógica das redes. Assim, este autor conclui que “a ‘sociedade em rede’ não esgota todo o sentido de ‘sociedade informacional’”. (CASTELLS, 2002, p.65).

Entretanto, apesar das diferentes designações apresentadas, no âmbito desta pesquisa, o que importa é observar que a sociedade contemporânea é permeada por mudanças que alteram a base da vida social. No próximo tópico são apresentadas as mudanças que estão acontecendo no mundo do trabalho.

2.1 AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO

Como visto anteriormente, na sociedade contemporânea, a informação e o conhecimento têm uma importância fundamental. Segundo Pereira (2004, p.43), “as novas tecnologias de informação têm provocado uma nova leitura sobre a sociedade do trabalho.”. Para este autor, são exigidos dos trabalhadores flexibilidade, polivalência, qualificação, mais responsabilidade e autonomia. Cunha (2003, p.2) concorda com esta idéia afirmando que “o mundo globalizado exige profissionais cada vez mais qualificados, com habilidades para tomar decisões e bem se relacionar.”.

O novo modelo econômico, conforme Arruda, Marteleto e Souza (2000), demanda novos perfis profissionais que requerem, além de mais qualificação, envolvimento emocional e social do trabalhador.

Elege-se como ideal o profissional que potencialize a comunicação, a interpretação de dados, a flexibilização, a integração funcional e a geração, absorção e troca de conhecimento. Este, portanto, deve ser capaz de operacionalizar seu conhecimento profissional de modo integrado às suas aptidões e vivências socioculturais. (ARRUDA; MARTELETO; SOUZA, 2000, p.17)

Comparando as mudanças ocorridas nos processos de produção no mundo do trabalho, Marques (1999, p.207) afirma que “na economia intensamente informacionalizada, assim como o tomate natural não é mais competitivo, o operário tradicional não tem empregabilidade. Ambos estão condenados. Junto com a nova natureza, um novo humano será forjado.”. Isto significa que é preciso que os indivíduos estejam aptos a enfrentar mudanças sem diminuir a qualidade dos serviços oferecidos.

Bauman (2001) evidencia as mudanças no mundo do trabalho apresentando um paralelo entre o trabalho na modernidade sólida e na modernidade líquida. Assim, enquanto na modernidade sólida o trabalho era estável, dispunha de leis que o regulamentavam com garantias de emprego, na modernidade líquida, “numa vida guiada pelo preceito da flexibilidade, as estratégias e planos de vida só podem ser de curto prazo”, pois o trabalho não oferece mais um eixo seguro em torno do qual é possível definir projetos de vida. (BAUMAN, 2001, p.158).

O principal fator de mudança na atualidade é a mentalidade de “curto prazo”, que substitui a de “longo prazo” (BAUMAN, 2001). Para este autor, a constante rotatividade de emprego é fator preponderante para caracterizar o profissional contemporâneo, isto é, quanto mais experiência uma pessoa tiver, maior será sua competência.

Outra questão apontada por Bauman (2001) é a incerteza da vida laboral. Para o autor,

a presente versão “liquefeita”, “fluida”, dispersa, espalhada e desregulada da modernidade [...] anuncia o advento do capitalismo leve e flutuante, marcado pelo desengajamento e o enfraquecimento dos laços que prendem o capital ao trabalho. [...] Na prática, isso significa baixos impostos, menos regras e, acima de tudo, um “mercado de trabalho flexível”. (BAUMAN, 2001, p.171).

Dowbor (2002) afirma que as dimensões espaciais do trabalho estão sendo alteradas. Com o desenvolvimento das tecnologias de informação, a presença física não é essencial para a realização do trabalho. As mesmas tarefas podem ser realizadas em qualquer lugar. Albagli (1999, p.306) concorda com esta idéia afirmando que “a comunicação a longa distância mais eficiente e em tempo real, possibilitada pelas novas tecnologias da informação e da comunicação, tem contribuído para o desenvolvimento de várias formas de ‘trabalho flexível’.”.

De acordo com Pereira (2004, p.97), “com a crescente mudança de paradigma do trabalho, o emprego tradicional torna-se mais flexível e faz explodir a informalidade.”. Para Albagli (1999, p.306), isto significa “relações de trabalho mais instáveis e inseguras, do ponto de vista do trabalhador.”.

Castells (2002) afirma que a reestruturação de empresas e organizações está produzindo uma transformação fundamental: a individualização do processo de trabalho. E, é justamente a esta individualização que Albagli (1999) credita a instabilidade e a insegurança do trabalhador. Se o trabalho é considerado individualmente, para que fazer acordos coletivos? Onde estará a força coletiva do trabalhador frente aos empregadores?

Segundo Castells (2002), apesar de reduzir o tempo de trabalho, as tecnologias de informação não podem ser consideradas como causadoras de desemprego. Para o autor, tais tecnologias permitem que “os tipos de emprego [mudem] em quantidade, qualidade e na natureza do trabalho executado.”. (CASTELLS, 2002, p.328). O principal agente do desemprego é a incapacidade do trabalhador adquirir conhecimentos e habilidades informacionais que o possibilite agir em situações novas e inesperadas. (CASTELLS, 2002). De Masi (2001) afirma que o trabalho intelectual ganha cada vez mais espaço; o homem realiza suas tarefas com base em seus conhecimentos. As técnicas são superadas pelo intelecto humano. O homem busca fazer mais com menos esforço.

Neste sentido, Robert Kegan (apud CLAXTON, 2005) em seu livro “In over our heads: the mental demands of modern life”, descreve a transição do que ele chama de uma cultura “automática” para uma cultura “manual”. Em uma cultura automática, segundo o autor, as regras, os rituais e os entendimentos aceitos pela sociedade funcionam como a caixa de câmbio automática de um carro. Quando a pessoa atinge uma certa velocidade, o carro “decide” mudar a marcha. O motorista não tem que pensar a respeito. Ele não tem o controle. Contudo, em uma cultura

“manual”, cabe ao motorista decidir. Os indivíduos têm a oportunidade e o ônus de inventar (e continuar reinventando) a si mesmos; essa liberdade independe da situação econômica ou da origem das pessoas. Claxton concluiu afirmando que “as culturas estão mudando do automático para o manual em uma série de maneiras diferentes. Precisamos conseguir lidar de modo inteligente com graus de responsabilidade e incerteza bem maiores. Precisamos ser bons aprendizes.”. (CLAXTON, 2005, p.178).

Silva e Cunha (2002) afirmam que

o mundo globalizado da sociedade do conhecimento trouxe mudanças significativas ao mundo do trabalho. O conceito de emprego está sendo substituído pelo de trabalho. A atividade produtiva passa a depender de conhecimentos, e o trabalhador deverá ser um sujeito criativo, crítico e pensante, preparado para agir e de adaptar rapidamente às mudanças dessa nova sociedade. (SILVA; CUNHA, 2002, p. 77).

Ainda segundo estas autoras, o diploma de nível superior não é mais garantia de emprego. Outros elementos são requisitados ao trabalhador contemporâneo. “A empregabilidade está relacionada à qualificação pessoal; as competências técnicas deverão estar associadas à capacidade de decisão, de adaptação a novas situações, de comunicação oral e escrita, de trabalho em equipe.”. (SILVA; CUNHA, 2002, p.77).

A competência é essencial ao profissional para exercer suas funções e pode ser definida como “o conjunto de habilidades, destrezas, atitudes e os conhecimentos teórico-práticos necessários para cumprir uma função especializada de um modo socialmente reconhecido e aceitável.”. (ENCUENTRO..., 2000, tradução nossa).

Nesta realidade, os profissionais precisam estar atentos às transformações da estrutura da sociedade, preparando-se para desenvolver suas competências e habilidades de maneira a acompanhar as tendências de mudança. Para sobreviver neste contexto, é fundamental que sejam capazes de inovar nos ambientes em que atuam. Este assunto é abordado a seguir.

2.2 PROFISSÕES

A globalização e o avanço das tecnologias redefinem os espaços de trabalho e as profissões.

O termo profissão, segundo Freidson (1998, p. 53) “está ligado intrinsecamente a um determinado período histórico e apenas a um número limitado de nações desse período histórico.”. Para este autor, “qualquer que seja a forma de definir ‘profissão’ ela é, antes de tudo e, principalmente, um tipo específico de trabalho especializado.”. (FREIDSON, 1998, p.3), ou seja, “uma ocupação que controla o seu próprio trabalho, organizada por um conjunto especial de instituições sustentadas em parte por uma ideologia particular de experiência e utilidade.”. (FREIDSON, 1998, p.33).

Para este autor (1998, p.51), o termo profissão se refere a um “[...] amplo estágio de ocupações prestigiosas e muito variadas, cujos membros tiveram uma educação superior e são identificados pelos saberes específicos acessíveis a seu grupo de educação.”. Para Freidson, as profissões são oriundas da Idade Média: “como todos nós sabemos, as universidades medievais da Europa fizeram proliferar as três primeiras profissões liberais: a medicina, a advocacia e o clero (do qual fazia parte o corpo docente universitário)”. (FREIDSON, 1998, p.51). Assim, profissional é aquele que possui um conhecimento que o diferencia dos demais trabalhadores e seu aprendizado é resultado de uma formação de nível superior.

Segundo Cunha (2000), foi Flexner quem definiu o termo profissão, em 1915, como o conhecemos hoje. Para Flexner,

Uma profissão fundamenta-se numa atividade intelectual, requer de seus membros a possessão de um conhecimento, tem objetivos bem definidos, possui técnicas que podem ser comunicadas a uma organização própria, motivada pelo desejo de trabalhar pelo bem comum. (FLEXNER, 1915 apud CUNHA, 2000, p.2).

Segundo Ortega y Gasset (1967, apud ALMEIDA JUNIOR, 2004, p.82), “uma profissão é fruto da vontade e do interesse da sociedade. É a sociedade quem determina quando uma profissão não se faz mais necessária. Assim, uma profissão é determinada, mantida e aceita por uma sociedade.”. Observa-se, assim, a estreita relação existente entre profissões e sociedade: as primeiras não existem se a segunda não as necessitar.

Muitas profissões surgem, morrem ou se redefinem conforme o movimento das diferentes sociedades nos diferentes lugares e tempos e correlacionados com a necessidade de criação e aplicação de conhecimentos novos e, em consequência, dos novos instrumentos criados no interior da comunidade/sociedade. (SOUZA, 2004, p.94).

Entretanto, uma atividade executada por um determinado grupo precisa apresentar uma série de características para que seja considerada uma profissão.

Para Freidson (1998), as ocupações se distinguem das profissões por não demandarem uma certificação formal e por não manterem compromisso com o desenvolvimento científico profissional. Os profissionais são considerados especialistas em suas atividades. Em contrapartida, respondem aos órgãos de classe e à sociedade pelos prejuízos por imperícia, imprudência ou negligência.

Todos os autores concordam, mesmo que apenas implicitamente por sua seleção de ocupações ilustrativas, em que, o que quer que sejam, os profissionais são *especialistas* em tempo integral, que encaram seu trabalho como uma fonte de renda e não como uma obra de diletantes ou amadores de tempo parcial, ou pessoas que trabalham num emprego num ano e em outro no ano seguinte. Além disso, seu trabalho especializado é considerado competente, não como o trabalho casual que se espera que qualquer adulto normal saiba fazer, e não como o trabalho semi-especializado que se presume qualquer adulto normal possa aprender após breve instrução. (FREIDSON, 1998, p.196).

As profissões se distinguem pelo domínio de um conjunto de saberes específicos, socialmente valorizados. Para Freidson (1998), as profissões caracterizam-se por:

- Um corpo de conhecimento especializado e abstrato adquirido através de formação superior;
- Autonomia no exercício das atividades;
- Capacidade de auto-regulamentação;
- Autoridade sobre as tarefas executadas em relação ao público.
- 'Expertise', ou seja, conhecimentos e competências especializados.

Segundo Mueller (2004), o surgimento das profissões ocorreu no momento em que as pessoas passaram a exercer um determinado trabalho e se dedicaram a ele em tempo integral: a necessidade de especialização passou a ser fundamental. Neste sentido, as profissões têm suas origens na sua relação com o trabalho. (DE MASI, 2001).

Abbott (1988) analisa as profissões como um sistema onde cada uma delas influencia e é influenciada pelas demais. As profissões são caracterizadas pela

forma como os grupos profissionais controlam seus conhecimentos e estão em permanente disputa pelo domínio de uma jurisdição específica, isto é, por um espaço de atuação definido.

Cada profissão detém domínio e controle sobre uma jurisdição. Este controle pode ser perdido em função de forças externas e internas. O domínio de uma jurisdição envolve dois tipos de controle: cultural e social. O controle cultural é definido por meio do desempenho profissional e legitimado por um corpo de conhecimentos acadêmicos, aceitos socialmente. O controle social é efetivado de três modos: pela opinião pública, pelo mundo do trabalho e pelos meios legais que impedem os profissionais não habilitados, a exercer a profissão.

A globalização e o avanço das tecnologias têm modificado as relações de trabalho, tornando algumas profissões obsoletas, enquanto outras surgem. Para Cunha (2000), as mudanças ocasionadas pela tecnologia levam à necessidade de

entender os novos papéis que surgem, as novas necessidades informacionais e os novos modos de responder a estas necessidades criando novos métodos e novas formas de trabalho. Neste sentido, o futuro das profissões está ligado a sua capacidade de se adaptar a essas novas demandas. (CUNHA, 2000, p.189).

Na sociedade contemporânea, as profissões consideradas ricas em uso da informação, representam a essência da nova estrutura ocupacional. (CASTELLS, 2002).

No próximo tópico os profissionais da informação, suas atribuições e habilidades são os assuntos abordados.

2.3 PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO

Na literatura da área de Ciência da Informação no Brasil encontra-se grande quantidade de documentos que abordam as alterações do mundo do trabalho, chamando a atenção para a necessidade dos profissionais da informação acompanharem essas mudanças. Muitos autores estudam o perfil do profissional da informação, suas competências e habilidades, bem como as demandas exigidas para este profissional pela sociedade contemporânea. (SANTOS, 1996 e 2002; GUIMARÃES, 1997 e 2000; VALENTIM, 2000a, 2000b e 2002; TARGINO, 2000;

CASTRO, 2000; CUNHA, et al., 2004; BUFREM; PEREIRA, 2004 e BARRETO, 2005, entre outros).

No senso comum no Brasil utiliza-se o termo profissional da informação como sinônimo de bibliotecário. Convém esclarecer que o trabalho com informação refere-se a várias profissões. Segundo Cunha e Crivellari (2004):

Existe sim, um grupo grande e heterogêneo de profissionais que podem ser qualificados como tais. O espectro de funções que eles exercem e as suas habilidades são tão diversificadas que é difícil colocá-los em um mesmo “guarda-chuva”, tornando-se, a denominação “profissionais da informação” uma rubrica vaga, conveniente, que pressupõe um conjunto de categorias profissionais e ignora as suas diferenças de orientação, de formação básica e das atividades por eles exercidas. (CUNHA; CRIVELLARI, 2004, p.46).

Neste sentido, o bibliotecário não é o único profissional da informação, mas um dos profissionais que trabalham com informação, pois estas profissões são caracterizadas pela variedade e pela multiplicidade de suas funções. Para Cunha e Crivellari (2004, p.49), “o campo informacional não é ocupado completamente por nenhum grupo profissional, mas continua a ser um campo extremamente permeável que segue caminhos bastante diversificados.”. Existe uma grande variedade de profissionais considerados como profissionais da informação, por exemplo: bibliotecários, arquivistas, museólogos, jornalistas, informáticos, gestores de informação, entre outros.

Para Ponjuán Dante (2000) os profissionais da informação são

Aqueles que estão vinculados profissional e intensivamente em qualquer etapa do ciclo da vida da informação e, portanto, devem ser capazes de operar eficiente e eficazmente em todo os aspectos relativos a manipulação da informação nas organizações de qualquer tipo e nas unidades especializadas de informação. (PONJUAN DANTE, 2000, p.93).

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), de 2002 considera profissionais da informação aqueles que:

Disponibilizam informação em qualquer suporte; gerenciam unidades como bibliotecas, centro de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação. Tratam tecnicamente e desenvolvem recursos informacionais; disseminam informação com objetivo de facilitar a difusão cultural; desenvolvem ações educativas. Podem prestar serviços de assessoria e consultoria. (BRASIL, 2009).

Os profissionais da informação, de acordo com a CBO 2002, são: os bibliotecários, os documentalistas e os analistas da informação, que devem ter formação universitária em Biblioteconomia.

Contudo, diante da diversidade de informação nas diferentes áreas da sociedade, é impossível pensar num único tipo de profissional da informação com conhecimento universal. (ROBREDO, 2003).

Mueller (2004) afirma que embora não haja consenso sobre todas as profissões que podem ser incluídas na designação “profissionais da informação”, é possível dizer que, no Brasil, bibliotecários, arquivistas, mestres e doutores em Ciência da Informação formam o núcleo desse grupo, tendo a Biblioteconomia como a mais antiga e mais organizada dos três segmentos.

No próximo tópico são abordados o perfil do bibliotecário, suas competências e habilidades, bem como as demandas exigidas para este profissional na sociedade contemporânea, apresentados por autores da área de Ciência da Informação no Brasil.

2.3.1 O bibliotecário: perfil, competências e habilidades

As mudanças sociais exigem alterações no mundo do trabalho. Novos perfis profissionais estão sendo demandados. Tal fato fica evidente na medida em que se acentua a utilização de recursos tecnológicos e de comunicação e, é crescente a importância e o valor da informação para todos os segmentos da sociedade. Entende-se por perfil profissional “um conjunto de conhecimentos, qualidades e competências próprias dos integrantes de uma profissão.”. (MUELLER, 1989, p. 63).

No âmbito desta pesquisa, são tratadas apenas as competências e habilidades do bibliotecário. Contudo, antes do detalhamento específico destas características do bibliotecário, algumas questões relevantes sobre competências e habilidades são abordadas.

2.3.1.1 Competências e habilidades: evolução dos conceitos

Vários são os autores que procuram conceituar competências. O conceito de habilidades, na maioria das vezes, fica embutido no de competências, uma vez que se considera a habilidade parte integrante da competência.

A acepção de competência, conforme Isambert-Jamati (1997), teve origem no final da Idade Média, quando este termo fazia parte fundamentalmente da linguagem jurídica. Neste caso, significava a faculdade atribuída a alguém ou a alguma organização para apreciar e julgar determinadas questões, passando a designar o reconhecimento social sobre a capacidade de alguém se pronunciar a respeito de um assunto específico.

Contemporaneamente, a palavra “competência” faz parte da linguagem de diferentes áreas do conhecimento e, cada qual, tem uma conceituação própria. A seguir, são apresentados alguns conceitos considerados relevantes para esta pesquisa.

De acordo com Perrenoud (2000, p.7), competência é “a capacidade de agir eficazmente em um tipo de situação, capacidade que se apóia em conhecimentos, mas não se reduz a eles”. Para este autor, competência implica outros elementos:

- os tipos de situações das quais se tem um certo domínio;
- os recursos que mobiliza; os conhecimentos teóricos ou metodológicos as atitudes, o *savoir-faire* [saber-fazer] e as competências mais específicas; os esquemas motores; os esquemas de percepção, de avaliação, de antecipação e de decisão;
- a natureza dos esquemas de pensamento que permitem a solicitação, a mobilização e a orquestração dos recursos pertinentes em situação complexa em tempo real. (PERRENOUD, 2000, p.15-16).

Zarifian (2001) caracteriza competência como “conceito multidimensional, onde os principais atributos são: iniciativa, responsabilidade, inteligência prática; conhecimentos adquiridos, transformações, diversidade; mobilização dos atores, compartilhamento.”. (ZARIFIAN, 2001, p.115). Para este autor as competências são diversificadas. Algumas competências mencionadas por ele são:

- Competência individual: construída através do contato com uma multiplicidade de fontes de conhecimentos, de especialidades, de experiências;
- Competência coletiva: além da soma das competências individuais, é formada nas redes de trabalho e exige acordo entre as pessoas envolvidas;

- Competência organizacional: desenvolvidas na organização;
- Competência técnica: formada por conhecimentos de técnicas e formas de trabalho;
- Competência social: relacionada ao comportamento e atitudes das pessoas;
- Competência profissional: construída na prática profissional em determinado contexto. (ZARIFIAN, 2001, p.115-117).

Para Magalhães et al. (1997, grifo nosso), competência diz respeito ao conjunto de conhecimentos, **habilidades** e experiências que habilitam um indivíduo a exercer determinada função. Neste entendimento, Durand (1999 apud SOUZA et al., 2008, grifo nosso) apresenta um conceito de competência que tem como base três pilares: conhecimentos, **habilidades** e atitudes. Para este autor, conhecimento é a série de informações assimiladas e estruturadas pelo indivíduo; habilidade é a capacidade de aplicar o conhecimento adquirido e atitude é a predisposição em relação à adoção de uma ação.

Sveiby (1998), identifica que a competência de um indivíduo consiste em cinco elementos interdependentes:

- Conhecimento explícito: envolve conhecimento dos fatos e é adquirido principalmente pela informação, quase sempre pela educação formal;
- **Habilidade**: é a arte de “saber fazer”. Esta arte envolve uma proficiência prática – física e mental – e é adquirida, sobretudo, por treinamento e prática. Inclui o conhecimento de regras de procedimento e habilidades de comunicação;
- Experiência: é adquirida principalmente pela reflexão sobre erros e sucessos passados;
- Julgamentos de valor: são percepções do que o indivíduo acredita estar certo. Elas agem como filtros conscientes e inconscientes para o processo de saber de cada indivíduo;
- Rede Social: é formada pelas relações do indivíduo com outros seres humanos dentro de um ambiente e uma cultura transmitidos pela tradição. (SVEIBY, 1998, p.42, grifo nosso).

Conclui-se que para Sveiby (1998) o termo competência é sinônimo de conhecimento pessoal, pois se desenvolve ao longo da vida do indivíduo, através de vivência, treinamento, prática, erros, acertos, reflexões e repetições.

Como já dito, o termo competência é empregado com diferentes significados. No senso comum é utilizado para designar uma pessoa qualificada para realizar uma tarefa.

Assim, de maneira geral, pode-se afirmar que a expressão competência profissional é utilizada para designar uma pessoa qualificada para realizar uma ação no ambiente de trabalho.

Para Nascimento (2006), as competências solicitadas aos profissionais não se restringem apenas ao conhecimento técnico e à formação acadêmica, mas aos aspectos comportamentais. A autora classifica as competências em três aspectos: o conhecimento e a **habilidade** (adquiridos na capacitação formal e com a prática profissional) e as atitudes (adquiridas no cotidiano da vida pessoal e profissional); o conhecimento e a habilidade são categorizados como competências instrumentais e, as atitudes são competências subjetivas (NASCIMENTO, 2006, grifo nosso), conforme o quadro a seguir.

QUADRO 1 – Competências subjetivas e competências instrumentais

Competências subjetivas	Competências instrumentais
<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de trabalhar em equipe - Autodesenvolvimento - Relacionamento humano - Pensamento criativo - Flexibilidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Comunicar-se eficientemente - Cultura global - Domínio de novas tecnologias - Conhecimento de outro idioma

Fonte: NASCIMENTO (2006, p.101)

Na literatura da área de Ciência da Informação, verifica-se que quando são abordadas questões relativas às competências dos profissionais da informação e especificamente do bibliotecário, tanto as competências subjetivas quanto as instrumentais são mencionadas.

Assim, para efeitos de análise nesta pesquisa, considera-se o conceito de competência adotado no âmbito dos cursos de Biblioteconomia do Mercosul e explicitado no tópico 2.1 (página 23). No próximo tópico são abordados os perfis do bibliotecário.

2.3.1.2 Os perfis do bibliotecário

O desenvolvimento da sociedade contemporânea apresenta, conforme dito anteriormente, implicações no mundo do trabalho. Essas mudanças demandam novos compromissos e recursos adicionais para desempenhar um papel na sociedade.

As profissões da informação se caracterizam pela variedade e pela multiplicidade de suas funções. “O campo informacional não é ocupado completamente por nenhum grupo profissional, mas continua a ser um campo extremamente permeável que segue caminhos bastante diversificados.” (CUNHA; CRIVELLARI, 2004, p. 49). Assim, o bibliotecário necessita se adequar à realidade, aperfeiçoando seus métodos e técnicas de trabalho, bem como revendo seus espaços de atuação.

As principais mudanças nos perfis do bibliotecário no Brasil, na sociedade contemporânea, são consequência da ampliação do seu campo de atuação. Os bibliotecários não trabalham apenas em bibliotecas ou centros de documentação e informação, mas atuam em jornais, escritórios de contabilidade e advocacia, museus, livrarias, editoras e Internet, entre outros.

Baptista (2000) propõe uma reflexão sobre as habilidades profissionais do bibliotecário, procurando mostrar alternativas de trabalho em outros espaços além da biblioteca. A autora argumenta que é importante que o bibliotecário saiba que suas habilidades ultrapassam os limites das bibliotecas. Neste sentido, Robredo e Cunha (1986) afirmam que ao se pensar as habilidades do profissional relacionadas ao ciclo documentário, tem-se uma tentativa de evidenciar que a área dominada por ele é mais ampla e flexível, a saber: seleção e aquisição; processamento; armazenamento; recuperação e disseminação da informação.

O bibliotecário da atualidade, de acordo com Smit e Barreto (2002),

se encontra em um ponto no presente entre o passado e o futuro. Convive com tarefas e técnicas tradicionais de sua profissão, mas precisa atravessar para outra realidade, para onde estão indo seus clientes, e aprender a conviver com o novo e o inusitado, numa constante renovação de seus conhecimentos e do seu agir no trabalho. (SMIT; BARRETO, 2002, p.21).

O bibliotecário deve buscar atualização constante para responder às demandas da sociedade. Para tanto, Valentim (2000a) afirma que este profissional

necessita compreender a realidade que está vivendo, o ambiente onde está exercendo suas atividades, criando mecanismos eficazes de atuação na sociedade e prevendo as necessidades futuras.

Para Guimarães (2004), este profissional deve estar voltado para a mudança, refletindo a dimensão do novo. Algumas características podem ser consideradas como capacidade de mudança: criatividade; adaptabilidade; familiaridade tecnológica; sólido embasamento na área de especialidade; clareza quanto às instrumentalidades e profissionalismo.

Além disto, a competitividade entre as organizações e o avanço científico e tecnológico aponta para novas habilidades e competências profissionais para trabalhar em novos ambientes, diversificando o perfil do bibliotecário. Cunha et al. (2004) afirmam que este profissional

[...] vem se diversificando a cada dia com novas atividades acrescidas ao seu processo de trabalho, atividades estas que demandam maior envolvimento intelectual. Estes profissionais têm à sua frente o desafio de colocar uma nova dimensão ao problema informacional. (CUNHA et al., 2004, p.3).

Segundo Almeida Júnior (2002), o mundo do trabalho procura um profissional que tenha conhecimentos e competências específicos, “mas que os integre em concepções mais gerais, com aplicações que ultrapassem o restrito espaço determinado pelo campo que escolheu como de interesse e preocupação.”. (ALMEIDA JÚNIOR, 2002, p.133).

Se a informação é o insumo fundamental para o desenvolvimento das atividades do bibliotecário, é importante que este profissional tenha habilidades para seu uso eficiente.

Com o desenvolvimento das tecnologias, novas funções vêm sendo demandadas a este profissional, aumentando suas responsabilidades, sendo necessárias, para tal, novas competências.

A partir da literatura da área, é possível destacar as seguintes competências do bibliotecário na sociedade contemporânea:

- Adaptabilidade;
- Agilidade;
- Capacidade crítica frente às diversas fontes de informação;
- Capacidade de trabalhar em equipes multidisciplinares;
- Capacidade para trabalhar com tecnologia;

- Criatividade;
- Liderança;
- Necessidade de entender, trabalhar e conhecer o seu objeto de trabalho;
- Necessidade de ser flexível a mudanças;
- Orientação para o usuário;
- Habilidades de comunicação. (VALENTIM, 2000a e 2002; BORGES, 2004; GUIMARÃES, 2004; JAMBEIRO e SILVA; 2004 e BARRETO, 2005).

Observa-se que, na literatura da área de Ciência da Informação, as competências e habilidades são apresentadas juntas, sem levar em conta a diferença entre os conceitos. Acredita-se que isto seja decorrente do fato de as habilidades estarem presentes no conceito de competências. Conforme Barbalho (2006), competências são o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que capacitam um profissional a exercer uma determinada função.

Diante desta realidade, o bibliotecário precisa estar preparado para o mundo do trabalho que se configura neste novo século, utilizando-se de competências e habilidades para tratar a informação, desenvolvendo conhecimentos para buscá-la, gerenciá-la, acessá-la, organizá-la, avaliá-la e disseminá-la. Assim, é preciso que a sua formação seja repensada e, para tanto, é necessário entender a educação no século XXI, assunto que é abordado no próximo tópico.

3 EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI

A sociedade contemporânea está baseada em um modelo onde a informação tem um papel fundamental na atividade econômica e na criação de riqueza.

No século XX, conforme Paz-Klava e Moraes (2005), o conhecimento era transmitido do professor ao aluno; este era visto como ser passivo que deveria obedecer às ordens daquele. Nesse contexto, as relações entre professor-aluno eram vistas como impessoais; a aprendizagem era uma forma de competição, tornando o aluno individualista e as informações limitadas. Para Tobias (1986, p.134) consequência disto foi a “pedagogia da memorização: concessão de autoridade exagerada ao mestre, em detrimento da formação da personalidade do educando, assim como aulas exagerada e desmesuradamente teóricas.”.

Com a mudança de paradigmas nos fins do século XX, este modelo de educação passou a ser revisto.

A preparação do indivíduo para atuar de forma crítica e responsável na sociedade contemporânea exige uma educação distinta. Atualmente, novos modelos educacionais estão sendo desenvolvidos nos quais o indivíduo passa a ser sujeito ativo do seu processo de aprendizado. Para tanto, é necessário que a escola transmita ao aluno o prazer de aprender e lhe estimule a capacidade de aprender a aprender, ou seja, “a curiosidade intelectual.”. (DELORS et al., 2000, p.18). De acordo com estes autores, “cabe ao professor transmitir ao aluno, o que a humanidade já aprendeu acerca de si mesma e da natureza, tudo o que ela criou e inventou de essencial.”. (DELORS et al., 2000, p.18-19). Ou seja, é responsabilidade do docente orientar o aluno com relação aos caminhos do aprendizado. Sousa (2005, p.38) acredita que a educação contemporânea “centra a sua atenção no sujeito, nos seus interesses, fomenta a autonomia e a livre expressão de idéias. O aluno tem uma actividade autônoma que lhe permite raciocinar, intuir, descobrir; é activo e reage ao meio exterior procurando, selecionando, comparando, evitando.”.

O importante é aprender a aprender, que engloba aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a conhecer. (DELORS et al., 2000).

Neste sentido, conforme o Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (1996), a educação ao longo de toda a vida baseia-se em quatro pilares:

Aprender a conhecer significa ter amplo conhecimento de cultura geral que possibilita o entendimento de conteúdos específicos, além de conhecer as fontes de informação necessárias ao aprendizado contínuo. Aprender a conhecer é fundamental para uma educação permanente, pois “fornece o gosto e as bases para a aprendizagem”, além de permitir “beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo de toda a vida.” (DELORS, et al., 2000, p.20).

Aprender a fazer significa que o indivíduo deve adquirir habilidades para poder agir sobre o seu meio. Conforme Delors et al. (2000, p.20), aprender a fazer significa que “além da aprendizagem de uma profissão, há que adquirir uma competência mais ampla, que prepare o indivíduo para enfrentar numerosas situações, muitas delas imprevisíveis, e que facilite o trabalho em equipe.”. Aprender a fazer é tornar-se hábil em buscar soluções em situações adversas. Neste sentido,

as tarefas puramente físicas são substituídas por tarefas de produção mais intelectuais, mais mentais, como o comando de máquinas, a sua manutenção e vigilância, ou por tarefas de concepção, de estudo, de organização à medida que as máquinas se tornam, também, mais “inteligentes” e que o trabalho se “desmaterializa”. (DELORS et al. p.93-94).

Assim, ganham importância qualidades como capacidade de comunicar, de trabalhar com os outros e de resolver conflitos.

O terceiro pilar, para Delors et al. (2000), consiste em *aprender a ser*, ou seja, o ser humano deve conhecer as suas potencialidades e aprender a explorar suas qualidades. Estes autores citam algumas qualidades a serem desenvolvidas pelo indivíduo no mundo contemporâneo: “memória, raciocínio, imaginação, capacidades físicas, sentido estético, facilidade de comunicação com os outros, carisma natural para animador.”. (DELORS et al., 2000, p.20).

Por fim, *aprender a viver junto* consiste em desenvolver a compreensão do outro e perceber a vida em sociedade. A primeira delas é a necessidade do homem constituir-se como um ser social, ou seja, precisa aprender a conviver. Para tanto, deve respeitar os valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz. (DELORS et al., 2000).

A educação é um ato social. Em contato com outros indivíduos a pessoa “aprende a descobrir-se a si mesma, desenvolve as relações com os outros, adquire bases no campo do conhecimento e do saber-fazer.” (DELORS et al., 2000, p.22).

Para Morin, “uma educação só pode ser viável se for uma educação integral do ser humano. Uma educação que se dirige à totalidade aberta do ser humano e não apenas a um de seus componentes.”. (MORIN, 2005, p.11). Ou seja, é preciso que a educação seja trabalhada observando o homem em todas as suas variáveis (social, pessoal e profissional).

Assim, no entender de Delors et al. (2000), observa-se profunda relação entre os quatro pilares da educação contemporânea: para *aprender a viver junto*, é preciso que, antes de conhecer o outro, o indivíduo conheça a si mesmo e reconheça seus valores, virtudes e defeitos, isto é, *aprenda a ser*. Para aprender a ser e para aprender a viver junto, o indivíduo necessita entender o mundo e as suas relações, portanto precisa *aprender a conhecer*. E, por fim, para que possa *aprender a fazer*, é fundamental ter como base os três outros pilares: *aprender a conhecer*, *aprender a ser* e *aprender a viver junto*.

Na sociedade contemporânea o conteúdo das disciplinas torna-se menos importante que a capacidade dos indivíduos de continuar aprendendo e sua motivação para isso. Esta sociedade requer aprendizado permanente. Ou seja, exige dos indivíduos um processo contínuo de aprendizagem, pois a informação é transitória e a sociedade está em processo permanente de mudança.

Para Paz-Klava e Moraes (2005), nesta sociedade, o conhecimento deve ser produzido coletivamente por professores e alunos, ou seja, os alunos devem ser vistos como seres ativos no processo de ensino-aprendizagem e como construtores e transformadores do conhecimento. Os professores devem desenvolver os talentos potenciais dos alunos, a fim de que a aprendizagem aconteça em equipe. Neste modelo, a oferta de informações é ampla e acontece em via de mão-dupla: tanto o professor quanto o aluno têm contribuições a dar. (PAZ-KLAVA; MORAES, 2005). Fica evidente, também, que a relação professor-aluno é de caráter pessoal, e que quanto mais um conhecer ao outro, melhor se realizará o processo ensino-aprendizagem.

No ensino superior brasileiro, esta discussão ganhou destaque após a publicação da LDB de 1996 e da criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para

os cursos de graduação no Brasil. No próximo tópico busca-se uma compreensão sobre este tema por meio da história da LDB no País.

3.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

No Brasil, as mudanças no processo de ensino-aprendizagem aconteceram lentamente. Carneiro (2004) afirma que

no que concerne especificamente à Educação, as Constituições brasileiras foram incorporando, ao longo do tempo, conquistas tênues dentro de um ritmo historicamente lasso, como, de resto, foi todo o processo brasileiro de aproximação entre direitos políticos e direitos sociais. No fundo, estivemos, sempre, distanciados da cidadania como categoria estratégica de construção do cotidiano. Na verdade, somente a partir de 1948, com a Carta de Direitos da Organização das Nações Unidas (ONU), é que grande parte dos países como o Brasil se deu conta de que todos serão iguais perante a lei, de fato, à medida que todos tiverem direito ao trabalho, à moradia, à saúde, à **educação**, à livre expressão, a uma vida digna, enfim. (CARNEIRO, 2004, p.17, grifo nosso).

Para que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional seja compreendida, é necessário, portanto, conhecer a história da educação brasileira por meio de suas Constituições. Neste sentido, a seguir é apresentado breve histórico sobre a relação das mesmas com a educação.

A primeira Constituição Brasileira, a Constituição Imperial de 1824 fixou a gratuidade do ensino primário e delegou a responsabilidade da administração do ensino à Coroa. Entretanto, quatro anos mais tarde, com a instalação das Câmaras Municipais, foi a elas designada a tarefa de fiscalização das escolas primárias e, em 1834, a atribuição de estabelecer normas para a instrução pública foi delegada para as Assembléias Legislativas Provinciais, recém-criadas. (CARNEIRO, 2004).

Ainda conforme Carneiro (2004), a Constituição de 1891 atribuiu ao Congresso Nacional o direito exclusivo de legislar sobre o ensino superior brasileiro. Aos Estados, coube a tarefa de legislar sobre o ensino primário e secundário, implantar e manter escolas primárias, secundárias e superiores.

A Constituição de 1934, segundo Carneiro (2004), inovou ao atribuir, à União, o dever de fixar as diretrizes da educação nacional. Criou, também, o Conselho Nacional de Educação e deu autonomia aos Estados e ao Distrito Federal

para organizar seus sistemas de ensino e instalar Conselhos Estaduais de Educação com funções semelhantes das do Conselho Nacional.

Os termos *diretrizes* e *bases*, de acordo com Carneiro (2004), não surgiram na educação brasileira como conceitos integrados de forma refletida. Essas palavras surgiram separadas, em contextos diferentes e, com o tempo, foram se modificando. O conceito diretriz, conforme mencionado anteriormente, surgiu na Constituição de 1934 ao incumbir à União a responsabilidade de traçar as diretrizes da educação nacional. Em 1937, foi incluído no texto constitucional o termo bases, porém em contexto distinto: a União era responsável por fixar as bases da educação nacional, traçando as diretrizes a que deveria obedecer a formação dos cidadãos.

A Constituição de 1946 apregoou a educação como um direito de todos baseado em princípios integrados, tais como:

- I - o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional;
- II - o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos;
- III - as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes;
- IV - as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores;
- V - o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável;
- VI - para o provimento das cátedras, no ensino secundário oficial e no superior oficial ou livre, exigir-se-á concurso de títulos e provas. Aos professores, admitidos por concurso de títulos e provas, será assegurada a vitaliciedade;
- VII - é garantida a liberdade de cátedra. (BRASIL, 1946).

Com a Constituição de 1946 a educação brasileira foi descentralizada. Porém, a União continuou com a responsabilidade de apresentar os fundamentos de sua organização. Em função disto, Francisco Mariani, então Ministro da Educação, propôs uma reforma geral da educação brasileira. Foi neste momento que começou a nascer a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios da Constituição. Esta lei foi promulgada em 1961, introduzindo antigas reivindicações democráticas como a equivalência dos ramos do ensino médio (técnico e secundário), que ampliou o acesso aos cursos superiores. Além disso, reconheceu a educação como direito de todos e o ensino primário como obrigatório a partir dos sete anos. No entanto, segundo Aranha (2006), quando a LDB de 1961 foi

promulgada, já estava ultrapassada, em função da demora de sua publicação. Para a autora, entre o início de sua discussão e sua promulgação,

[...] um país semi-urbanizado, com economia predominantemente agrícola, passara a ter exigências diferentes, decorrentes da industrialização. Embora o anteprojeto da lei fosse avançado na época da apresentação, envelhecera no correr dos debates e do confronto de interesses. (ARANHA, 2006, p.311).

Em 1964, com o golpe militar, as iniciativas propostas pela LDB foram desativadas. Durante a ditadura militar a educação sofreu duas grandes reformas, em 1968 e 1971 (FIGUEIREDO, 2005). Segundo esta autora, nesta época

[...] até a localização geográfica das instituições foram alteradas, as faculdades públicas situadas nos pontos centrais das cidades foram transferidas para os *campi* no subúrbio, pois consideravam adequado para atenuar e apaziguar a militância política dos estudantes. Enquanto que as faculdades particulares faziam exatamente o inverso. (FIGUEIREDO, 2005).

No que concerne o ensino superior, a Reforma Universitária de 1968 reestruturou a administração universitária visando “racionalizar e modernizar o modelo, com a integração de cursos, áreas e disciplinas.”. (ARANHA, 2006, p.317). Apesar de alguns avanços, durante a ditadura o controle sobre a seleção e nomeação de pessoal provocou a perda de autonomia das universidades. (ARANHA, 2006).

A Constituição de 1969, em virtude do contexto político brasileiro (ditadura militar), permitiu que as escolas fossem vigiadas e os docentes monitorados por agentes políticos do Estado. Nesta época, diversos atos institucionais foram decretados contra a liberdade de ensino.

Na Constituição de 1988 o direito à cidadania foi reconquistado e a educação ganhou destaque, devendo se pautar pelos seguintes princípios:

- I. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III. pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V. valorização dos profissionais do ensino, garantindo, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;
- VI. gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII. garantia de padrão de qualidade. (BRASIL, 1988).

Nesta Constituição as Universidades passaram a ter direito à autonomia administrativa, financeira e didático-científica, devendo ter atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Neste contexto, a LDB de 1961 tornou-se obsoleta e estudos para sua reformulação foram iniciados. Somente em 1996 uma nova LDB foi promulgada.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 aponta a importância de uma formação básica comum no ensino superior. Apenas os conteúdos mínimos dos currículos dos cursos de graduação são comuns, para que as particularidades de cada região do país sejam evidenciadas. Esta lei propõe a criação de Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação no Brasil. Este assunto é abordado com maior detalhamento no tópico 4.2 (página 50) onde sua relação com o ensino de Biblioteconomia é aprofundada.

4 O ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

O primeiro curso de Biblioteconomia no Brasil surgiu, em 1915, com o propósito de resolver problemas de capacitação dos funcionários da Biblioteca Nacional (BN). Este curso tinha uma perspectiva humanista e recebeu forte influência da *École de Chartes* francesa que enfatizava uma educação humanística com predominância de disciplinas “clássicas”, como história e filosofia. Naquele momento (1915), a intenção era formar, segundo Castro (2002, p.27), “um profissional com perfil de um erudito-guardião e, para tanto, o processo de ensino centrava-se no repasse de experiências pelos professores.”

Os professores do curso eram bibliotecários da Biblioteca Nacional e, por essa razão, as disciplinas correspondiam às seções desta instituição (Bibliografia, Paleografia, Diplomática, Iconografia e Numismática). Eram divididas em disciplinas práticas e teóricas, com maior ênfase na teoria. Neste curso não havia planejamento curricular de forma a permitir uma articulação entres os conteúdos e a prática profissional. Souza (1990), nesse sentido, é enfático em afirmar que o

[...] curso [Biblioteca Nacional], implantado no último dos primeiros quinze anos deste século [século XX], em meio às contradições políticas, econômicas e sociais existentes no País, não tinha por finalidade transformar a sociedade, mas somente consolidar um projeto da elite dominante e, o mais possível, consolidar a Biblioteca Nacional em condições comparáveis àquelas mais importantes da Europa.

Em São Paulo, na década de 1920, a Prefeitura Municipal criou um curso de Biblioteconomia, ligado ao seu Departamento de Cultura (SILVA; ARRUDA, 1998). Segundo Castro (2002), o currículo deste curso foi formulado por Rubens Borba de Moraes e Adelpha Figueiredo. Ele era diretor da Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo; ela, bibliotecária do Instituto Mackenzie e formada em Biblioteconomia pela Universidade de Columbia de Nova Iorque. O currículo deste curso centrava-se em disciplinas técnicas como Catalogação e Classificação e “o processo de ensino/aprendizagem orientava-se para a organização técnica de biblioteca.” (CASTRO, 2002, p.28).

Naquela mesma década, a Biblioteca Nacional adotou os mesmos princípios do curso de Biblioteconomia ministrado pelo Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, onde o contexto das bibliotecas não era levado em conta, apenas as

técnicas. Assim, o curso da BN foi reformulado passando a capacitar bibliotecários para qualquer tipo de biblioteca, mudando a ênfase humanista para uma abordagem técnica, uniformizando, segundo Dias (1955) os saberes bibliotecários e consolidando, no Brasil, o modelo norte-americano.

Souza (2003) descreve as diferenças entre as duas vertentes (humanista e tecnicista) presentes no ensino de Biblioteconomia no início do século XX: enquanto o ensino adotado na Biblioteca Nacional privilegiava a aprendizagem operacional, voltada ao atendimento das necessidades da instituição, a aplicação das técnicas biblioteconômicas na organização do acervo era o foco do ensino baseado no modelo norte-americano, adotado pelo curso do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Dessa maneira, segundo este autor, a Biblioteconomia Nova corresponde ao período de um processo generalista e tecnicista de ensino de Biblioteconomia no Brasil, que prioriza o processamento técnico do acervo, ao invés da educação social e cultural contextualizada ao ensino de Biblioteconomia ministrado pela BN. Posteriormente, o curso da BN foi transferido para a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Segundo a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN) a Biblioteconomia, em sua origem, formou mão-de-obra para as instituições nacionais e tinha caráter eminentemente técnico.

Os primeiros cursos se abrigaram nessas instituições (Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e Colégio Mackenzie, em São Paulo), antes de se transferirem para a universidade. O resultado foi uma formação voltada para um determinado tipo de instituição e de profissional, com perfil técnico, especializado na atividade de organização e tratamento de documentos. (ABECIN, 2002a, p.11).

Entretanto, é conveniente salientar que, até aquele momento (década de 1920), a formação de bibliotecários no Brasil não era de nível superior.

A primeira Escola de Biblioteconomia no Brasil, em nível universitário, segundo o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), foi criada em 1936, no Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo. A linha de formação adotada era a americana e, seus primeiros acadêmicos foram bibliotecários de todo o país. Desse modo, ao retornarem aos seus Estados, foram criando novos cursos de Biblioteconomia, principalmente nas universidades federais (CFB, 2009).

Nesse contexto, foram criadas:

- a Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal da Bahia – UFBA –, em 1942;
- a Faculdade de Biblioteconomia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCCAMP –, em 1945;
- a Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS –, em 1947;
- o Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Paraná – UFPR –, em 1950; e
- a Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, em 1950.

Em 1965, existiam 14 escolas e cursos de Biblioteconomia brasileiros (CFB, 2009). Atualmente, há 38 escolas de Biblioteconomia no Brasil. (FEBAB, 2009).

Castro (2000), afirma que o ensino de Biblioteconomia nos padrões técnicos americanos foi efetivado no Brasil devido ao intercâmbio de bibliotecários brasileiros que freqüentavam cursos de especialização nos Estados Unidos e à vinda de profissionais americanos, para ministrar cursos de capacitação aos bibliotecários no Brasil. Segundo Souza (2003), este é o padrão de ensino que existe até os dias de hoje. Contudo, com a necessidade de rever os projetos pedagógicos dos cursos, em função das Diretrizes Curriculares Nacionais e das novas demandas do mundo do trabalho, mudanças estão acontecendo no cenário educacional da Biblioteconomia brasileira.

A preocupação com a capacitação do bibliotecário brasileiro como disseminador de informação, teve início com a fundação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), hoje Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Fundado em 1954, o IBBB tinha como objetivo coletar e disseminar informações e pesquisas produzidas pelos cientistas brasileiros, através de bibliografias e documentação especializadas, como também produzidas por cientistas estrangeiros, sobre assuntos de interesse para a comunidade científica e tecnológica nacional. A discussão sobre as profissões de bibliotecário e de documentalista, o acompanhamento de informações de interesse da ciência brasileira, através de intercâmbio entre bibliotecas e instituições de informação nacionais e estrangeiras, buscando facilitar a utilização dos recursos bibliográficos também foram foco de discussão desse instituto. (CASTRO, 2000).

4.1 OS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA

À época da criação dos primeiros cursos de Biblioteconomia no Brasil, não existia um currículo único. Em função da diversidade dos currículos e da duração dos cursos, a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) engajou-se na regulamentação dos cursos de Biblioteconomia no Brasil.

A FEBAB foi criada em 26 de julho de 1959, como uma sociedade civil sem fins lucrativos, cuja missão é defender e impulsionar a profissão. Seus objetivos são

congregar as entidades para tornarem-se membros e instituições filiadas; coordenar e desenvolver atividades que promovam as bibliotecas e seus profissionais; apoiar as atividades de seus filiados e dos profissionais associados; atuar como centro de documentação, memória e informação das atividades de biblioteconomia, ciência da informação e áreas correlatas brasileiras; interagir com as instituições internacionais da área de informação; desenvolver e apoiar projetos na área, visando o aprimoramento das bibliotecas e dos profissionais; contribuir para a criação e desenvolvimento dos trabalhos das comissões e grupos de áreas especializadas de biblioteconomia e ciência da informação. (FEBAB, 2009).

Em 1962, os cursos de Biblioteconomia brasileiros foram regulamentados através da Resolução de 16 de novembro de 1962, do Conselho Federal de Educação, que fixou o Currículo Mínimo e determinou a duração dos cursos. Com a Lei 4.084, de 1962, e o Decreto 56.725, de 18 de agosto de 1965, a profissão de bibliotecário foi regulamentada.

O primeiro Currículo Mínimo dos cursos de Biblioteconomia brasileiros tinha duração de três anos e compreendia as seguintes disciplinas:

- História do Livro e das Bibliotecas,
- História da Literatura,
- História da Arte,
- Introdução aos Estudos Históricos,
- Evolução do Pensamento Filosófico e Científico,
- Organização e Administração de Bibliotecas,
- Catalogação e Classificação,
- Bibliografia e Referência,
- Documentação e Paleografia. (CASTRO, 2002).

Este currículo tinha por objetivo atender às necessidades emergentes do mundo do trabalho do bibliotecário e o aumento da produção científica brasileira que exigia uma organização e um controle técnicos. Algumas disciplinas de cultura geral (como História da Arte, Introdução aos Estudos Históricos e Evolução do Pensamento Científico e Filosófico) foram inseridas no currículo para que o bibliotecário não tivesse apenas uma formação técnica. (CASTRO, 2002).

Briquet de Lemos (1973, p.52) afirma que, com o Currículo Mínimo foi dado “um passo à frente, no sentido de uma maior uniformidade no ensino de Biblioteconomia no Brasil e também no de uma formação cultural mais diversificada do bibliotecário.”. Muller afirma que “é possível distinguir dois grandes grupos, um de assuntos técnicos e outro com conteúdo cultural e humanístico.”. (MUELLER, 1988, p.7) nas disciplinas do Currículo Mínimo de 1962.

Em 1966, de acordo com Castro (2002, p.40-41), apenas três das escolas de Biblioteconomia existentes “se pautaram por ele [Currículo Mínimo]: a do Pará [Curso de Biblioteconomia da Universidade do Pará], a de Niterói [Curso Autônomo de Biblioteconomia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro] e a BN. As duas primeiras, por estarem iniciando suas atividades, e a BN, por promover cursos avulsos.”.

Em 1967 foi criada, a Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD), “tendo como objetivo principal o aprimoramento do ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil, preocupando-se com o aperfeiçoamento e o desenvolvimento integrado dos cursos de graduação existentes no país.”. (GUIMARÃES, 1995, p. 75). Durante a vigência do Currículo Mínimo de 1962, a ABEBD promoveu discussões sobre o ensino da área.

A partir da década de 1970, houve uma expansão dos cursos de Biblioteconomia no país, a criação dos primeiros periódicos especializados da área e dos primeiros cursos de mestrado, fazendo emergir novas discussões sobre os conteúdos curriculares de Biblioteconomia, bem como sobre a adequação do Currículo às exigências do mundo do trabalho. Desse modo, a ABEBD passou a convocar, a partir de 1971, reuniões periódicas com o intuito de buscar sugestões para mudanças no Currículo Mínimo.

Dentre os principais tópicos de discussão para as mudanças curriculares, destaca-se:

- a preocupação dos profissionais em reorientar a Biblioteconomia de uma “organização para a preservação” para uma “organização para a difusão e o uso”, ou seja, o foco da profissão passa da preservação para a o uso da informação. De acordo com Mueller (1988, p.10), essa intenção fica evidente na frase “prover o acesso eficiente à informação é a tarefa do bibliotecário”, apresentada na proposta do currículo mínimo de 1981;
- a preocupação com uma formação voltada ao atendimento do usuário;
- a preocupação com as diferenças regionais brasileiras, ou seja, era necessário um currículo com ênfase nas características de cada região;
- o desenvolvimento de novas tecnologias que permitiam o aperfeiçoamento das técnicas de trabalho do bibliotecário;
- o desejo de capacitar o bibliotecário como administrador de unidades de informação.

Em 1981, a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura (SESu/MEC) criou um grupo de trabalho liderado pela ABEBD, com a participação de professores de Biblioteconomia e de técnicos do SESu/MEC, com o objetivo de elaborar uma proposta de reformulação do currículo dos cursos de Biblioteconomia. (CASTRO, 2002; GUIMARÃES, 2002).

O novo currículo teve suas diretrizes baseadas na concepção de um bibliotecário capacitado para selecionar, reunir, organizar e disseminar a informação disponível em materiais bibliográficos e audiovisuais, com o objetivo de facilitar o acesso do usuário à informação adequada às suas necessidades. A relação entre o indivíduo, a informação e os suportes materiais passa a ser identificada como objeto de estudo da Biblioteconomia. Em complemento a isto, Muller afirma que as mudanças previstas no novo currículo podem ser resumidas na

visão de uma profissão voltada para a sociedade, consciente dos problemas do País e do papel profissional que lhe caberia como administrador de informação, participante dos acontecimentos e líder das transformações que se fariam necessárias na sua área de atuação. Esse novo bibliotecário teria ainda bem desenvolvidos a capacidade gerencial e o interesse pela atuação dos meios para o desempenho profissional. Seria criativo, não temeria mudanças. (MUELLER, 1988, p.10).

Diante desta visão de bibliotecário, ficou evidenciada a necessidade de um currículo em que houvesse um equilíbrio entre os padrões técnicos e humanistas de ensino.

Assim, em 1982, foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação o novo Currículo Mínimo dos cursos de Biblioteconomia brasileiros. Este currículo buscou um equilíbrio entre as concepções humanista e tecnicista. Segundo Guimarães (2000), esse fato pode ser evidenciado pela presença de disciplinas de outras áreas que deveriam contribuir para uma formação humanista e para fazer frente às transformações da época. Para Santos (1998), “o novo currículo teve como proposição ser multidisciplinar, preocupar-se com a organização dos documentos e, também, com o tratamento da informação, destacando o usuário dos serviços e unidades de informação como eixo central.”.

Quanto à sua organização, é importante destacar que o Currículo Mínimo de 1982 apresentou, pela primeira vez, uma distinção entre três tipos de conteúdos: fundamentação geral, disciplinas instrumentais e formação profissional. Fazem parte do primeiro grupo disciplinas cujos objetivos são fornecer embasamento em áreas necessárias à formação de um profissional competente. As disciplinas instrumentais tinham a finalidade de fornecer conhecimento como línguas ou estatística, domínios considerados indispensáveis ao bom desempenho das tarefas bibliotecárias. No terceiro grupo foram alocadas as disciplinas vinculadas à formação e ao fazer profissional do bibliotecário. (MUELLER, 1988).

Nos conteúdos de fundamentação geral foi incluída a disciplina de “Comunicação”, tendo em vista a importância deste conhecimento nas funções do bibliotecário junto aos seus usuários. As disciplinas “Introdução aos Estudos Históricos e Sociais”, “História do Livro e das Bibliotecas”, “História da Literatura” e “História da Arte” foram mantidas no currículo apesar de apresentarem alterações em sua nomenclatura: a primeira passou a ser denominada “Aspectos Sociais, Políticos e Econômicos do Brasil Contemporâneo”, tendo seu conteúdo focado nas questões brasileiras, de maneira a propiciar aos futuros bibliotecários consciência do ambiente da profissão; as demais disciplinas foram agrupadas em uma única, denominada “História da Cultura”.

A disciplina instrumental “Evolução do Pensamento Filosófico e Científico” deixa de existir, abrindo espaço para “Lógica”, “Língua e Literatura Portuguesa” e “Língua Estrangeira Moderna”. Para esta última disciplina, as escolas tinham a liberdade de escolher a língua que iriam incluir em seus currículos ou dar opções de escolha aos seus acadêmicos.

“Métodos e Técnicas de Pesquisa” e “Informação Aplicada à Biblioteconomia” foram acrescentadas ao grupo matérias de formação profissional. As demais disciplinas deste grupo são ramificações de outras do Currículo de 1962.

É importante ressaltar a diferença entre os conceitos de matéria e disciplina. De acordo com Guimarães (2002), o termo matérias é adotado na construção do Currículo Pleno e se refere às unidades de conteúdo do currículo, ao passo que, “no Currículo Mínimo, tais matérias são mais especificamente subdivididas (e aprofundadas) em disciplinas.”. (GUIMARÃES, 2002, p.52). Esta diferenciação fica clara se observado o quadro dois a seguir.

QUADRO 2 – Disciplinas dos currículos mínimos dos cursos de Biblioteconomia no Brasil

Currículo Mínimo (1962)	Currículo Mínimo (1982)
<ul style="list-style-type: none"> √ História do Livro e das Bibliotecas √ História da Literatura √ História da Arte √ Introdução aos Estudos Históricos e Sociais √ Evolução do Pensamento Filosófico e Científico √ Organização e Administração de Bibliotecas √ Catalogação e Classificação √ Bibliografia e Referência √ Documentação √ Paleografia 	<p>→ Matérias de Fundamentação Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> √ Comunicação √ Aspectos Sociais, Políticos e Econômicos do Brasil Contemporâneo √ História da Cultura <p>→ Matérias Instrumentais</p> <ul style="list-style-type: none"> √ Lógica √ Língua e Literatura Portuguesa √ Língua Estrangeira Moderna <p>→ Matérias de Formação Profissional</p> <ul style="list-style-type: none"> √ Métodos e Técnicas de Pesquisa √ Informação Aplicada à Biblioteconomia √ Produção de Registros do Conhecimento √ Formação e Desenvolvimento de Coleções √ Controle Bibliográfico dos Registros do Conhecimento √ Disseminação da Informação √ Administração de Bibliotecas

Fonte: Quadro adaptado de CONSELHO..., 1982 apud SANTOS, 1998.

De acordo com Mueller (1988, p. 8), a mudança na nomenclatura das disciplinas de formação profissional deve-se ao “esforço no sentido de mudar o

enfoque do processo de ensino e formação, abandonando-se a ênfase na aquisição de habilidades em técnicas específicas, para reforçar o entendimento dos objetivos que tais técnicas teriam.”. Assim, ainda de acordo com a autora, foi fundamental alterar o nome das disciplinas, a fim de que não ficassem diretamente vinculadas às técnicas a serem estudadas. “Paleografia” foi a única disciplina que deixou de existir no grupo de formação profissional no Currículo de 1982.

A duração dos cursos foi alterada para quatro anos com uma carga horária mínima de 2.500 horas. Além disso, foi instituído um estágio obrigatório a ser cumprido no decorrer de oito semestres. (GUIMARÃES, 2002).

O Currículo Mínimo de 1982, assim como o de 1962, foi alvo de críticas tanto por parte dos órgãos de classe como dos professores de Biblioteconomia do país. O principal foco de discussão era que não atendia os aspectos sociais da profissão e não dava uma formação adequada ao bibliotecário. Santos (1998, p.6), afirma que a responsabilidade pela má formação e desempenho dos profissionais bibliotecários, deveria ser vista sob outra ótica: “a falta de criatividade dos docentes/bibliotecários em construir um currículo pleno adequado às exigências da sociedade.”. Ainda, segundo esta autora, o Currículo Mínimo deveria ser entendido como uma base para o ensino e não como um limitador. Neste sentido, as escolas que soubessem complementar seu currículo, adequando-o às demandas da sociedade, obteriam sucesso; aquelas que se contentarem com o “mínimo”, ficariam aquém da formação profissional desejada. (SANTOS, 1998).

4.2 A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO E AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

A variedade de habilidades que a sociedade atual requer do cidadão e a diversidade de informações disponíveis em função das tecnologias são fatores que influenciaram a reflexão da educação brasileira para o século XXI e, em especial o ensino de Biblioteconomia.

Enquanto o Ministério da Educação promovia discussões acerca da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a ABEBD organizava encontros para

discutir as questões curriculares e os perfis dos egressos dos cursos de Biblioteconomia.

Em 1996 foi promulgada a “nova” Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996) apresentando inovações na forma de se pensar o ensino do País. Em seu artigo 43, a LDB apresenta as finalidades para a educação superior.

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRASIL, 1996).

À luz dessas proposições, o ensino superior brasileiro demanda uma formação mais vinculada à realidade social, vendo o homem como um ser pensante capaz de interagir com o seu meio.

A LDB propõe autonomia às universidades para fixar os currículos de seus cursos desde que observassem as Diretrizes Curriculares Nacionais, conforme especificado a seguir:

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino; (Regulamento)

II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;

IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;

V - elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;

VI - conferir graus, diplomas e outros títulos;

VII - firmar contratos, acordos e convênios;

VIII - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;

IX - administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;

X - receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas. (BRASIL, 1996, grifo nosso).

A reforma curricular dos cursos superiores brasileiros foi iniciada em 1997. Com o objetivo de elaborar as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação brasileiros, o SESu/MEC solicitou que as IES enviassem suas propostas. Para a área de Ciência da Informação, na qual se incluem os cursos de Biblioteconomia, o SESu/MEC criou uma comissão de especialistas da área. Esta comissão consultou os professores dos cursos de Biblioteconomia do País e a ABEBD. Em 2000, esta comissão apresentou uma proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Biblioteconomia.

As Diretrizes Curriculares Nacionais, de acordo com o edital que as constituiu (edital 4/97 da SESu/MEC), têm por objetivo

servir como referência para as instituições de Ensino Superior (IES) definirem seus currículos plenos, em termos de conteúdos básicos e de conteúdos profissionais essenciais para o desenvolvimento de competências e habilidades requeridas para os egressos da área/curso. (BRASIL, 1997).

São estruturadas da seguinte forma:

- a) perfil do egresso almejado;
- b) competências e habilidades (gerais para toda a área de Ciência da Informação, e específicas, para a Biblioteconomia);
- c) tópicos de estudo (matérias de formação geral e específica);
- d) duração dos cursos;
- e) estágios e atividades complementares; e
- f) estrutura geral dos cursos (corpo docente, avaliação, padrões de qualidades e interface graduação/pós-graduação). (BRASIL, 2001).

Conforme evidenciam Guimarães (2002) e Santos (1998), as Diretrizes Curriculares Nacionais, são uma base para a organização dos cursos. Estas diretrizes dão liberdade às Instituições de Ensino Superior para definir ao menos metade da carga horária mínima de cada curso, de acordo com as suas especificidades.

Assim, com base nestas diretrizes, os cursos de Biblioteconomia estão se adequando a esta proposta e às demandas do mundo do trabalho. Desse modo, concorda-se com Rodrigues (2002) quando afirma que

[...] o desenvolvimento da formação profissional [do bibliotecário] sofreu diferentes e significativas influências que marcaram o seu pensar e o seu fazer. Apesar do modelo tecnicista ter marcado fortemente a formação do bibliotecário no Brasil, atualmente a área se encontra num momento em que procura romper com essa concepção de profissional eminentemente técnico. Os cursos de graduação estão buscando, através de novas propostas curriculares, um perfil profissional de natureza mais interdisciplinar que possa dar conta de uma realidade heterogênea, em um tempo de rápidas, constantes e profundas mudanças, com um aparato tecnológico constantemente em aperfeiçoamento e usuários cada vez mais exigentes.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Biblioteconomia refletem a preocupação das instituições de ensino em adequar a formação profissional do bibliotecário à realidade social e se organizar dentro de uma perspectiva de interdisciplinaridade, provendo uma formação mais condizente com a sociedade contemporânea.

A partir de 2001, a ABEBD foi extinta e criada a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN). Esta associação tem como objetivo “assegurar o debate sobre a formação de pessoas comprometidas com a manutenção e a ampliação de um corpo profissional atuante nos campos das práticas da Ciência da Informação.”. (ABECIN, 2009).

Desde 2001, esta associação tem promovido encontros com os cursos de Biblioteconomia e realizado seminários e oficinas no sentido de discutir os Projetos

Pedagógicos de Curso à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais. (ABECIN/FORGRAD, 2001; ABECIN 2002a; 2002b; 2002c; 2003; 2004).

Entende-se que o ensino de Biblioteconomia da atualidade procura romper com a concepção de um profissional eminentemente técnico que ainda se faz presente na prática profissional do bibliotecário. Neste sentido,

os cursos de graduação estão buscando, através de novas propostas curriculares, um perfil profissional de natureza mais interdisciplinar que possa dar conta de uma realidade heterogênea, em um tempo de rápidas, constantes e profundas mudanças, com um aparato tecnológico constantemente em aperfeiçoamento e com usuários cada vez mais exigentes. (ABECIN, 2002a, p.11).

Diante deste cenário, o ensino de Biblioteconomia brasileiro vem apresentando novas configurações, uma vez que os cursos podem organizar seus projetos pedagógicos de maneira a incluir disciplinas coerentes com a realidade social local. Além do domínio dos conteúdos inerentes à área, este profissional é preparado para enfrentar os problemas de sua prática profissional, produzir e disseminar conhecimentos, assim como refletir criticamente sobre a realidade que o envolve. (RODRIGUES, 2002).

O ensino de Biblioteconomia no Brasil acompanha as mudanças globais e busca uma harmonização com os cursos do Mercosul. Para tanto, desde 1996, são realizados estudos pelos países participantes desse Bloco, a fim de compatibilizar a formação do bibliotecário na Região. Este assunto é apresentado no próximo tópico.

4.3 ESTUDOS DE HARMONIZAÇÃO CURRICULAR DO MERCOSUL

Os estudos de harmonização curricular dos cursos de Biblioteconomia do Mercosul foram iniciados a partir de um processo de integração, em 1996, quando os dirigentes dos cursos superiores de Biblioteconomia da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Paraguai e do Brasil reuniram-se no Brasil por iniciativa da ABEBD. (SANTOS, 1998). A harmonização curricular é uma tentativa de facilitar a mobilidade dos profissionais nos diversos países componentes do Bloco.

Para Guimarães e Rodrigues (2003), estes estudos pautam-se por questões de natureza jurídica e didático-pedagógica-investigativa. A natureza jurídica vincula-se à criação do Mercosul pelo Tratado de Assunção,

em cujo Programa III do Plano para o Desenvolvimento Educativo Regional do Mercosul observa-se o compromisso dos Ministérios da Educação dos países firmantes quanto a “harmonização dos sistemas e busca de compatibilização acadêmica, jurídica e administrativa e o estabelecimento de um sistema comum de informação educativa relevante” (SANTOS 1997:3) – de natureza didático-pedagógica-investigativa, quando a comunidade acadêmica da área resolve criar espaços, mecanismos para identificação e análise da situação, na área, bem como para o delineamento de políticas conjuntas de ação. (GUIMARÃES; RODRIGUES, 2003, p. 59-60).

Assim, o *I Encuentro de Directores de Escuelas de Bibliotecología y Ciencia de la Información del Mercosur*, realizado no Brasil teve como temática o processo de compatibilização curricular, ou seja, a análise dos conteúdos mínimos (ementas das disciplinas de formação profissional). Naquele momento, de acordo com Santos (1998) foi estabelecida a metodologia a ser desenvolvida e determinadas as metas a serem alcançadas.

Em 1997, no *II Encuentro de Directores de Escuelas de Bibliotecología y Ciencia de la Información del Mercosur*, em Buenos Aires, na Argentina, foram definidas as ementas e os conteúdos mínimos para os cursos de Biblioteconomia do Mercosul. Para tanto, foram estabelecidas seis áreas temáticas, descritas no quadro três.

QUADRO 3 – Áreas temáticas dos cursos de Biblioteconomia do Mercosul

Área 1: Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação
Comunicação e Informação. Cultura e Sociedade. Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia, Museologia, Ciências da Informação e áreas afins. Unidades e Serviços de Informação. O Profissional da Informação: formação e atuação. História e tendências da produção dos registros do conhecimento, das unidades e dos sistemas nacionais e internacionais de informação.
Área 2: Processamento da Informação
Organização do Conhecimento e tratamento da Informação. Tratamento descritivo dos documentos. Tratamento temático: teoria da classificação, análise da informação, teoria da indexação. Práticas, tecnologias e produtos. Geração e organização de instrumentos de recuperação da Informação.
Área 3: Recursos e Serviços de Informação
Fundamentos, princípios, processos e instrumentos para: seleção, aquisição, avaliação, descarte, desbastamento, preservação, conservação e restauração de recursos de informação documentais e virtuais. Normas relativas ao desenvolvimento das coleções. Fontes de informação documentais e virtuais: conceitos, tipologias, características, acesso, utilização e avaliação. Estudo e educação de usuários. A indústria da informação: geração, produção e comercialização de documentos, fontes e serviços de informação. Serviços de provisão e acesso. Serviços de referência e informação. Serviços de extensão e ação cultural.
Área 4: Gestão de Unidades de Informação
Teoria Geral da Administração. Teoria organizacional. Teoria de sistemas. Técnicas modernas de gestão. Gestão de unidades e serviços de informação: leitores, usuários, clientes e ambiente social. Formulação de projetos de informação. Gestão de recursos humanos. Gestão financeira. Gestão de espaço físico. Mensuração e avaliação de serviços e unidades de informação.
Área 5: Tecnologia da Informação
Aplicações da tecnologia da informação e comunicação nas unidades de informação. Análise, avaliação e desenvolvimento (<i>hardware</i> e <i>software</i>). Gestão de bases de dados e bibliotecas virtuais. Análise e avaliação de sistemas e redes de informação. Informatização das unidades de informação.
Área 6: Pesquisa
Epistemologia da investigação científica. Metodologia da pesquisa social. Pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação: produção e comunicação científica.

Fonte: ENCUESTRO..., 1997.

Em 1998, em Santiago no Chile, aconteceu o *III Encuentro de Directores de Escuelas de Bibliotecología y Ciencia de la Información del Mercosur*, no qual foram discutidos os objetivos e as cargas horárias mínimas para a viabilização dos conteúdos, assim como as competências do profissional almejado pelos cursos nas diferentes áreas.

O *IV Encuentro de Directores de Escuelas de Bibliotecología y Ciencia de la Información del Mercosur*, realizado em Montevideo, em 2000. (ENCUESTRO...,2000), reuniu professores do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile. Entre os assuntos discutidos, as competências e habilidades do bibliotecário/cientista da informação mereceram destaque.

Cada país foi convidado a apresentar informações sobre as competências e habilidades do egresso. Em seguida, houve uma discussão sobre o tema e foi elaborada uma categorização de competências desejáveis a um profissional egresso de um curso da área de Biblioteconomia/Ciência da Informação do Mercosul. (ENCUENTRO..., 2000). As competências foram divididas em quatro categorias conforme pode ser observado no quadro quatro (página 58).

Analisando este quadro percebe-se que há competências que se repetem em mais de uma área. Por exemplo, a competências de “elaborar produtos de informação (bibliografias, catálogos, guias, índices, DSI, etc.)”. (ENCUENTRO..., 2000, p.70) aparece tanto nas competências referentes à “comunicação e expressão” quanto nas “competências técnico-científicas” e, ainda, nas “competências gerenciais”. Tal fato é proposital, tendo em vista que tais competências devem ser desenvolvidas pelo bibliotecário em mais de uma das suas atividades profissionais.

QUADRO 4 – Categorização de competências desejáveis e exequíveis a um profissional egresso de uma Universidade da área de Biblioteconomia/Ciência da Informação no Mercosul

Comunicação e Expressão	<ul style="list-style-type: none"> - Formular e gerenciar projetos de informação - Aplicar técnicas de marketing, liderança e de relações públicas - Capacitar e orientar os usuários para o melhor uso de unidades de informação e seus recursos - Elaborar produtos de informação (bibliografias, catálogos, guias, índices, DSI, etc.) - Executar procedimentos automatizados próprios de um ambiente informatizado - Planejar e executar estudos de usuários/clientes da informação e formação de usuários/clientes de informação
Técnico-Científicas	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver e executar o processamento de documentos em diferentes suportes em unidades, sistemas e serviços de informação - Reunir, registrar, armazenar, recuperar e divulgar informações registradas em qualquer suporte para usuários de unidades, sistemas e serviços de informação - Elaborar produtos de informação (bibliografias, catálogos, guias, índices, DSI, etc.) - Utilizar e disseminar fontes, produtos e recursos de informação em diferentes suportes - Reunir e valorar documentos e proceder ao arquivamento - Preservar e conservar os materiais armazenados nas unidades de Informação - Selecionar e avaliar todo tipo de material para as unidades de informação - Buscar, registrar, avaliar e difundir a informação com fins acadêmicos e profissionais - Executar procedimentos automatizados próprios de um ambiente informatizado - Planejar e executar estudos de usuários/clientes da informação e formação de usuários/clientes de informação - Planejar, construir e gerir redes globais de informação - Formular políticas de pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação - Realizar pesquisas e estudos sobre desenvolvimento e aplicação de metodologia de elaboração e utilização do conhecimento registrado - Assessorar e intervir na elaboração de normas jurídicas em Biblioteconomia e Ciência da Informação - Assessorar na avaliação de acervos bibliográficos e documentais - Realizar pesquisas referentes a autenticidade, antiguidade, procedência e estado de materiais impressos raros
Gerenciais	<ul style="list-style-type: none"> - Dirigir, gerenciar, organizar e coordenar unidades, sistemas e serviços de informação - Formular e gerenciar projetos de informação - Aplicar técnicas de marketing, liderança e de relações públicas - Buscar, registrar, avaliar e difundir a informação com fins acadêmicos e profissionais - Elaborar produtos de informação (bibliografias, catálogos, guias, índices, DSI, etc.) - Assessorar o planejamento de recursos econômico-financeiros e humanos do setor - Planejar, coordenar e avaliar a preservação e conservação do acervo documental - Planejar e executar estudos e formação de usuários/clientes da informação - Planejar, construir e gerir redes regionais e globais de informação
Sociais e Políticas	<ul style="list-style-type: none"> - Selecionar e avaliar todo tipo de material para as unidades de informação - Buscar, registrar, avaliar e difundir a informação com fins acadêmicos e profissionais - Assessorar e intervir na formulação de políticas de informação - Assessorar o planejamento de recursos econômico-financeiros e humanos do setor - Planejar e executar estudos de usuários/clientes da informação e formação de usuários/clientes de informação - Promover uma atitude crítica e criativa a respeito da resolução de problemas e questões de informação - Fomentar uma atitude aberta e interativa com os diversos atores sociais (políticos, empresários, educadores, trabalhadores e profissionais de outras áreas, instituições e cidadãos em geral) - Identificar novas demandas sociais de informação - Contribuir para definir, consolidar e desenvolver o mercado de trabalho na área - Atuar coletivamente com seus pares no âmbito das instituições sociais, com o objetivo da promoção e defesa da profissão - Formular políticas de pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação - Assessorar e intervir na elaboração de normas jurídicas em Biblioteconomia e Ciência da Informação

Fonte: ENCUESTRO..., 2000, p.70-71 [tradução nossa]

Estas competências por sua importância e abrangência foram exaustivamente citadas nos projetos pedagógicos dos cursos da Região Sul do Brasil, e são discutidas no capítulo referente à análise dos PPCs.

O tema central do *V Encuentro de Directores de Escuelas de Bibliotecología y Ciencia de la Información del Mercosur*, realizado em 2001, no Paraguai, foi as diretrizes político-estratégicas para uma formação docente com impacto na pesquisa e na extensão. (GUIMARÃES, DANUELLO, MENEZES, 2004).

O encontro voltou a acontecer no Brasil, na sua sexta edição (*VI Encuentro de Directores de Escuelas de Bibliotecología y Ciencia de la Información del Mercosur*), em 2002 e teve como tema as articulações da pesquisa com o ensino e a extensão. É importante destacar que, a partir de 1997, paralelo ao encontro de diretores, passou a acontecer o encontro de docentes dos cursos de Biblioteconomia do Mercosul. Em 2002, no quinto encontro, foram novamente discutidas as áreas temáticas, onde as recomendações dos encontros anteriores foram resgatadas e refletidas. Merece destaque a proposta de alteração da denominação da área de “Processamento da Informação” para “Organização e Recuperação da Informação”, em função de ter por objeto os processos, produtos e serviços em organização de forma e de conteúdo em recuperação da informação, estas últimas consideradas como macro-linhas de investigação da área. (GUIMARÃES, DANUELLO, MENEZES, 2004).

O *VII Encuentro de Directores de Escuelas de Bibliotecología y Ciencia de la Información del Mercosur*, foi realizado na Argentina, em 2004 e teve como tema central “os modelos de avaliação nos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação” buscando propostas convergentes para as escolas do Mercosul. O oitavo encontro aconteceu no Chile, em 2007. Nesse encontro foram discutidas orientações para a integração regional das escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação no Mercosul. No Brasil, a ABECIN tem organizado oficinas de trabalho e encontros regionais com o intuito de desenvolver estudos sobre o ensino de Biblioteconomia no País. (ABECIN, 2009).

5 METODOLOGIA

Entende-se por pesquisa, a exploração de um tema através de procedimentos sistemáticos visando a compreensão de fatos que compõem uma determinada realidade. (BARROS; LEHFELD, 2005, p.30).

Em razão do estudo da adequação dos cursos de Biblioteconomia às Diretrizes Curriculares Nacionais ser tema pouco explorado na literatura brasileira da área, optou-se por realizar uma pesquisa de caráter documental, exploratória e, do ponto de vista da análise dos dados e demonstração dos resultados, com abordagem quali-quantitativa.

Observa-se, conforme Gonsalves (2005, p.32) que “a noção de documento corresponde a uma informação organizada sistematicamente, comunicada de diferentes maneiras (oral, escrita, visual ou gestualmente) e registrada em material durável.”. Para Marconi e Lakatos (2002, p.62) “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias.”. Assim, pondera-se que os projetos pedagógicos de cursos de Graduação de Biblioteconomia são documentos e, portanto, plausíveis de análise e interpretação. Reforçando a idéia da diferença entre pesquisa documental e pesquisa bibliográfica, Gonsalves (2005) afirma que

a pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre um assunto, atentando para *fontes secundárias*, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as *fontes primárias*. (GONSALVES, 2005, p.32).

Desse modo, ao analisar os projetos pedagógicos dos cursos de Biblioteconomia da Região Sul do Brasil, tem-se uma pesquisa de caráter documental, uma vez que será constituída pelo exame de documentos que ainda não receberam tratamento analítico.

A pesquisa exploratória, conforme Gonsalves (2005, p.65), “se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de idéias, com objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado.”. Segundo Vergara (1997), a pesquisa exploratória é recomendada

em casos em que existe pouco conhecimento acumulado e sistematizado sobre o objeto em estudo.

Por sua vez, a pesquisa qualitativa preocupa-se com a “compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão às suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica.”. (GONSALVES, 2005, p.68). De acordo com Goldenberg (2002), na pesquisa qualitativa, a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica de seu objeto, mas com a compreensão daquilo que está sendo estudado, seja um grupo, uma realidade social, ou um documento.

A fase da análise e interpretação dos dados em uma pesquisa constitui uma tarefa complexa, por envolver aspectos éticos, emocionais, subjetivos e técnicos, entre outros. De acordo com Minayo (1996, p.197)

a análise busca atingir três objetivos: compreender em profundidade os conteúdos, sentidos e estruturas contidos nos dados; compreender os dados na relação com o meio social; e buscar a validade do que é percebido. Como maior dificuldade e desafio, procura ultrapassar o nível aparente dos dados e alcançar a compreensão mais profunda de seus significados.

Para tanto, é necessário adotar uma técnica de análise de dados. De acordo com Marconi e Lakatos (2002, p.62), “técnica é um conjunto de preceitos ou processos de que serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática.”. Neste sentido, com o intuito de alcançar os objetivos propostos para esta pesquisa, adotou-se a técnica de análise de conteúdo de Bardin. Para esta autora, a análise de conteúdo é

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (BARDIN, 2004, p.42).

Este tipo de técnica, conforme Marconi e Lakatos (2002), permite analisar o conteúdo de livros, revistas, jornais, discursos, películas cinematográficas, propaganda de rádio e televisão, slogans etc. “É uma técnica que visa aos produtos da ação humana, estando voltada para o estudo das idéias e não das palavras em si.”. (MARCONI; LAKATOS, 2002, p.129).

Segundo Bardin (2004), a análise de conteúdo tem as seguintes fases: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados; inferência e interpretação.

A fase da pré-análise é a de organização. É quando se estabelece um roteiro de trabalho. O objetivo deste roteiro é sistematizar as idéias através dos seguintes passos: escolha dos documentos, formulação das hipóteses e dos objetivos e elaboração dos indicadores que fundamentam a interpretação final.

O *corpus* da pesquisa são os projetos pedagógicos de curso de Biblioteconomia da Região Sul do Brasil, pois estes compõem o “conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos.”. (BARDIN, 2004, p.96). Os PPCs dos cursos de Biblioteconomia da UFSC e da UDESC foram obtidos através de contato direto com os coordenadores desses cursos. Os PPCs dos cursos da UEL, FURG e UFRGS foram obtidos através de contatos telefônicos ou por e-mail. É importante ressaltar as edições (ano do documento analisado e não ano em que o PPC começou a ser utilizado) de cada PPC, pois no decorrer dessa pesquisa podem ter sido elaboradas edições mais recentes destes projetos, que não foram alvo de nosso estudo. O projeto da UEL analisado é de 2005; o PPC do curso da UFSC é de 2004; 2007 é o ano do PPC do curso da UDESC; o do curso da UFRGS é de 2000; e o do curso da FURG é de 2006.

No âmbito desta pesquisa, entende-se como projeto pedagógico de curso (PPC)¹, o documento no qual são expressos “os principais parâmetros para a ação educativa, fundamentando, juntamente com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a gestão acadêmica, pedagógica e administrativa de cada curso.”. (FRISCHKNECHT et al., 2008). Convém esclarecer que os cursos de Biblioteconomia da Região Sul utilizaram na construção de seus documentos a terminologia “projeto político-pedagógico.”. Entretanto, a expressão “projeto pedagógico de curso” é adotada pelo MEC desde 2004 (portaria MEC n.4361 de 29 de dezembro de 2004). Por esta razão nesta dissertação foi adotada a expressão “projeto pedagógico de curso.”.

A escolha destes documentos obedece às regras de exaustividade homogeneidade e pertinência, consideradas necessárias para a análise de conteúdo, segundo Bardin (2004).

¹ No site do MEC e no texto da LDB não foi localizado conceito para PPC. Assim, utilizamos conceituação adotada por outros autores.

Quanto à exaustividade, de acordo com a autora, é preciso considerar todos os elementos do corpus de análise, não deixando nenhum elemento fora do processo de análise. Em função disto, zela-se pela não-seletividade. Nesta pesquisa isto é possível na medida em que são analisados todos os projetos pedagógicos de cursos de Biblioteconomia das Instituições de Ensino Superior da Região Sul do Brasil. Na regra da homogeneidade, Bardin considera que os documentos analisados devem ser homogêneos, assim como as técnicas de coleta de informações a respeito desses documentos. Características particulares em um determinado tipo de documento ou em determinado processo de coleta de informações pode deturpar (causar ruídos) os resultados. E, pertinência é considerada como a adequação dos documentos analisados aos objetivos da análise. Isto é, os documentos devem ser fontes de informações adequadas a esses objetivos. No caso desta pesquisa, os PPCs dos cursos de Biblioteconomia da Região Sul são os documentos nos quais é possível a obtenção das informações necessárias ao alcance dos objetivos estabelecidos.

A análise foi fundamentada no perfil, competências e habilidades dos egressos dos cursos de Biblioteconomia da Região Sul.

Por apresentar como princípio a inferência de conhecimentos relativos ao objeto de estudo, a análise de conteúdo pressupõe determinar os núcleos de sentido que se deseja identificar na comunicação, construir as variáveis a serem analisadas e, a partir da presença ou ausência das citações, verificar seu sentido dentro do contexto apresentado. Neste sentido, as variáveis norteadoras desta análise foram:

- Perfil,
- Competências e,
- Habilidades do egresso.

Por perfil do egresso entende-se “as competências que o egresso terá a oportunidade de desenvolver ao longo do curso e que serão aperfeiçoadas a partir de sua integração ao mercado de trabalho.” (CIDRAL; KEMCZINSKI; ABREU, 2001). Competências, no âmbito desta pesquisa, são o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que capacitam um profissional a exercer uma determinada função; as habilidades estão associadas ao “saber-fazer, ou seja, a capacidade de aplicar e fazer uso produtivo do conhecimento adquirido.” (BARBALHO, 2006).

Na fase de exploração do material realiza-se a preparação para a análise, em função das regras definidas. (BARDIN, 2004). A codificação é o processo pelo

qual os dados brutos dos documentos são transformados em unidades de representação de seu conteúdo. Ou seja, esta é a fase em que os dados são codificados para se compreender o texto. A partir desses passos é possível fazer o tratamento dos resultados.

Este tratamento é a fase em que “os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos.” (BARDIN, 2004, p.101). É neste momento que as informações coletadas são analisadas permitindo as inferências e interpretações de acordo com os objetivos da pesquisa.

No próximo capítulo são apresentados os resultados da análise.

6 ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS

Para fazer esta análise fundamentada na técnica de Bardin (2004), os textos dos PPCs dos cursos de Biblioteconomia da Região Sul do Brasil são confrontados com o das Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2001) dos cursos de Biblioteconomia brasileiros, verificando os pontos em comum e as divergências entre eles.

O perfil profissional sugerido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais ao egresso dos cursos de Biblioteconomia brasileiros é:

A formação do bibliotecário supõe o desenvolvimento de determinadas competências e habilidades e o domínio dos conteúdos da **Biblioteconomia**. Além de preparados para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, produzir e difundir conhecimentos, refletir criticamente sobre a realidade que os envolve, buscar aprimoramento contínuo e observar padrões éticos de conduta, os egressos dos referidos cursos deverão ser capazes de atuar junto a instituições e serviços que demandem intervenções de natureza e alcance variados: bibliotecas, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural etc. As IES poderão acentuar, nos projetos acadêmicos e na organização curricular, características do egresso que, sem prejuízo do patamar mínimo aqui considerado, componham perfis específicos. (BRASIL, 2001).

As competências e habilidades do egresso propostas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2001), são divididas em dois grupos:

❖ **Competências e habilidades gerais:**

- Gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los;
- Formular e executar políticas institucionais;
- Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos;
- Utilizar racionalmente os recursos disponíveis;
- Desenvolver e utilizar novas tecnologias;
- Traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação;
- Desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres;

- Responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo.

❖ **Competências e habilidades específicas:**

- Interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente;
 - Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação;
 - Trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza;
 - Processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação;
 - Realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação.

Para uma melhor compreensão da análise referente ao perfil profissional, a mesma é dividida em tópicos, a partir das características enfatizadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Biblioteconomia no Brasil. Cada um dos PPCs é analisado separadamente (tópicos 6.1 a 6.5). Depois, é apresentada uma comparação entre eles (tópico 6.6). O mesmo acontece na análise com relação às competências e habilidades do egresso. Entretanto, convém esclarecer que, no que se refere a esta última análise, são consideradas as propostas de harmonização curricular, discutidas nos Encontros de Diretores de Escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação do Mercosul. Quando as competências e habilidades dos egressos são analisadas com base nas áreas temáticas do Mercosul, as áreas “Organização e tratamento da informação” e “Recursos e serviços de informação” são consideradas relativas a competências técnico-científicas.

A análise das disciplinas propostas nos PPCs por área temática, tem por base a classificação proposta em cada um dos projetos. Convém, ainda, salientar que há divergências de classificação das disciplinas entre os diferentes cursos da Região Sul do Brasil.

6.1 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – UEL

O curso de Biblioteconomia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) foi criado em 25 de março de 1972, implantado em janeiro de 1973 e reconhecido em 1976. Inicialmente, ofertava 40 vagas semestrais. Atualmente a oferta é de 50 vagas anuais.

O currículo atual (2009), iniciado em 2005, é constituído por atividades acadêmicas, assim distribuídas:

- disciplinas obrigatórias;
- disciplinas optativas;
- atividades acadêmicas especiais de natureza obrigatória, correspondentes a trabalho de conclusão de curso e estágio supervisionado;
- atividades acadêmicas complementares, correspondentes à participação do estudante em: monitoria acadêmica; projetos de ensino, de pesquisa, de extensão e integrados; programas de extensão e de formação complementar no ensino de graduação; disciplinas especiais; cursos de extensão; eventos; estágios voluntários; disciplinas eletivas e disciplinas optativas.

O curso tem uma duração mínima de quatro anos e máxima de oito. Para obter o grau de Bacharel em Biblioteconomia, o estudante deve cursar 2.964 horas do currículo. As disciplinas são apresentadas por créditos, sendo que cada crédito equivale a 17 horas.

QUADRO 5 – Carga horária PPC da UEL

Atividade pedagógica	Hora-aula
Disciplinas obrigatórias	2.074 horas-aula
Disciplinas optativas	510 horas-aula
Atividades complementares	125 horas-aula
Estágios	119 horas-aula
Trabalho de Conclusão de Curso	136 horas-aula
Total	2.964 horas-aula

Fonte: UEL, 2005.

O perfil de egresso do curso de Biblioteconomia da UEL está assim descrito:

O Curso de Biblioteconomia pretende formar o profissional considerando não só a competência técnico-científica que o mundo do trabalho requer, mas também a capacitação para o exercício da cidadania. Buscando de forma contínua, informação e conhecimento, pois são tais fatores, os mais valiosos recursos estratégicos. O profissional deve ainda ter uma postura investigativa e crítica de modo que possa assumir as mudanças sociais de forma natural. A formação do profissional supõe o desenvolvimento de habilidades específicas, de espírito crítico, do domínio das práticas essenciais de produção e difusão do conhecimento na área, observando padrões éticos de conduta. Tal formação oferecerá ao profissional condições para suprir demandas relativas ao seu campo de atuação e enfrentar com proficiência e criatividade a realidade de sua práxis. (UEL, 2005, p.11).

Assim, o perfil do egresso deste curso enfatiza as seguintes características:

- competência técnico-científica;
- capacitação para o exercício da cidadania;
- postura investigativa e crítica;
- domínio das práticas de produção e difusão do conhecimento da área;
- desenvolvimento de habilidades específicas e
- aprimoramento contínuo.

Menciona também que o egresso deverá observar padrões éticos de conduta e ter condições para suprir demandas relativas ao seu campo de atuação.

Neste sentido, é possível verificar que, no desenvolvimento do perfil de seu egresso, o curso da UEL apresenta em sua proposta fidelidade ao espírito das Diretrizes Curriculares Nacionais. Tal fato é verificado na medida em que todas as características sugeridas nestas diretrizes são mencionadas no PPC do curso, conforme quadro seis na página a seguir:

QUADRO 6 – Perfil do Egresso: Comparação das Diretrizes Curriculares com o PPC da UEL

Perfil do Egresso	
Diretrizes Curriculares Nacionais	Projeto Pedagógico de Curso UEL
Enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional	[...] enfrentar com proficiência e criatividade a realidade de sua práxis.
Produzir e difundir conhecimentos	[...] domínio das práticas essenciais de produção e difusão do conhecimento na área [...]
Refletir criticamente sobre a realidade que os envolve	[...] espírito crítico [...]
Buscar aprimoramento contínuo	[...] buscando de forma contínua informação e conhecimento , pois são tais fatores os mais valiosos recursos estratégicos.
Observar padrões éticos de conduta	[...] observando padrões éticos de conduta .
Ser capazes de atuar junto a instituições e serviços que demandem intervenções de natureza e alcance variados: bibliotecas, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou rede de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural etc	[...] oferecerá ao profissional condições para suprir demandas relativas ao seu campo de atuação [...]

Fonte: elaborado pela autora.

Neste PPC, o perfil social da profissão é destacado, conforme segue: “o Curso de Biblioteconomia pretende formar o profissional considerando não só a competência técnico-científica que o mundo do trabalho requer, **mas também a capacitação para o exercício da cidadania**.”. (UEL, 2005, p.11, grifo nosso).

Entretanto, observando-se a matriz curricular do curso, percebe-se pouca ênfase de disciplinas obrigatórias referentes a esta temática. No curso da UEL, das 43 disciplinas obrigatórias oferecidas, apenas uma pode ser considerada relacionada à ênfase acima citada (Aspectos Sociais, Políticos, Econômicos e Culturais do Brasil Contemporâneo). Neste curso, 13,64% das disciplinas optativas enfatizam aspectos sociais. Essas disciplinas são:

- Aspectos Históricos, Sociais, Políticos e Econômicos da Ciência e Tecnologia;
- Informação, Cultura e Sociedade;
- Teoria e Prática de Ação Cultural.

Este PPC apresenta as competências propostas no *IV Encuentro de Directores de Escuelas de Bibliotecología y Ciencia de la Información del Mercosur*, realizado em Montevideo, em 2000. (ENCUENTRO..., 2000). Entretanto, o texto deste PPC, não faz menção ao referido evento.

Das oito competências sugeridas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, o PPC da UEL apresenta seis, conforme pode ser visto no quadro a seguir.

QUADRO 7 – Competências gerais: Comparação das Diretrizes Curriculares Nacionais com o PPC da UEL

Competências Gerais	
Diretrizes Curriculares Nacionais	Projeto Pedagógico de Curso UEL
Gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los	<i>Elaborar produtos e serviços informacionais (impresso/eletrônico/digital)</i>
Formular e executar políticas institucionais	Formular políticas de informação governamentais (locais/nacionais)
Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos	
Utilizar racionalmente os recursos disponíveis	Ter uma atitude crítica a respeito da resolução de problemas e questões de informação (locais/nacionais)
Desenvolver e utilizar novas tecnologias	Conhecer, utilizar e desenvolver tecnologias de informação e de comunicação visando às atividades, produtos e serviços da área
Traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação	
Desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres	Realizar atividades profissionais autônomas (orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias, emitir e assinar laudos técnicos e pareceres)
Responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo	Identificar e criar novas demandas sociais de informação e conhecimento

Fonte: elaborado pela autora.

A partir da classificação do Mercosul, observa-se que 50% destas competências são técnico-científicas; outras 50% sociais e políticas. Além disso, o PPC deste curso pretende formar um profissional com características humanistas, preocupado com os aspectos sociais da profissão. Isto está descrito no artigo 6º da resolução que determina a reformulação do PPC do curso da UEL:

Art. 6º O curso de Biblioteconomia da UEL utiliza-se de abordagens didáticas e pedagógicas que permitem ir além do simples domínio cognitivo de conteúdos, dando ênfase especial à formação científica do aluno, à formação profissional articulada com a extensão e às novas tecnologias como ferramentas indispensáveis ao tratamento e gerenciamento da informação **sem, no entanto, alijar-se do caráter humanista e da natureza eminentemente social da profissão.** (UEL, 2005, p.2, grifo nosso).

Das cinco competências específicas propostas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, apenas uma é mencionada no PPC da UEL. Para esta competência, este PPC apresenta três competências técnico-científicas presentes no documento do Mercosul, reforçando a tendência do curso para a área técnico-científica.

QUADRO 8 – Competências específicas: Comparação das Diretrizes Curriculares Nacionais com o PPC da UEL

Competências Específicas	
Diretrizes Curriculares Nacionais	Projeto Pedagógico de Curso UEL
Interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente	
Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação	
Trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza	
Processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação	Mediar, distribuir, disseminar e transferir dados, informação e conhecimento (impresso/eletrônico/digital); Reunir, armazenar e desenvolver acervos (impresso/eletrônico/digital) Organizar e processar/tratar (representação análise e síntese) dados, informação e conhecimento (impresso/eletrônico/digital)
Realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação	

Fonte: elaborado pela autora.

Além das competências presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais, o curso da UEL propõe outras a seu egresso, nas quais observa-se o predomínio de características técnico-científicas e gerenciais, conforme pode ser visto no quadro nove:

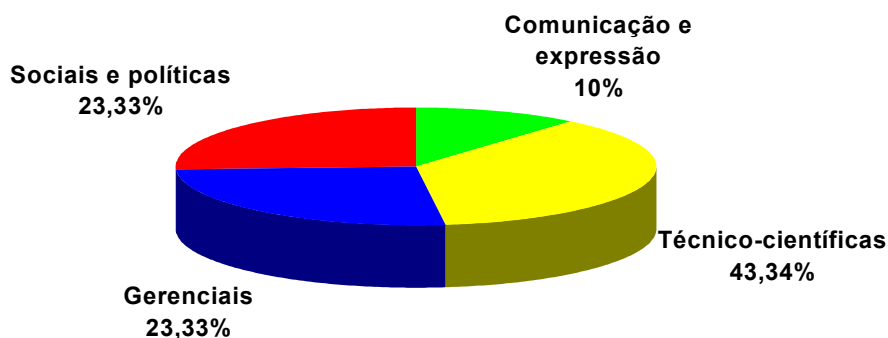
QUADRO 9 – Competências do egresso do PPC da UEL

Comunicação e Expressão	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver a comunicação verbal e escrita - Estimular capacidade criativa para a comunicação e expressão verbal e escrita - Desenvolver a capacidade de compreensão de múltiplas leituras
Técnico-científicas	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer e desenvolver linguagens e metalinguagens - Preservar e restaurar acervos (impresso/eletrônico/digital) - Conhecer, utilizar e elaborar redes, fontes e recursos de informação (impresso/eletrônico/digital) - Desenvolver ações voltadas para a divulgação de acervos (impresso/eletrônico/digital) - Assessorar a elaboração de normas para a área de Ciência da Informação - Reconhecer as atividades de cooperação, compartilhamento e consórcio como fatores relevantes para o acesso à informação e ao conhecimento - Gerenciar instituições, serviços e sistemas de informação (unidades físicas, eletrônicas e digitais)
Gerenciais	<ul style="list-style-type: none"> - Planejar administrativa e financeiramente as atividades inerentes a sua prática profissional - Atuar de forma integrada e estabelecer relações interpessoais com o público interno e externo das organizações sociais e empresariais - Ser capaz de trabalhar em equipes multidisciplinares - Desenvolver a capacidade de liderança - Conhecer e utilizar os recursos de marketing para a promoção dos produtos e serviços de informação - Ser capaz de adaptar-se às mudanças sociais, econômicas e tecnológicas - Desenvolver visão holística para atuar em organizações sociais e empresariais
Sociais e políticas	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar uma atitude aberta e interativa com os diversos atores sociais (políticos, empresários, educadores, trabalhadores e profissionais de outras áreas, instituições e cidadãos em geral) - Contribuir para a definição, consolidação e desenvolvimento do mercado de trabalho - Compreender as raízes, formas e manifestações da sociedade - Ter consciência da sua responsabilidade social, como profissional e cidadão

Fonte: UEL, 2005.

Tendo por base as competências apresentadas no PPC do curso da UEL, observa-se que este curso, analisado à luz das competências propostas para os cursos no âmbito do Mercosul, apresenta ênfase em características técnico-científicas (43,34%), conforme pode ser visto no gráfico um (página 73).

GRÁFICO 1 – Competências do egresso por competências do Mercosul do PPC da UEL



Fonte: elaborado pela autora.

No PPC do curso da UEL é apresentado um quadro com as porcentagens da carga horária do curso por eixos do conhecimento (quadro dez).

QUADRO 10 – Conteúdos curriculares por áreas do conhecimento: PPC da UEL

Áreas do conhecimento	Contribuições à formação do estudante	% da carga horária total
Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e Ciência da Informação	Propiciar a reflexão filosófico-teórica do conhecimento no campo da Ciência da Informação	25
Organização e tratamento da Informação	Processar a informação em diferentes suportes, mediante aplicação de conhecimento teórico-prático de produção, prospecção, coleta, seleção/filtragem, organização e tratamento, apoiados em tecnologias de informação e comunicação	18,75
Recursos e Serviços de Informação	Promover conhecimento teórico-prático direcionado às atividades de interpretação, disseminação, mediação e uso da informação	15,62
Tecnologias da Informação	Conhecer e desenvolver processos e meios de informação, comunicação e tecnologia em suas relações com os problemas da área	4,69
Gestão da Informação	Gerenciar serviços, recursos, unidades, sistemas e redes informacionais, por meio de ações de planejamento, organização, gestão e prestação de serviços	17,19
Pesquisa	Construir e disseminar o conhecimento no campo da Ciência da Informação	12,5
Estágio	Aperfeiçoar técnicas e aprimorar conhecimentos e métodos envolvidos nas atividades profissionais da área	6,25

Fonte: UEL, 2005, p.13.

Observando este quadro, constata-se que a análise das competências propostas ao egresso deste curso são condizentes com a proposta curricular uma vez que 34,37% da carga horária é reservada a áreas responsáveis por desenvolver as competências técnico-científicas do egresso (Organização e Tratamento da Informação e Recursos e Serviços de Informação).

Vale ressaltar que no PPC deste curso, apesar da presença de um quadro com a distribuição da carga horária nas áreas do conhecimento, as disciplinas não estão classificadas nestas áreas. Assim, não é possível identificar quais disciplinas se enquadram em cada uma das áreas do conhecimento no curso da UEL.

Conclui-se que este curso enfatiza a formação técnico-científica e gerencial. Tal fato é constatado na análise das competências do egresso com base na classificação do Mercosul e ratificado na apresentação da carga horária do curso.

Neste PPC é interessante notar que não há menção às questões regionais. Portanto, fica difícil visualizar a formação de um profissional com características próprias à região na qual o curso está inserido (norte do estado do Paraná).

É importante destacar que o PPC do curso da UEL é o único projeto dos cursos de Biblioteconomia da Região Sul do Brasil que apresenta as habilidades do egresso, mencionadas a seguir:

- caráter humanitário;
- criatividade;
- curiosidade intelectual;
- espírito associativo;
- espírito empreendedor;
- flexibilidade;
- liderança;
- postura ética;
- postura investigativa;
- proatividade;
- reflexão;
- rigor e precisão;
- sensibilidade e
- senso crítico. (UEL, 2005, p.12).

Neste sentido, o curso de Biblioteconomia da UEL atende às recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais, enfatizando a formação de um profissional com competências técnico-científicas, apto a atuar em unidades de informação de natureza diversa em qualquer região do país.

6.2 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC

O Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), implantado em 1973 com o nome de Curso de Biblioteconomia e Documentação, surge da necessidade de preparar pessoal qualificado para as atividades técnicas da biblioteca central da Universidade. (CALDIN et al., 1999). Reconhecido, em 1977, pelo Conselho Federal de Educação, passou a ser denominado Curso de Biblioteconomia em 1978. Oferece oitenta vagas anuais, sendo quarenta para ingresso no primeiro semestre e quarenta para o segundo semestre.

Para a obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia, o estudante deverá cumprir 2.934 horas de ensino, distribuídas em oito fases, incluindo disciplinas obrigatórias, optativas, estágio obrigatório e trabalho de conclusão de curso conforme quadro a seguir.

QUADRO 11 – Carga horária do PPC da UFSC

Atividade pedagógica	Hora-aula
Disciplinas obrigatórias	2.304 horas-aula
Disciplinas optativas	180 horas-aula
Estágios	270 horas-aula
Trabalho de Conclusão de Curso	180 horas-aula
Total	2.934 horas-aula

Fonte: UFSC, 2004.

O curso de Biblioteconomia da UFSC

pretende formar profissionais conscientes da realidade do país, competitivos, críticos e criativos, que saibam se comunicar com o mundo à sua volta e que sejam capazes de interagir com as mudanças, de tomar decisões e de refletir sobre a realidade. Dentro deste contexto, o novo currículo foi pensado em função do seguinte perfil profissional, com três especificidades:

- a) gestor de unidades de informação;
- b) técnico no tratamento da informação;
- c) educador no uso de recursos informacionais.

Para desempenhar estes perfis, o profissional formado no curso de Biblioteconomia deve estar capacitado para desempenhar as competências estabelecidas no 4º *Encuentro de Directores de Escuelas de Bibliotecología y Ciencia de la Información del Mercosur* realizado em Montevideo em maio de 2000[...]. (UFSC, 2004, p.12-3).

Neste curso, o perfil do egresso enfatiza as seguintes características:

- capacidade de refletir criticamente;
- capacidade de comunicação;
- criatividade e
- competitividade.

Ressalta ainda que o egresso deve ter consciência da realidade do País e ser capaz de interagir com as mudanças.

Este PPC destaca três perfis do egresso do curso: **técnico no tratamento da informação, gestor de unidades de informação e educador no uso de recursos informacionais**. As ênfases destes perfis são percebidas nas competências a serem desenvolvidas no decorrer do curso. É importante ressaltar que as competências apresentadas neste PPC não estão classificadas conforme estes perfis. Para efeito de análise, estas competências são apresentadas no quadro 12 (página 77).

Examinando a matriz curricular deste curso é possível concluir que apresenta ênfase nas competências relativas à gestão de unidades de informação. O curso oferece 35 disciplinas, sendo 31,25% da área de gestão (para este cálculo, foram consideradas todas as disciplinas, exceto as referentes ao trabalho de conclusão de curso e de estágio e foi adotada a classificação por áreas do conhecimento apresentadas no PPC do curso).

QUADRO 12 – Competências do egresso por perfis profissionais: PPC da UFSC

TECNICO NO TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> - Buscar registrar, avaliar e difundir a informação com fins acadêmicos e profissionais - Capacitar e orientar os usuários para o melhor uso das unidades de informação e seus recursos - Desenvolver e executar o processamento de documentos em distintos suportes em unidades, sistemas e serviços de informação - Elaborar produtos de informação (bibliografias, catálogos, guias, índices, DSI, etc.) - Executar procedimentos automatizados próprios de um ambiente informatizado - Selecionar, registrar, armazenar, recuperar e difundir a informação gravada em qualquer meio, para os usuários de unidades, serviços e sistemas de informação - Utilizar e disseminar fontes, produtos e recursos de informação em diferentes suportes
GESTOR DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> - Assessorar e intervir na formulação de políticas de informação - Assessorar no planejamento dos recursos econômico-financeiros e humanos do setor - Dirigir, administrar, organizar e coordenar unidades, sistemas e serviços de informação - Elaborar produtos de informação (bibliografias, catálogos, guias, índices, DSI, etc.) - Formular e gerenciar projetos de informação - Identificar as novas demandas sociais de informação - Planejar e executar estudos de usuários da informação e programas de formação de usuários da informação - Planejar, constituir e administrar redes regionais e globais de informação - Planejar, coordenar e avaliar a preservação e conservação do acervo documental - Promover uma atitude crítica e criativa a respeito da resolução de problemas e questões de informação
EDUCADOR NO USO DE RECURSOS INFORMACIONAIS
<ul style="list-style-type: none"> - Capacitar e orientar os usuários para o melhor uso das unidades de informação e seus recursos - Elaborar produtos de informação (bibliografias, catálogos, guias, índices, DSI, etc.) - Formular e gerenciar projetos de informação - Planejar e executar estudos de usuários da informação e programas de formação de usuários da informação - Promover uma atitude crítica e criativa a respeito da resolução de problemas e questões de informação - Utilizar e disseminar fontes, produtos e recursos de informação em diferentes suportes

Fonte: UFSC (2004).

Em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais, o perfil do egresso apresentado no PPC da UFSC é condizente com as mesmas. Porém, não apresenta todas as características mencionadas naquele documento. Das seis características propostas nas diretrizes para o perfil do egresso, este PPC apresenta apenas duas, conforme quadro 13 (página 78).

QUADRO 13 – Perfil do Egresso: Comparação das Diretrizes Curriculares Nacionais com o PPC da UFSC

Perfil do Egresso	
Diretrizes Curriculares Nacionais	Projeto Pedagógico de Curso - UFSC
Enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional	[...] profissionais conscientes da realidade do país, competitivos, críticos e criativos [...]
Produzir e difundir conhecimentos	
Refletir criticamente sobre a realidade que os envolve	[...] profissionais conscientes da realidade do país , competitivos, críticos e criativos, [...] capazes de interagir com as mudanças, de tomar decisões e de refletir sobre a realidade .
Buscar aprimoramento contínuo	
Observar padrões éticos de conduta	
Ser capazes de atuar junto a instituições e serviços que demandem intervenções de natureza e alcance variados: bibliotecas, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou rede de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural etc	

Fonte: elaborado pela autora.

Neste PPC, as competências sugeridas foram fundamentadas naquelas propostas no *IV Encuentro de Directores de Escuelas de Bibliotecología y Ciencia de la Información del Mercosur*, realizado em Montevideo, em 2000. (ENCUENTRO...,2000).

Das oito competências gerais sugeridas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, sete estão presentes no PPC da UFSC, conforme apresentado no quadro 14 na próxima página.

QUADRO 14 – Competências gerais: Comparação das Diretrizes Curriculares Nacionais com o PPC da UFSC

Competências Gerais	
Diretrizes Curriculares Nacionais	Projeto Pedagógico de Curso - UFSC
Gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los	Elaborar produtos de informação (bibliografias, catálogos, guias, índices, DSI, etc.)
Formular e executar políticas institucionais	Assessorar e intervir na formulação de políticas de informação
Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos	Formular e gerenciar projetos de informação Planejar e executar estudos de usuários da informação e programas de formação de usuários da informação
Utilizar racionalmente os recursos disponíveis	Promover uma atitude crítica e criativa a respeito da resolução de problemas e questões de informação
Desenvolver e utilizar novas tecnologias	Executar procedimentos automatizados próprios de um ambiente informatizado
Traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação	Planejar e executar estudos de usuários da informação e programas de formação de usuários da informação
Desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres	
Responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo	Identificar as novas demandas sociais de informação

Fonte: elaborado pela autora.

Tendo por base de análise a categorização das competências de acordo com o documento do Mercosul, observa-se que o PPC do curso da UFSC não destaca uma ênfase específica, uma vez que as competências gerais estão distribuídas de forma equilibrada entre os três perfis pretendidos pelo curso (ver quadro 12, página 77) e os mesmos se enquadram nas competências técnico-científicas, gerenciais e sociais e políticas propostas para os cursos do Mercosul.

Das cinco competências específicas propostas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, apenas uma não é mencionada no PPC da UFSC. Para as demais competências, este PPC apresenta algumas das presentes no documento do Mercosul, totalizando oito competências específicas.

QUADRO 15 – Competências específicas: Comparação das Diretrizes Curriculares Nacionais com o PPC da UFSC

Competências Específicas	
Diretrizes Curriculares Nacionais	Projeto Pedagógico de Curso - UFSC
Interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente	Planejar, coordenar e avaliar a preservação e conservação do acervo documental Planejar, constituir e administrar redes regionais e globais de informação
Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação	
Trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza	Utilizar e disseminar fontes, produtos e recursos de informação em diferentes suportes
Processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação	Desenvolver e executar o processamento de documentos em distintos suportes em unidades, sistemas e serviços de informação Selecionar, registrar, armazenar, recuperar e difundir a informação gravada em qualquer meio, para os usuários de unidades, serviços e sistemas de informação Buscar registrar, avaliar e difundir a informação com fins acadêmicos e profissionais
Realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação	Realizar pesquisas e estudos sobre desenvolvimento e aplicação de metodologia de elaboração e utilização do conhecimento registrado Formular políticas de investigação em Biblioteconomia e Ciência da Informação

Fonte: elaborado pela autora.

Das oito competências específicas, 53,5% referem-se às técnico-científicas e 33% às gerenciais. Observa-se a predominância de características de formação de profissionais com perfil de técnico no tratamento da informação e de gestor de unidades de informação. O perfil de educador no uso de recursos informacionais é pouco enfatizado.

Além das competências presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais, o curso da UFSC propõe outras a seu egresso:

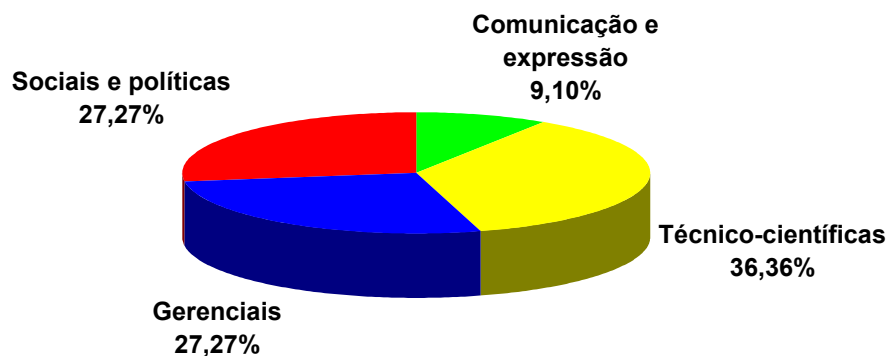
QUADRO 16 – Competências do egresso: PPC da UFSC

Comunicação e Expressão	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitar e orientar os usuários para o melhor uso das unidades de informação e seus recursos - Capacitar para o uso das línguas: português e inglês
Técnico-científicas	<ul style="list-style-type: none"> - Reunir e avaliar documentos e proceder ao seu arquivamento
Gerenciais	<ul style="list-style-type: none"> - Assessorar no planejamento dos recursos econômico-financeiros e humanos do setor - Dirigir, administrar, organizar e coordenar unidades, sistemas e serviços de informação
Sociais e políticas	<ul style="list-style-type: none"> - Atuar coletivamente com seus pares no âmbito das instituições sociais, com o objetivo da promoção e defesa da profissão - Fomentar uma atitude aberta e interativa com os diversos atores sociais (políticos, empresários, educadores, trabalhadores e profissionais de outras áreas, instituições e cidadãos em geral)

Fonte: UFSC, 2004.

Tendo por base as competências apresentadas no PPC do curso da UFSC, observamos que enfatiza competências técnico-científicas.

GRÁFICO 2 – Competências do egresso por competências do Mercosul: PPC da UFSC



Fonte: elaborado pela autora.

Como as disciplinas da matriz curricular deste curso aparecem no PPC classificadas de acordo com as áreas temáticas definidas para os cursos de Biblioteconomia no âmbito do Mercosul, as disciplinas obrigatórias do curso foram analisadas com base em tal classificação com o objetivo de verificar se a matriz está condizente com a proposta de competências do egresso. Nesta análise não foram consideradas as disciplinas referentes a estágio (duas disciplinas) e trabalho de conclusão de curso (uma disciplina).

QUADRO 17 – Disciplinas por áreas temáticas: PPC da UFSC

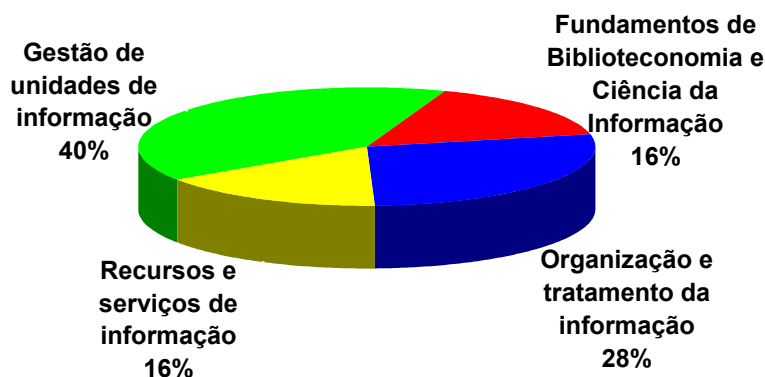
Áreas Temáticas	Disciplinas	%
Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação	<ul style="list-style-type: none"> - Evolução dos Meios de Informação e Comunicação - Fundamentos de Biblioteconomia - Pesquisa Bibliográfica para Biblioteconomia - Pesquisa em Biblioteconomia 	12,5
Organização e tratamento da informação	<ul style="list-style-type: none"> - Análise da Informação - Catalogação I - Catalogação II - Indexação - Linguagens Documentárias - Prática de Tratamento da Informação - Sistemas de Classificação 	22
Recursos e serviços de informação	<ul style="list-style-type: none"> - Fontes de Informação I - Fontes de Informação II - Mediação da Informação - Serviços de Informação 	12,5
Tecnologias da informação		
Gestão de unidades de informação	<ul style="list-style-type: none"> - Estudos de Usuários e de Comunidades - Formação e Desenvolvimento de Coleções - Gestão da Informação e do Conhecimento - Gestão da Qualidade em Unidades de Informação - Gestão de Documentos - Gestão Estratégica em Unidades de Informação - Informatização de Unidades de Informação - Organização de Unidades de Informação - Prática de Gestão - Recuperação da Informação 	31
Formação geral	<ul style="list-style-type: none"> - Comunicação - Estatística Aplicada - Inglês Instrumental - Introdução à Sociologia para Biblioteconomia - Produção Textual - Relações Humanas - Teoria Geral da Administração 	22

Fonte: Elaborado pela autora.

Este diagnóstico confirma que, apesar do curso da UFSC propor três ênfases ao seu egresso, há predomínio das ênfases de “gestão de unidades de informação” e de “organização e tratamento da informação”, sendo que a ênfase de gestão é a que predomina (31% das disciplinas e 36,3% das competências). Observa-se, também, a forte presença de disciplinas de formação geral na matriz curricular do curso (22%).

Se analisadas apenas as disciplinas obrigatórias específicas (ou seja, se as disciplinas de formação geral não forem consideradas), a ênfase em gestão do curso fica evidente, conforme gráfico na página a seguir:

GRÁFICO 3 – Disciplinas específicas por áreas temáticas: PPC da UFSC



Fonte: elaborado pela autora.

O curso oferece a possibilidade do egresso cursar disciplinas optativas (6% do total) em qualquer curso da Universidade ou em outras instituições de ensino superior. Além disso, o desenvolvimento do estágio e o trabalho de conclusão de curso podem ser orientados para a ênfase escolhida. Tais práticas totalizam 21,47% do curso.

O curso de Biblioteconomia da UFSC oferece disciplinas optativas, dentre as quais destacam-se as seguintes:

- Tópicos Especiais em Biblioteconomia e Ciência da informação: Fundamentos;
- *Tópicos Especiais em Biblioteconomia e Ciência da informação: Organização e Tratamento;*
- Tópicos Especiais em Biblioteconomia e Ciência da informação: Recursos e Serviços;
- Tópicos Especiais em Biblioteconomia e Ciência da informação: Gestão da Informação;
- Tópicos Especiais em Biblioteconomia e Ciência da informação: Tecnologias da Informação.

Estas disciplinas, conforme este PPC, oportunizam estudos individualizados para complementar e atualizar a formação oferecida nas diferentes disciplinas que constituem a matriz curricular.

Neste PPC é interessante notar que há uma preocupação em formar um profissional conhecedor da realidade local: “o currículo deverá prover ao estudante o conhecimento da realidade mundial pelo domínio da realidade local” (UFSC, 2004,

p.11). Há também a preocupação de que o egresso esteja inserido na sociedade e seja capaz de transformá-la.

[...] o curso deverá formar indivíduos capazes de entender os fundamentos de sua atividade na sociedade possibilitando-lhes inovar e transformar a sua realidade. Para que este princípio possa ser concretizado, o aluno será levado a observar a realidade dos diferentes ambientes informacionais e analisá-los criticamente estabelecendo comparações com a teoria da área. (UFSC, 2004, p.12)

Entretanto, tais preocupações não são enfatizadas nas ementas das disciplinas oferecidas, nem nas competências propostas. Acredita-se que possam ser desenvolvidas nas disciplinas, como a de estágio, mas para um estudo mais aprofundado, seria necessário analisar os planos de ensino e as práticas pedagógicas adotadas. Contudo, tal análise não faz parte dos objetivos desta pesquisa.

A partir da análise realizada é possível afirmar que o curso de Biblioteconomia da UFSC atende às recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais, enfatizando a formação de um profissional com competências gerenciais e técnico-científicas, apto a atuar em unidades de informação de natureza diversa em qualquer região do país.

6.3 UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC

O curso de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) foi criado em 1973. Seu currículo foi elaborado com base no Decreto nº 550 de 1962, que aprovou o primeiro currículo mínimo para os cursos de graduação em Biblioteconomia do Brasil.

O atual currículo, elaborado em 2007, foi estruturado de acordo com a proposta dos estudos de harmonização curricular do Mercosul, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Biblioteconomia no Brasil. (UDESC, 2007).

Atualmente (2009) o curso de Biblioteconomia da UDESC tem habilitação em Gestão da Informação, e está estruturado em oito fases, com um elenco de disciplinas agrupadas em Formação Geral (49 créditos) e Formação Profissional

Específica (138 créditos). Cada crédito corresponde a 15 horas-aula perfazendo um total de 2.805. A distribuição da carga horária por atividade está apresentada no quadro 18, a seguir.

QUADRO 18 – Carga horária PPC da UDESC

Atividade pedagógica	Hora-aula
Disciplinas obrigatórias	2.310 horas-aula
Estágios	300 horas-aula
Trabalho de Conclusão de Curso	195 horas-aula
Total	2.805 horas-aula

Fonte: UDESC, 2007.

O perfil do egresso apresentado no PPC do curso da UDESC é:

O egresso do curso de Biblioteconomia como gestor da informação estará apto a atuar crítica e tecnicamente na utilização dos recursos informacionais existentes em instituições e sistemas de informação, em âmbito local, regional, nacional e do mercosul, visando à democratização da informação como meio de garantir o exercício da cidadania. Este profissional será capaz de utilizar as tecnologias como recurso na organização, armazenamento, acesso e uso da informação e do conhecimento. (UDESC, 2007, p.6).

Assim, percebe-se que o perfil do egresso deste curso enfatiza as seguintes características:

- postura crítica;
- competência técnico-científica;
- capacitação para o exercício da cidadania e
- capacitação para o uso de tecnologias da informação.

Este PPC menciona somente duas características do egresso sugeridas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, conforme especificado no quadro 19.

QUADRO 19 – Perfil do egresso: Comparação das Diretrizes Curriculares Nacionais com o PPC da UDESC

Perfil do Egresso	
Diretrizes Curriculares Nacionais	Projeto Político-Pedagógico PPC UDESC
Enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional	
Produzir e difundir conhecimentos	
Refletir criticamente sobre a realidade que os envolve	[...] atuar crítica e tecnicamente na utilização dos recursos informacionais existentes em instituições e sistemas de informação [...]
Buscar aprimoramento contínuo	
Observar padrões éticos de conduta	
Ser capazes de atuar junto a instituições e serviços que demandem intervenções de natureza e alcance variados: bibliotecas, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou rede de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural etc	[...] atuar crítica e tecnicamente na utilização dos recursos informacionais existentes em instituições e sistemas de informação, em âmbito local, regional, nacional e do Mercosul [...]

Fonte: elaborado pela autora.

Contudo, apresenta algumas características não sugeridas nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Conforme destacado abaixo, pode-se observar a preocupação com uma ênfase social.

O egresso do curso de Biblioteconomia como gestor da informação estará apto a atuar crítica e tecnicamente na utilização dos recursos informacionais existentes em instituições e sistemas de informação, em âmbito local, regional, nacional e do mercosul, **visando à democratização da informação como meio de garantir o exercício da cidadania.** (UDESC, 2007, p.6, grifo nosso).

Entretanto, observando a matriz curricular do curso, é possível verificar que apenas 6,81% das disciplinas têm ênfase social (Ação Cultural, Antropologia Cultural e Sociologia Geral).

Em se tratando das competências do egresso, o PPC deste curso define as competências gerais como apresentadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, conforme o quadro 20, na próxima página.

QUADRO 20 - Competências gerais: Comparação das Diretrizes Curriculares Nacionais com o PPC da UDESC

Competências Gerais	
Diretrizes Curriculares Nacionais	Projeto Político-Pedagógico do Curso da UDESC
Gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los	Gerar produtos resultantes dos conhecimentos adquiridos
Formular e executar políticas institucionais	
Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos	Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos
Utilizar racionalmente os recursos disponíveis	Utilizar racionalmente os recursos disponíveis Desenvolver e aplicar instrumentos de trabalho adequados
Desenvolver e utilizar novas tecnologias	Desenvolver e utilizar novas tecnologias
Traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação	Traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação
Desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres	
Responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo	Responder a demandas determinadas pelas transformações que caracterizam o mundo contemporâneo

Fonte: elaborado pela autora.

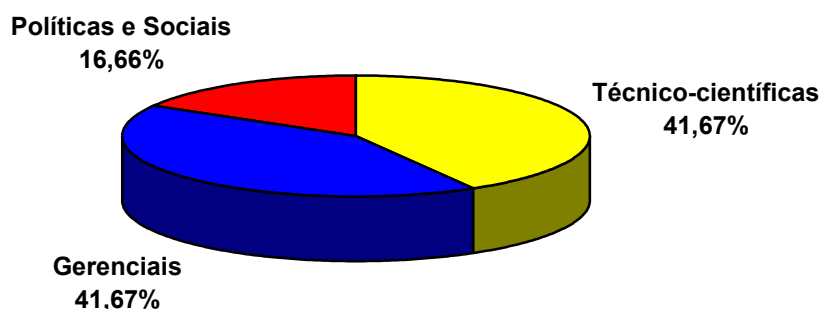
Destas competências, baseando-se na categorização do Mercosul, observa-se que 42,86% referem-se a competências técnico-científicas, 28,57% a competências gerenciais e 28,57% a competências sociais e políticas.

As competências específicas propostas nas Diretrizes Curriculares Nacionais estão presentes, na íntegra, neste PPC, conforme pode ser visto no quadro 21 a seguir (página 88).

Analisando as competências específicas conforme a categorização do Mercosul, evidencia-se que 60% referem-se a competências gerenciais e 40% a competências técnico-científicas, confirmando que a ênfase deste curso divide-se em técnico-científica e gerencial.

Tal fato fica comprovado ao serem analisadas as competências como um todo (gerais e específicas) conforme gráfico quatro:

GRÁFICO 4 – Competências do egresso por competências do Mercosul: PPC da UDESC



Fonte: elaborado pela autora.

QUADRO 21 – Competências específicas: Comparação das Diretrizes Curriculares Nacionais com o PPC da UDESC

Competências Específicas	
Diretrizes Curriculares Nacionais	Projeto Pedagógico de Curso – UDESC
Interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente	Interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação em todo e qualquer ambiente
Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação	Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação
Trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza	Trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza
Processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação	Processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação
Realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação	Realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação

Fonte: elaborado pela autora.

As disciplinas deste curso não estão classificadas, no PPC, de acordo com as áreas temáticas definidas para os cursos de Biblioteconomia no Mercosul e, por esta razão, não foi realizada a análise deste PPC por esta óptica.

Neste PPC observa-se pouca menção à realidade regional. Na justificativa para a criação do curso de Biblioteconomia na UDESC é mencionada: “a precariedade da organização de bibliotecas, arquivos e centros de documentação existentes no Estado estava a recomendar a preparação de pessoal qualificado

capaz de modificar a situação apresentada.”. (LINS, 1999, p.80 apud UDESC, 2007, p.4).

Entretanto, o currículo em vigência (2007) tem ênfase mais global do que regional.

[...] no ano de 2000, o Curso foi suspenso por um ano do vestibular e iniciaram-se os estudos para nova proposta curricular, atendendo às mudanças que vem ocorrendo na área e no mercado de trabalho em consequência da globalização e da incorporação das tecnologias da informação e comunicação. Visando adequar o currículo à realidade, foi criada a Habilitação em Gestão da Informação, com perspectivas de implantação de novas habilitações a longo prazo, conforme demanda e tendências do mercado de trabalho. (UDESC, 2007, p. 4-5).

Isto se reflete nas disciplinas, nas quais não foi possível identificar a preocupação de introduzir o egresso na realidade local. Apenas na ementa de “Informática Documentária”, a questão da realidade regional é expressa ao destacar o estudo do “nível de desenvolvimento da informatização de bibliotecas no exterior, no Brasil e em Santa Catarina.”. (UDESC, 2007, p.14). Como esta disciplina é de formação específica, é considerada relevante a importância da menção ao Estado em sua ementa. O restante das disciplinas apresenta apenas os conteúdos de maneira abrangente.

Ao final da análise, conclui-se que o curso de Biblioteconomia da UDESC foi elaborado com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, enfatizando a formação de um profissional com competências gerenciais e técnico-científicas, apto a atuar em unidades de informação de natureza diversa e em qualquer lugar. Neste sentido, é importante mencionar que a ênfase anunciada no PPC, habilitação em Gestão da Informação, se confirma, pois o currículo deste curso apresenta forte concentração de disciplinas técnico-científicas essenciais à gestão da informação, bem como disciplinas gerenciais.

6.4 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS

O Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi criado em 1947 e reconhecido em 1950, sendo o primeiro da Região Sul do Brasil. Visava dar instrução técnica especializada às pessoas que tinham

interesse em seguir a carreira de bibliotecário ou qualificar as que já exerciam a função.

Em 2000, o currículo do curso da UFRGS foi reformulado, a partir dos estudos de harmonização curricular para os países do Mercosul.

O currículo do curso de Biblioteconomia da UFRGS é composto de disciplinas de caráter obrigatório e eletivo. Está estruturado em oito semestres, ao longo das quais deverão ser cursados 190 créditos, sendo 170 obrigatórios e 20 eletivos (cada crédito corresponde a 15 horas-aula). A carga horária total é de 2.850 horas-aula.

O curso de Biblioteconomia da UFRGS objetiva formar o seguinte perfil de egresso:

O egresso do Curso de Biblioteconomia da UFRGS deve ser um profissional capaz de interagir no processo de transferência de informação, desde a sua geração até seu uso, consciente do valor que a informação possui para a sociedade e para o indivíduo, com vistas à melhoria da qualidade de vida. A postura desse profissional deve ser orientada para o serviço, para a criatividade com uma atitude investigativa, mente aberta e espírito inovador. É desejável que este bibliotecário conheça as teorias e os paradigmas da Ciência da Informação, Biblioteconomia e ciências afins, possua sólidos conhecimentos específicos de sua área, saiba interagir nos vários contextos de sua possibilidade de atuação com relação aos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, respeitando os aspectos legais e éticos de sua profissão. Assim, o desempenho das atividades do profissional da informação da área da Biblioteconomia deve espelhar-se, também, nas palavras de Mason (1990, p.125): "Os profissionais da informação aplicam seus conhecimentos sobre informação e tecnologia com uma finalidade básica em mente: obter a informação certa a partir da fonte certa para o cliente certo no tempo certo e na forma mais adequada para o uso a que se destina e a um custo que seja justificado pelo seu uso.". (UFRGS, 2000, p.14-5).

O perfil do egresso do curso da UFRGS enfatiza as seguintes características:

- criatividade ;
- ética profissional;
- capacidade de atuar nos diversos setores da sociedade;
- conhecimento das teorias e dos paradigmas da Biblioteconomia e ciências

afins.

Este PPC foi elaborado em 2000, antes da homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais. Porém, apresenta características semelhantes às propostas nestas diretrizes.

Apresenta, ainda, características referentes ao tratamento, à organização e à disponibilização da informação.

O egresso do Curso de Biblioteconomia da UFRGS deve ser **um profissional capaz de interagir no processo de transferência de informação, desde a sua geração até seu uso**, consciente do valor que a informação possui para a sociedade e para o indivíduo, com vistas à melhoria da qualidade de vida. (UFRGS, 2000, p. 14, grifo nosso).

Em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais, o perfil do egresso apresentado no PPC da UFRGS não apresenta todas as características mencionadas naquele documento, conforme quadro 22, a seguir.

QUADRO 22 – Perfil do egresso: Comparação das Diretrizes Curriculares Nacionais com o PPC da UFRGS

Perfil do Egresso	
Diretrizes Curriculares Nacionais	Projeto Pedagógico de Curso – UFRGS
Enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional	A postura desse profissional deve ser orientada para o serviço, para a criatividade com uma atitude investigativa, mente aberta e espírito inovador.
Produzir e difundir conhecimentos	
Refletir criticamente sobre a realidade que os envolve	
Buscar aprimoramento contínuo	
Observar padrões éticos de conduta	[...] saiba interagir nos vários contextos de sua possibilidade de atuação [...], respeitando os aspectos legais e éticos de sua profissão.
Ser capazes de atuar junto a instituições e serviços que demandem intervenções de natureza e alcance variados: bibliotecas, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou rede de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural etc	[...] saiba interagir nos vários contextos de sua possibilidade de atuação com relação aos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, respeitando os aspectos legais e éticos de sua profissão.

Fonte: elaborado pela autora.

O PPC do curso da UFRGS não menciona as competências do egresso.

As disciplinas deste projeto foram analisadas à luz das áreas temáticas definidas para os cursos de Biblioteconomia no âmbito do Mercosul. Vale ressaltar que no PPC deste curso, as disciplinas estão distribuídas de acordo com as áreas temáticas do Mercosul:

Para atender aos requisitos para o perfil desejado do egresso, entre outras competências e habilidades, a proposta de harmonização propõe que sejam oferecidos conteúdos distribuídos em seis grandes áreas, a saber: Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, Processamento da Informação, Recursos e Serviços de Informação, Tecnologia da Informação, Gestão de Unidades de Informação e Pesquisa. O presente Currículo para o Curso de Biblioteconomia da UFRGS, no entanto, está apoiado sobre quatro grandes eixos temáticos, por entender-se que as áreas de Pesquisa e Tecnologia da Informação já estão contempladas, uma vez que permeiam todas as demais. (UFRGS, 2000, p.15).

Com o quadro 23 (página 93), verifica-se que as disciplinas obrigatórias propostas enfatizam três áreas: “organização e tratamento da informação” (24,33%), “gestão de unidades de informação” (21,62%) e “recursos e serviços de informação” (24,33%). Observa-se, também, a forte presença de disciplinas de “fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação” na matriz curricular do curso (29,72%). Entretanto, considerando que “organização e tratamento da informação” e “recursos e serviços de informação” são áreas relativas às competências técnico-científicas, conclui-se que a ênfase do curso da UFRGS é técnico-científica com 45,95% das disciplinas.

É importante destacar que nesta análise não foram consideradas as disciplinas referentes ao estágio e trabalho de conclusão de curso.

Outro fato interessante neste PPC é que em sua introdução é perceptível a preocupação em atender às características locais e regionais, conforme apresentado a seguir: “O presente currículo para o Curso de Biblioteconomia da UFRGS contempla, portanto, a perspectiva de desenvolvimento internacional da área sem deixar de atender às peculiaridades locais e regionais.”. (UFRGS, 2000, p. 10). Entretanto, tais aspectos não ficam evidentes no currículo. Na verdade, existe uma preocupação com a harmonização curricular do Mercosul, possibilitando a mobilidade dos profissionais egressos na UFRGS entre os países deste grupo.

QUADRO 23 – Disciplinas obrigatórias por áreas temáticas: PPC da UFRGS

Áreas Temáticas	Disciplinas	%
Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação	<ul style="list-style-type: none"> - Cultura Brasileira - Estatística Básica I - Fundamentos das Ciências da Informação I - Fundamentos das Ciências da Informação II - Introdução à Filosofia da Ciência - Introdução à Informática - Introdução à Sociologia A - Língua Portuguesa B - Lógica - Metodologia da Pesquisa em Ciências da Informação - Psicologia das Relações Humanas 	29,72
Organização e tratamento da informação	<ul style="list-style-type: none"> - Fundamentos da Organização e Tratamento da Informação - Introdução à Representação Temática - Linguagem de Indexação I - Linguagem de Indexação II - Linguagens Alfabéticas de Indexação - Produtos de Recuperação da Informação - Representação Descritiva I - Representação Descritiva II - Representação Descritiva III 	24,33
Recursos e serviços de informação	<ul style="list-style-type: none"> - Fontes Gerais de Informação - Geração de Documentos - Geração de Documentos Eletrônicos - Indústria da Informação e do Conhecimento - Informação Especializada em Ciência e Tecnologia - Informação Especializada em Ciências Sociais, Humanas e Artes - Planejamento e Elaboração de Bases de Dados - Serviços de Informação 	21,62
Tecnologia da informação		
Gestão de Unidades de Informação	<ul style="list-style-type: none"> - Administração Aplicada às Ciências da Informação - Estudo de Comunidades e de Usuários - Gerência e Consultoria em Sistemas de Informação - Gestão de Recursos em Sistemas de Informação - Gestão de Recursos Informacionais - Gestão de Serviços Informacionais - Marketing em Sistemas de Informação - Pesquisa e Desenvolvimento de Coleções - Planejamento de Sistemas de Informação 	24,33
Pesquisa		
Formação geral		

Fonte: elaborado pela autora.

Em se tratando das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Biblioteconomia no Brasil, conclui-se que o PPC do curso da UFRGS mesmo tendo sido formulado antes da homologação de tais diretrizes pelo MEC, está de acordo com as suas recomendações no que se refere ao perfil do egresso.

6.5 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

O curso de Biblioteconomia da Fundação Universidade Federal de Rio Grande (FURG) foi criado em 1974, com a intenção de suprir a demanda desta Universidade, recém criada, e do interior do Estado do Rio Grande do Sul.

A reformulação curricular do curso, iniciada em 2000, resultou no PPC de 2006. No novo currículo, para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia, o estudante deve cumprir uma carga horária mínima de 3.000 e máxima de 3.260 horas-aula, distribuídas conforme o quadro a seguir.

QUADRO 24 – Carga horária do PPC da FURG

Atividade pedagógica	Hora-aula
Disciplinas obrigatórias	1.815 horas-aula
Disciplinas optativas	Mínimo de 690 horas-aula
Atividades complementares	Máximo de 260 horas-aula
Estágios e práticas curriculares	360 horas-aula
Trabalho de Conclusão de Curso	135 horas-aula

Fonte: FURG, 2006.

O PPC do curso de Biblioteconomia da FURG apresenta o seguinte perfil de egresso:

O objetivo do Curso implica em que o currículo proporcione a que os profissionais formados adquiram as aptidões e habilidades necessárias para atuar reflexivamente sobre a realidade, interagindo com os usuários e a relacionarem-se com outros profissionais. Assim, estarão preparados para tomar decisões e capacitados para implementá-las em ambientes sociais e organizacionais sujeitos a mudanças permanentes. Isto aponta para a importância do princípio da flexibilidade curricular. [...] o perfil do profissional a ser formado pelo Curso de Biblioteconomia da FURG contemplará a adoção de ênfases. Num primeiro momento, [...] será adotada apenas uma ênfase. Mais adiante, [...] poderão ser adotadas novas ênfases, sem que se faça necessário a construção de um novo currículo. [...] Neste momento, a ênfase adotada pelo Curso de Biblioteconomia da FURG é a seguinte: **Bibliotecário com ênfase em *Informação Cultural, Científica e Tecnológica***. O educando, ao cursar esta ênfase, vislumbra atuar em bibliotecas e outros tipos de unidades de informação, que tenham na Cultura, na Ciência e na Tecnologia o foco central de sua atuação. [...] A materialização da ênfase ocorre no 2º período, a partir de quando são oferecidas disciplinas obrigatórias para a respectiva ênfase. Para completar sua formação dentro do perfil escolhido, o educando cursará outro conjunto de *disciplinas optativas*, proporá *atividades complementares*, cursará os *estágios* e as disciplinas de *Prática Profissional*, sempre observando coerência e compatibilidade com o perfil de sua escolha. Por óbvio, neste primeiro momento, em que o Curso está organizado em apenas uma ênfase, inexistente a possibilidade de escolha implicada no disposto no parágrafo anterior. [...]. (FURG, 2006, p.15-6).

Neste sentido, o egresso deve desenvolver as seguintes características:

- capacidade de refletir criticamente;
- capacidade de comunicação;
- relacionamento interpessoal e
- capacidade de tomar decisões e implementá-las.

Este curso dá ênfase à *Informação Cultural, Científica e Tecnológica*.

Entretanto, ao serem analisadas as competências propostas ao egresso, tal ênfase não fica evidenciada. O quadro 25, na página a seguir, estabelece uma comparação do perfil do ingresso das Diretrizes Curriculares Nacionais com o PPC da FURG.

QUADRO 25 – Perfil do egresso: Comparação das Diretrizes Curriculares Nacionais com o PPC da FURG

Perfil do Egresso	
Diretrizes Curriculares Nacionais	Projeto Pedagógico de Curso - FURG
Enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional	
Produzir e difundir conhecimentos	
Refletir criticamente sobre a realidade que os envolve	[...] os profissionais formados adquiram as aptidões e habilidades necessárias para atuar reflexivamente sobre a realidade [...]
Buscar aprimoramento contínuo	
Observar padrões éticos de conduta	
Ser capazes de atuar junto a instituições e serviços que demandem intervenções de natureza e alcance variados: bibliotecas, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou rede de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural etc	[...] estarão preparados para tomar decisões e capacitados para implementá-las em ambientes sociais e organizacionais sujeitos a mudanças permanentes [...]

Fonte: elaborado pela autora.

A fim de realizar uma análise mais completa sobre a presença da ênfase mencionada no perfil do egresso no PPC do curso da FURG, sua matriz curricular foi analisada. Contudo, percebe-se maior ênfase nas disciplinas de gestão. Das 47 disciplinas obrigatórias oferecidas no curso, nove são da área de gestão. Se forem desconsideradas as disciplinas referentes ao estágio (3), à prática profissional (2) e ao trabalho de conclusão de curso (2), 22,5% das disciplinas são ligadas à área de gestão (tal análise pode ser visualizada no quadro 27 presente na página 94).

Observa-se, ainda, que as disciplinas relativas à informação cultural, e científica e tecnológica (destacadas como ênfase do curso) estão apresentadas neste PPC como optativas. Tal fato contradiz com o texto deste PPC que informa que “a materialização da ênfase ocorre no 2º período, a partir de quando **são oferecidas disciplinas obrigatórias** para a respectiva ênfase.” (FURG, 2006, p.16, grifo nosso).

No PPC deste curso, é mencionado, ainda, que as disciplinas obrigatórias se distribuem em dois grupos:

Disciplinas obrigatórias do núcleo comum: são aquelas disciplinas que todos os alunos do curso devem obrigatoriamente cursar;

Disciplinas obrigatórias por ênfase: são aquelas disciplinas que integram cada uma das ênfases (inicialmente, apenas a ênfase em *Informação Cultural, Científica e Tecnológica* será oferecida) e que devem ser cursadas pelos discentes de acordo com a ênfase escolhida. (FURG, 2006, p.18).

Na matriz curricular do curso estas ênfases não ficam evidenciadas.

Este PPC apresenta todas as competências gerais sugeridas nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Tal fato pode ser visto no quadro 26 a seguir.

QUADRO 26 – Competências gerais: Comparação das Diretrizes Curriculares Nacionais com o PPC da FURG

Competências Gerais	
Diretrizes Curriculares Nacionais	Projeto Pedagógico de Curso - FURG
Gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los	Desenvolver produtos e serviços de informação, em unidades de informação tradicionais e virtuais Elaborar produtos de informação (bibliografias, catálogos, guias, índices, DSI etc.)
Formular e executar políticas institucionais	Planejar, coordenar e avaliar a preservação e conservação de acervos documentários, independente do tipo de suporte Assessorar e intervir na formulação de políticas de informação
Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos	Formular e gerenciar projetos de informação Planejar e executar estudos de usuários da informação e programas de formação de usuários da informação
Utilizar racionalmente os recursos disponíveis	Promover uma atitude crítica e criativa a respeito da resolução de problemas e questões relacionados à produção, processamento e acesso à informação
Desenvolver e utilizar novas tecnologias	Executar procedimentos automatizados próprios de um ambiente informatizado
Traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação	Planejar e executar estudos de usuários da informação e programas de formação de usuários da informação
Desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres	Assessorar no planejamento dos recursos econômico-financeiros e humanos de unidades, sistemas e serviços de informação
Responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo	Identificar novas demandas sociais de informação

Fonte: elaborado pela autora.

A partir da classificação do Mercosul, observa-se que a maioria das competências gerais (45,46%) são gerenciais; as demais se dividem em competências sociais e políticas (27,27%) e técnico-científicas (27,27%).

No que se refere às competências específicas presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais, apenas uma não é citada no PPC do curso da FURG (ver

quadro 27). Entre as competências específicas propostas por este PPC, observamos um destaque às técnico-científicas (42,85%).

QUADRO 27 – Competências específicas: Comparação das Diretrizes Curriculares Nacionais com o PPC da FURG

Competências Específicas	
Diretrizes Curriculares Nacionais	Projeto Pedagógico de Curso - FURG
Interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente	Planejar, constituir e administrar redes regionais e globais de informação documentária
Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação	
Trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza	Utilizar e disseminar informações contidas em fontes e recursos de informação, em quaisquer suportes
Processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação	Desenvolver e executar o processamento de documentos em distintos suportes em unidades, sistemas e serviços de informação; Selecionar, registrar, armazenar, recuperar e difundir a informação gravada em qualquer meio, para os usuários de unidades, serviços e sistemas de informação
Realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação	Buscar registrar, avaliar e difundir a informação com fins acadêmicos e profissionais Realizar pesquisas e estudos sobre desenvolvimento e aplicação de metodologia de elaboração e utilização do conhecimento registrado Formular políticas de investigação em Biblioteconomia e Ciência da Informação

Fonte: elaborado pela autora.

Além das competências presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais, o curso da FURG propõe outras a seu egresso, onde se destacam as de comunicação e expressão e sociais e políticas, conforme pode ser visto no quadro 28, na próxima página.

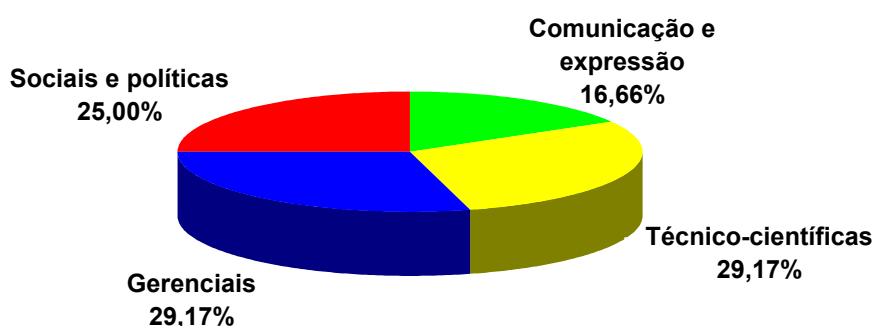
QUADRO 28 – Competências do egresso PPC da FURG

Comunicação e Expressão	- Demonstrar competência no uso da língua portuguesa, nas suas modalidades oral e escrita, e da língua inglesa, na sua modalidade escrita
Técnico-científicas	- Capacitar e orientar os usuários para o melhor uso dos recursos e serviços prestados pelas unidades de informação - Reunir e avaliar documentos e proceder ao seu arquivamento
Gerenciais	- Dirigir, administrar, organizar e coordenar unidades, sistemas e serviços de informação
Sociais e políticas	- Atuar coletivamente com seus pares no âmbito das instituições sociais, com o objetivo de promoção e defesa da profissão - Fomentar uma atitude aberta e interativa com os diversos atores sociais (políticos, empresários, educadores, trabalhadores e profissionais de outras áreas, instituições e cidadãos em geral) envolvidos com a informação

Fonte: FURG, 2006.

Entretanto, analisando todas as competências mencionadas neste PPC, percebe-se que este curso destaca características técnico-científicas e gerenciais.

GRÁFICO 5 – Competências do egresso por competências do Mercosul: PPC da FURG



Fonte: elaborado pela autora.

Também foram analisadas as disciplinas obrigatórias do curso, de acordo com as áreas definidas no âmbito do Mercosul. Nesta análise não foram consideradas as disciplinas referentes a estágio, prática profissional e trabalho de conclusão de curso. No quadro 29 (página 100) são apresentadas as disciplinas obrigatórias por áreas temáticas conforme aparecem no projeto deste curso.

Este diagnóstico confirma o que havia sido verificado com as competências do egresso: a ênfase do curso da FURG recai sobre competências técnico-científicas, com 25% das disciplinas obrigatórias do curso, e gerenciais com 20%

das disciplinas obrigatórias do curso. Observa-se, também, a forte presença de disciplinas de formação geral na matriz curricular deste curso (32,5%).

QUADRO 29 – Disciplinas por áreas temáticas: PPC da FURG

Áreas Temáticas	Disciplinas	%
Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação	<ul style="list-style-type: none"> - Ciência e Tecnologia: Aspectos Sociais, Políticos e Econômicos - Estudos de Uso e Usuários da Informação - Evolução da Cultura e dos Registros do Conhecimento - Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação - História da Leitura - Introdução aos Estudos Literários - Organização do Conhecimento - Pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação I - Pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação II 	22,5
Organização e tratamento da informação	<ul style="list-style-type: none"> - Bancos de Dados Documentários - Desenvolvimento de Portais para Unidades e Serviços de Informação - Fundamentos de Representação Descritiva - Fundamentos de Representação Temática - Indexação: Teoria e Prática - Normalização da Produção Intelectual - Representação Descritiva I - Representação Descritiva II - Sistemas de Classificação: Teoria e Prática 	22,5
Recursos e serviços de informação	<ul style="list-style-type: none"> - Serviço de Referência: Presencial e à Distância 	2,5
Gestão de Unidades de Informação	<ul style="list-style-type: none"> - Análise de <i>Softwares</i> Aplicáveis a Unidades e Serviços de Informação - Bibliotecas Escolares - Bibliotecas Públicas, Comunitárias e Alternativas - Desenvolvimento de Coleções e Repositórios de Informação - Editoração: Impressa e Eletrônica - Gestão de Multimeios - Organização de Unidades e Serviços de Informação - Planejamento de Unidades e Serviços de Informação 	20
Formação geral	<ul style="list-style-type: none"> - Administração Aplicada à Biblioteconomia - Brasil Contemporâneo: Sociedade, Cultura, Economia e Política - Estatística Descritiva - Filosofia e Ciência: Visão Histórica - História da Arte - Inglês Instrumental: Leitura - Introdução à Lógica - Introdução à Sociologia - Literatura Brasileira: Visão Histórica - Literatura Sul-rio-grandense: Visão Histórica - Princípios de Ecologia - Produção Textual - Psicologia Social 	32,5

Fonte: elaborado pela autora.

Se analisadas apenas as disciplinas obrigatórias específicas, a ênfase em organização e tratamento da informação e gestão da informação no curso fica evidente, conforme gráfico seis, na próxima página.

GRÁFICO 6 – Disciplinas específicas por áreas temáticas: PPC da FURG



Fonte: elaborado pela autora.

No texto deste PPC são mencionadas as diferenças sociais e regionais do Brasil, mas este assunto não é aprofundado com questões relativas à região na qual o curso está inserido. Analisando a ementa das disciplinas obrigatórias, também não foram localizados aspectos relativos à regionalização dos conteúdos. Deste modo, fica difícil visualizar a formação de um profissional com características próprias à região na qual o curso está inserido (extremo sul do Estado do Rio Grande do Sul). Conclui-se, assim, que o egresso do curso da FURG pode atuar em qualquer região do país.

Neste sentido, conclui-se que o PPC do curso de Biblioteconomia da FURG apresenta o perfil do egresso, suas competências e habilidades compatíveis com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Biblioteconomia no Brasil, enfatizando competências técnico-científicas e gerenciais. Contudo, não é possível verificar nas competências e disciplinas propostas a ênfase destacada no PPC deste curso.

6.6 ANÁLISE COMPARATIVA DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSO

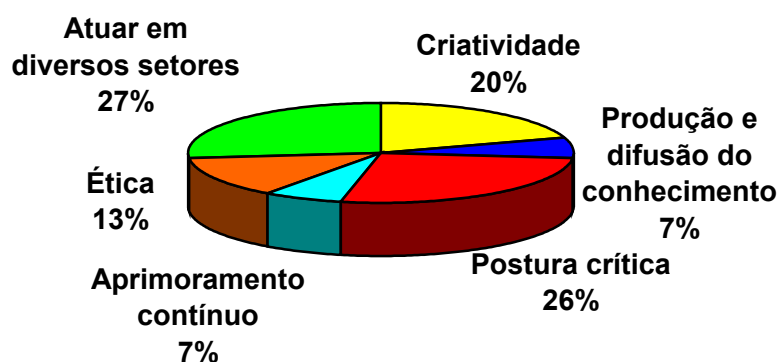
A análise dos PPCs dos cursos de Biblioteconomia da Região Sul do Brasil permite concluir que estes projetos ressaltam as seguintes características, no perfil de seus egressos:

- capacidade de atuar nos diversos setores da sociedade;
- criatividade;
- ética profissional e
- postura crítica.

Das características propostas pelas Diretrizes são mencionadas ainda:

- aprimoramento contínuo;
- domínio das práticas de produção e difusão do conhecimento da área;
- postura investigativa e
- proficiência no exercício da profissão.

GRÁFICO 7 – Características do perfil do egresso dos PPCs dos cursos de Biblioteconomia da Região Sul do Brasil



Fonte: elaborado pela autora.

Vale ressaltar que o PPC do curso da UEL é o que apresenta mais semelhanças com a proposta de perfil do egresso presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais, pois menciona maior número de características propostas pelas mesmas.

Com base nos PPCs dos cursos analisados e destacando as características semelhantes entre eles, conclui-se que:

O egresso dos cursos de Biblioteconomia da Região Sul do Brasil está apto a atuar em unidades de informação em qualquer setor da sociedade, apresentando características específicas como: criatividade, posicionamento crítico diante da realidade, postura investigativa, habilidade em comunicação e ética profissional. Além disso, o egresso está apto a desenvolver competências técnico-científicas e capacitado para o exercício da cidadania.

Referente ao perfil do egresso proposto pelos cursos da Região Sul do Brasil, percebe-se que as características propostas vão ao encontro da literatura da área. Destacam-se a capacidade de atuar nos diversos setores da sociedade e a pró-atividade em perceber demandas do mundo do trabalho como as características mais marcantes e presentes na literatura contemporânea que estão mencionadas nos PPCs.

A este respeito, Souza, Pardini e Braga (2000) afirmam que o bibliotecário deve estar sempre atento para os acontecimentos à sua volta, especialmente para as novas possibilidades do mundo do trabalho. Para tanto, além de ser um observador da realidade, o bibliotecário precisa desenvolver competências que lhe possibilite atuar em novos cenários.

Em relação às competências do egresso, vale destacar que o PPC da UDESC é o único da Região Sul do Brasil que define essas competências tais como apresentadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Os demais PPCs apresentam suas competências utilizando como referência aquelas definidas para os cursos de Biblioteconomia do Mercosul.

Analisando as competências do egresso à luz da classificação do Mercosul, é possível afirmar que os cursos da Região Sul do Brasil enfatizam competências técnico-científicas e gerenciais, conforme quadro 30 na próxima página. Vale lembrar que o curso da UFRGS não apresenta competências do egresso em seu PPC. O perfil tecnicista do bibliotecário formado na Região Sul do Brasil é reflexo da história do ensino de Biblioteconomia no Brasil. Conforme Guimarães (1997), os primeiros cursos de Biblioteconomia ofereciam uma formação técnica ao bibliotecário, sob a influência das escolas norte-americanas, na qual as atividades de tratamento e organização de documentos eram destacadas. Para Souza (2003), este é o padrão de ensino que ainda existe na atualidade.

QUADRO 30 – Competências do egresso: cursos da Região Sul do Brasil

Competências	UEL	UFSC	UDESC	FURG	UFRGS
Gerenciais	33,33%	27,27%	41,67%	29,17%	
Técnico-científicas	33,33%	36,36%	41,67%	29,17%	
Comunicação e expressão	10%				
Sociais e políticas	23,34%	27,27%	16,66%	25%	

Fonte: elaborado pela autora.

No quadro acima é possível constatar que as competências de comunicação e expressão são mencionadas apenas no PPC do curso da UEL. Tal fato diverge da literatura da área, na qual as competências de comunicação e expressão, especialmente o domínio de línguas estrangeiras e de comunicação interpessoal necessária ao trabalho em equipe, são bastante evidenciadas. Valentim (2002) destaca que para atuar na área da informação, o bibliotecário precisa dominar, além de outros recursos, no mínimo uma língua estrangeira.

Dois estudos apresentados no IX ENANCIB realizado em 2008 em São Paulo apontam competências do bibliotecário semelhantes às propostas nos PPCs dos cursos da Região Sul, as quais destacamos a seguir.

Silva e Morigi (2008) realizaram pesquisa com dirigentes da classe dos bibliotecários no Brasil sobre a identidade deste profissional. Quanto ao seu perfil, verificaram as seguintes características como as mais mencionadas: pró-atividade, capacidade de comunicação, educação continuada, visão empreendedora, bom relacionamento interpessoal, competência informacional, bom-humor, espírito inovador, capacidade de gerenciar e saber dar a informação. Para os autores, a característica fundamental do bibliotecário na visão dos dirigentes das entidades de classe no Brasil deve ser a capacidade de gerar demandas:

pró-atividade é a capacidade de estar à frente de um tempo, manter-se atualizado, dinâmico, não esperar que os outros o superem, estar sempre adiante em suas idéias, atividades e vivências. Segundo os dirigentes, essa deve ser a característica fundamental de um bibliotecário. (SILVA; MORIGI, 2008, p.13).

Carvalho e Almeida (2008) para fundamentar seu estudo sobre o bibliotecário e a prática da Medicina Baseada em Evidências – MBE, realizaram levantamento na literatura da área de Ciência da Informação sobre competências e habilidades profissionais e formularam o quadro apresentado na página 105 no qual

expõem algumas competências que consideram importantes para o desenvolvimento do bibliotecário no contexto contemporâneo:

QUADRO 31 – Competências e habilidades fundamentais ao bibliotecário na sociedade contemporânea com base na literatura analisada

Competências de Gestão	Competências Tecnológicas	Competências de Comunicação e Pedagógicas	Competências Sociais
Possui conhecimento do negócio da instituição e cria parcerias e alianças.	Possui capacidade para navegar nas redes de comunicação.	Oferece apoio e treinamento para os usuários da biblioteca ou serviço de informação quanto ao uso dos recursos e fontes de informação.	Possui visão globalizada e sistêmica.
Possui capacidade para formar e coordenar equipes.	Utiliza a tecnologia de informação apropriada para adquirir, organizar e disseminar a informação.	Possui capacidade de transferir conhecimento.	Possui pensamento visionário.
Desenvolve, gerencia e avalia recursos, fontes e serviços de informação.	Domina normas, formatos e métodos normalizados para descrição, apresentação e transmissão de dados.	Possui capacidade de interação interpessoal.	Constrói um ambiente baseado em respeito mútuo e confiança, respeitando e valorizando a diversidade.
Avalia as conseqüências do uso da informação e conduz estudos voltados para a solução de problemas de gestão da informação.		Possui capacidades lingüísticas.	Possui curiosidade e espírito de inovação.

Fonte: CARVALHO; ALMEIDA, 2008, p.5-6.

As competências abaixo, mencionadas nos PPCs analisados, demonstram que estes PPCs além de serem condizentes com as recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais estão em conformidade com as exigências do mundo do trabalho e com as orientações da literatura da área.

- pró-atividade,
- capacidade de comunicação,
- educação continuada,
- visão empreendedora,
- bom relacionamento interpessoal,
- competência informacional,
- capacidade de gerenciar,

- trabalho em equipe e
- capacidade lingüística.

No que diz respeito às competências técnico-científicas expressas nos PPCs dos cursos analisados percebemos que são similares às mencionadas por alguns autores da área. De acordo com Ponjuan Dante,

o profissional da informação, além de acompanhar a evolução científica, tecnológica e social, precisa ter um profundo conhecimento das fontes de informação. Os profissionais da informação são aqueles que estão vinculados profissional e intensivamente em qualquer etapa do ciclo da vida da informação e portanto, devem ser capazes de operar eficiente e eficazmente em todo os aspectos relativos a manipulação da informação nas organizações de qualquer tipo e nas unidades especializadas de informação. (PONJUAN DANTE, 2000, p.93).

Ainda neste sentido, Valentim (2004) defende que a atuação do bibliotecário na atualidade está voltada aos processos de geração, processamento e uso de dados, informação e conhecimento, visando o tratamento para interagir e agregar valor ao processo de tomada de decisão nas organizações. Assim, o bibliotecário deve somar competências, aliadas às tecnologias, ter a capacidade de entender a informação como recurso econômico estratégico e buscar interagir com outros profissionais, articulando o fluxo informacional em toda a organização.

Vale salientar que esta pesquisa não teve a pretensão de analisar a prática pedagógica dos cursos, mas o conteúdo expresso em seus projetos pedagógicos de curso. Neste sentido, acredita-se que, se for realizada pesquisa sobre o desenvolvimento pedagógico daqueles cursos, analisando os planos de ensino e as práticas didáticas, será possível visualizar outras características. Com tais informações poder-se-á confrontá-las com o discurso dos PPCs, verificando se são condizentes.

Conclui-se que os PPCs dos cursos de Biblioteconomia da Região Sul atendem às recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais. Contudo, é perceptível a cautela dos mesmos em acentuar características ao egresso com o intuito de promover uma formação específica. Os PPCs apresentam características semelhantes às propostas nas Diretrizes Curriculares Nacionais e não propõem características próprias às ênfases pretendidas aos cursos. Tal fato resulta na idéia de que os bibliotecários egressos de qualquer um dos cursos da Região Sul do

Brasil apresentam as mesmas características e formação, não havendo grandes especificidades entre os diferentes cursos da região.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar os projetos pedagógicos dos Cursos de Biblioteconomia das Instituições de Ensino Superior da Região Sul do Brasil à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais. Para tanto, foram analisados os PPCs das cinco universidades públicas da Região Sul, sendo: uma universidade do Estado do Paraná, UEL; duas universidades do Estado de Santa Catarina, UFSC e UDESC; e duas universidades do Estado do Rio Grande do Sul, UFRGS e FURG. Observa-se que os PPCs dos cursos destas universidades têm estrutura similar, o que facilitou a análise.

Ao longo do estudo, foi percebido que para alcançar os objetivos propostos, era necessário ampliar o foco de análise. Assim, além de verificar se as competências e habilidades sugeridas pelos cursos de Biblioteconomia da Região Sul do Brasil estão de acordo com as recomendações propostas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, foram analisadas as competências e habilidades propostas pelos cursos em relação àquelas sugeridas para o âmbito do Mercosul. Além disso, aqueles PPCs que apresentam sua matriz curricular de acordo com as áreas temáticas do Mercosul, também foram analisados a fim verificar se as competências e habilidades propostas eram condizentes com as ênfases pretendidas.

Neste sentido, em relação ao primeiro objetivo específico: **identificar se o perfil dos egressos definido nos PPCs dos cursos de Biblioteconomia das IES da Região Sul do Brasil atende às recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Biblioteconomia**, concluiu-se que o perfil de egresso proposto pelos cursos de Biblioteconomia dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul segue as recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais. Entretanto, o perfil proposto pelos cursos não se limita a estas diretrizes, apresentando outras características, tais como: pró-atividade, capacidade em atuar em diversos ambientes, capacitação para o exercício da cidadania, capacidade de comunicação e competitividade.

Em relação ao segundo objetivo específico: **verificar se as competências e as habilidades mencionadas nos PPCs dos cursos de Biblioteconomia das IES da Região Sul do Brasil atendem às recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Biblioteconomia**, a pesquisa permitiu

concluir que atendem a estas Diretrizes. Além disso, os cursos da UEL, da UFSC e da FURG seguem as recomendações do acordo do Mercosul, com relação às competências e habilidades desejáveis aos egressos dos cursos de Biblioteconomia pertencentes aos países membros deste Bloco.

No que se refere às competências e habilidades que os cursos da Região Sul pretendem desenvolver nos egressos, os resultados deste estudo vão ao encontro de trabalhos analisados na revisão da literatura sobre as competências e habilidades que o mundo do trabalho vem exigindo do profissional bibliotecário. (VALENTIM, 2000a, 2002, 2004; BORGES, 2004; CUNHA; CRIVELLARI, 2004, GUIMARÃES, 2004; JAMBEIRO e SILVA; 2004 e BARRETO, 2005; NASCIMENTO, 2006 entre outros). Assim, considera-se que os cursos de Biblioteconomia da Região Sul do Brasil estão formando profissionais aptos ao mundo do trabalho, isto é, com as seguintes características:

- capacidade de atuar nos diversos setores da sociedade;
- criatividade;
- ética profissional;
- postura crítica;
- aprimoramento contínuo;
- domínio das práticas de produção e difusão do conhecimento da área;
- postura investigativa e
- proficiência no exercício da profissão.

Tais características são bastante mencionadas na literatura da área, conforme comentado por Valentim:

para o terceiro milênio o profissional da informação deverá ser mais observador, empreendedor, atuante, flexível, dinâmico, ousado, integrador, proativo e principalmente mais voltado para o futuro. A formação, portanto, deve estar voltada para a obtenção de um profissional que atenda essas características. (VALENTIM, 2000a, p. 23)

O terceiro objetivo específico, **comparar os perfis, as competências e habilidades dos formandos propostas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Biblioteconomia das Instituições de Ensino Superior da Região Sul do Brasil**, permitiu perceber que os cursos analisados apresentam semelhanças no que tange as características do egresso que pretendem formar, não possibilitando a formação de perfis profissionais diferenciados na Região Sul do Brasil.

Assim, tendo sido alcançados os objetivos específicos, pode-se afirmar que o objetivo geral deste estudo, **analisar os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Biblioteconomia das Instituições de Ensino Superior da Região Sul do Brasil à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais**, foi também alcançado.

A pergunta de pesquisa: **os projetos pedagógicos de cursos de Biblioteconomia das Instituições de Ensino Superior da Região Sul do Brasil estão de acordo com as recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Biblioteconomia?**, foi respondida. Os cursos de Biblioteconomia dos Estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul utilizaram as recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Biblioteconomia no Brasil como referência para a elaboração de seus PPCs.

Para dar continuidade a este estudo, é interessante realizar estudos semelhantes em outras regiões do Brasil. Isto possibilitaria uma comparação das diferentes regiões brasileiras. Além disso, como mencionado anteriormente, uma análise das práticas pedagógicas dos cursos da Região Sul poderá enriquecer este estudo, uma vez que será possível verificar se o conteúdo expresso nos PPCs condiz com a realidade em sala de aula.

Por fim, espera-se que os resultados apresentados neste estudo possam contribuir para pesquisas que abordem esta temática e sejam incentivadores de novas análises relativas ao ensino de Biblioteconomia no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, A. The system of professions: an essay on the division of expert labor. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

ABECIN. (Re)Construção das práticas pedagógicas no processo de ensino-aprendizagem em Ciência da Informação. In: Oficina Pedagógica – Região Sudeste. Rio de Janeiro, 2004. 27p. Disponível em: <<http://abecin.org.br>>. Acesso em: 20 jun. 2007.

ABECIN. I Seminário pedagógico ABECIN: Gestão da Informação. In: I Seminário Pedagógico ABECIN, sobre “Gestão da Informação”. Belo Horizonte, 2003. 50p. Disponível em: <<http://abecin.org.br>>. Acesso em: 20 jun. 2007.

ABECIN. Quem somos. Disponível em: <<http://abecin.org.br>>. Acesso em: 04 mar. 2009.

ABECIN/FORGRAD. Projeto pedagógico e avaliação da graduação: referências para a renovação e resignificação do ensino em Biblioteconomia/Ciência da Informação. In: Oficina Regional de Trabalho de São Paulo. São Paulo, 2001. 29p. Disponível em: <<http://abecin.org.br>>. Acesso em: 20 jun. 2007.

ABECIN. Avaliação da graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação: bases conceituais, metodológicas e princípios do processo educativo. In: Oficina Regional de Trabalho Sudeste/Centro-Oeste. Vitória, 2002a. 20 p. Disponível em: <<http://abecin.org.br>>. Acesso em: 20 jun. 2007.

ABECIN. Diretrizes para a construção de indicadores de qualidade para a avaliação de cursos de graduação de Biblioteconomia/Ciência da Informação. In: Oficina Regional de Trabalho Sul/São Paulo. Florianópolis, 2002b. 32p. Disponível em: <<http://www.abecin.org>>. Acesso em: 20 jun. 2007.

ABECIN. Avaliação do processo formativo da área de Biblioteconomia/Ciência da Informação: documento referencial. In: Oficina Regional de Trabalho Norte/Nordeste. Fortaleza, 2002c. 23p. Disponível em: <<http://abecin.org.br>>. Acesso em: 20 jun. 2007.

ALBAGLI, S. Novos espaços de regulação na era da informação e do conhecimento. In: LASTRES, H.; ALBAGLI, S. (org.). Informação e globalização na era do conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, 1999. cap. 10, p. 290-313.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Formação, formatação: profissionais da informação produzidos em série. In: VALENTIM, M. L. P. (org.). Formação do profissional da informação. São Paulo: Polis, 2002. p. 133-148.

ALMEIDA JUNIOR, O. F. de. Profissional bibliotecário: um pacto com o excludente. In: BAPTISTA, S. G.; MUELLER, S. P. M. (Orgs.). Profissional da informação: o espaço de trabalho. Brasília, DF: Thesaurus, 2004, p.71-86. (Estudos avançados em ciência da informação, v.3).

ARANHA, M. L. de A. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil. 3. ed. rev. São Paulo: Moderna, 2006.

ARRUDA, M. da C. C.; MARTELETO, R. M.; SOUZA, D. B. de. Educação, trabalho e o delineamento de novos perfis profissionais: bibliotecário em questão. Ciência da informação, Brasília, v. 29, n. 3, p.14-24, set./dez. 2000.

BAPTISTA, S. G. Profissional da informação, autônomo ou empresário, novas perspectivas de mercado de trabalho. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 5, n.1, p. 91-98, jan./jun. 2000.

BARBALHO, C. R. S. Competência e grupo de pesquisa: constituição de sua avaliação no Núcleo de Estudo e Pesquisa em Ciência da Informação da UFAM. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006. Anais... Marília: UNESP, 2006. Disponível em: <www.portalppgci.marilia.unesp.br?enancib.br/>. Acesso em: 11 nov. 2008.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARRETO, A. M. O fator humano e o desenvolvimento de competências nas unidades de informação. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v.10, n. 2, jul./dez. 2005.

BARROS, A. de J. P. de.; LEHFELD, N. A. de S. Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica. São Paulo: Makron Books, 2005.

BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, M. A. G. A compreensão da sociedade da informação. Ciência da Informação, Brasília, v. 29, n. 3, p. 25-32, set./dez. 2000.

BORGES, M. A. G. O profissional da informação: somatório de formações, competências e habilidades. In: BAPTISTA, S. G.; MUELLER, S. (org). Profissional da informação: o espaço de trabalho. Brasília: Thesaurus, 2004.

BRASIL. Constituição (1946). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 18 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 23 fev. 2009.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm>. Acesso em: 23 fev. 2009.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial de União, Brasília, v.134, n.248, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 30 abr. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Superior. Edital n.4/97. Brasília: MEC/SESu, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Superior. Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Biblioteconomia. Brasília: MEC/SESu, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações - CBO2002. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/index.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2009.

BUFREM, L. S.; PEREIRA, E. C. Os profissionais da informação e a gestão de competências. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 9, n.2, jul./dez. 2004.

BURKE, P. Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CALDIN, C. F. et al. Os 25 anos do ensino de Biblioteconomia na UFSC. Encontros Bibli: revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 4, n. 7, 1999.

CARNEIRO, M. A. LDB fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. 11.ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2004.

CARVALHO, K. de; ALMEIDA, M. da G. G. Novos caminhos para o profissional da informação bibliotecário: competências, habilidades e a MBE. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <<http://www.enancib2008.com.br/>>. Acesso em: 15 fev. 2009.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. v1: A era da informação: a economia, sociedade e cultura.

CASTRO, A. C. História da Biblioteconomia brasileira. Brasília, DF: Thesaurus, 2000.

CASTRO, A. C. Histórico da evolução curricular na área d Biblioteconomia no Brasil. In: VALENTIM, M. L. P. (org.). Formação do profissional da informação. São Paulo: Polis, 2002.

CIDRAL, A.; KEMEZINSKI, A.; ABREU, A. F. A Abordagem por competências na definição do perfil do egresso de curso de graduação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA - COBENGE, 24., Porto Alegre, 2001. Anais... Porto Alegre, 2001. Disponível em: <www.pp.ufu.br/Cobenge.2001/titulos.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2007.

CLAXTON, G. A era da incerteza: por que o potencial de aprendizagem importa agora? In: _____. O desafio de aprender ao longo da vida. Porto Alegre: Artmed, 2005. cap. 15. p.177-184.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (Brasil). Histórico: a Biblioteconomia no Brasil. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/html/historico/historico_02.asp>. Acesso em: 16 mar. 2009.

CUNHA, M. V. da et al. O bibliotecário formado pela Universidade Federal de Santa Catarina: perfil profissional. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 182-195, jul./dez. 2004.

CUNHA, M. V. da. O papel social do bibliotecário. Encontros Bibli: revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. 15, 2003.

CUNHA, M. V. da. O profissional da informação: formação e mercado de trabalho-1 (revisão de literatura). São Paulo: APB, 2000. (Ensaio APB, 82).

CUNHA, M. V. da.; CRIVELLARI, H. M. T. O mundo do trabalho na sociedade do conhecimento e os paradoxos das profissões da informação. In: VALENTIM, M. L. P. (org.). Atuação profissional na área de informação. São Paulo: Polis, 2004. p. 39-54.

DE MASI, D. O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

DELORS, J. et al. Educação: um tesouro a descobrir. 4.ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC, 2000.

DIAS, A. C. O ensino da Biblioteconomia no Brasil. Rio de Janeiro: IPASE, 1955.

DOWBOR, L. O que acontece com o trabalho? São Paulo: Senac, 2002.

ENCUENTRO DE DIRECTORES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 2, 1997, Buenos Aires. Programa... Buenos Aires, 1997.

ENCUENTRO DE DIRECTORES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 4, 2000, Montevideo. Programa... Montevideo, 2000. Disponível em: <www.abecin.org.br> Acesso em: 30 ago. 2006.

FEBAB. FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. Informações em geral e histórico da organização. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/>>. Acesso em: 16 mar. 2009.

FIGUEIREDO, E. S. A. de. Reforma do ensino superior no Brasil: um olhar a partir da história. Revista da UFG, Goiânia, v. 7, n.2, dez. 2005. Disponível em: <http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/45anos/C-reforma.html>. Acesso em 10 jan. 2009.

FREIDSON, E. Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política. São Paulo: USP, 1998.

FRISCKNECHT, I. et al. Avaliação do conhecimento do corpo docente do ensino superior a respeito de documentos gerenciais e pedagógicos estratégicos. Disponível em: < http://home.furb.br/ivens/PPP_01/index.htm>. Acesso em: 05 mar. 2009.

FURG. Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Projeto político pedagógico do curso de Biblioteconomia da FURG. Rio Grande, 2006.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GONSALVES, E. P. Iniciação à pesquisa científica. 3. ed. Campinas: Alínea, 2005.

GUIMARÃES, J. A. C. Ensino de Biblioteconomia no Brasil: uma perspectiva histórica nos encontros nacionais promovidos pela ABEDB. Cadernos da FFC, v.4, n.1, p.61-81, 1995.

GUIMARÃES, J. A. C. Estudos curriculares em Biblioteconomia no Mercosul: reflexões sobre uma trajetória. In: VALENTIM, M. L. P. (org.). Formação do profissional da informação. São Paulo: Polis, 2002.

GUIMARÃES, J. A. C. Moderno profissional da informação: elementos para sua formação no Brasil. Transinformação, Campinas, v. 9, n. 1, jan./abr. 1997.

GUIMARÃES, J. A. C. O profissional da informação sob prisma de sua formação. In: VALENTIM, M. L. P. (org.). Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000.

GUIMARÃES, J. A. C. Profissional da Informação: desafios e perspectivas para sua formação. In: BAPTISTA, S. G., MUELLER, S. (org.). Profissional da informação: o espaço de trabalho. Brasília: Thesaurus, 2004.

GUIMARÃES, J. A. C.; DANUELLO, J. C.; MENEZES, P. J. Formação para a atuação profissional em organização de conteúdos informacionais: uma análise das bases teórico-pedagógicas dos cursos de Biblioteconomia do Mercosul. In: VALENTIM, M. L. P. (org.). Atuação profissional na área de informação. São Paulo: Polis, 2004. 167-187 p.

GUIMARÃES, J. A. C.; RODRIGUES, M. E. F. A dimensão pedagógica da pesquisa nos cursos de Biblioteconomia do Mercosul: reflexões sobre uma trajetória de harmonização curricular. Cadernos BAD, Lisboa, n. 1, 2003, p. 52-73.

ISAMBERT-JAMATI, V. Saberes e competências: o uso de tais noções na escola e na empresa. In: ROPÉ, F.; TANGUY, L. (orgs). Saberes e competências: o uso de tais noções na escola e na empresa. Campinas: Papirus, 1997.

JAMBEIRO, O.; SILVA, H. P. da. A informação e suas profissões: a sobrevivência ao alcance de todos. Data Grama Zero, Rio de Janeiro, v.5, n.4, ago. 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago04/Art_03.htm>. Acesso em: 15 fev. 2008.

MAGALHÃES, S. et al. Desenvolvimento de competências: o futuro agora! Treinamento & Desenvolvimento, São Paulo, p. 12-14, jan. 1997.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARQUES, I. da C. Desmaterialização e trabalho. In: LASTRES, H.; ALBAGLI, S. (org.). Informação e globalização na era do conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, 1999. cap. 8, p. 191-215.

MARTIN, W. J. The global information society. London: ASLIB, 1995.

MINAYO, M. C. de S. (org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2005.

MUELLER, S. (org). Profissional da informação: o espaço de trabalho. Brasília: Thesaurus, 2004.

MUELLER, S. P. M. Avaliação do estado da arte da formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Brasília: IBICT, 1988.

MUELLER, S. P. M. Perfil do bibliotecário, serviços e responsabilidades na área de informação e formação profissional. Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília, v. 17, n. 1, p. 63-70, jan./jun. 1989.

MUELLER, S. P. M. Uma profissão em evolução: profissionais da informação no Brasil sob a ótica de Abott – proposta de estudo. In: BAPTISTA, S. G.; MUELLER, S. (org). Profissional da informação: o espaço de trabalho. Brasília: Thesaurus, 2004.

NASCIMENTO, L. M. F. do. Gestores de pessoas: os impactos das transformações no mercado de trabalho. Rio de Janeiro: Qualitymark. 2006.

PARDINI, M. A.; BRAGA, M. F.; SOUZA; M. A. de. Bibliotecários criativos podem gerar talentos e superar desafios no novo milênio. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00000760/01/T107.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2009.

PAZ-KLAVA, C. R.; MORAES, M. COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS. 2005. (material didático).

PEREIRA, J. C. de A. Globalização do trabalho: desafios e perspectivas. Curitiba: Juruá, 2004.

PERRENOUD, P. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PONJUAN DANTE, G. Perfil del profesional de información del nuevo milenio. In: VALENTIM, L. M. (org.). Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000.

REHEM, C. M. O professor da educação profissional: que perfil corresponde aos desafios contemporâneos? Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, jan./abr. 2005.

ROBREDO, J. Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação. Brasília: Thesaurus, 2003.

ROBREDO, J.; CUNHA, M. B. da. Documentação de hoje e de amanhã: uma abordagem informatizada da biblioteconomia e dos sistemas de informação. 2. ed. rev. e ampl. Brasília: Ed. do Autor, 1986.

RODRIGUES, M. E. F. A pesquisa como princípio educativo na formação do profissional da informação. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). Formação do profissional da informação. São Paulo: Polis, 2002.

SANTOS, J. P. O moderno profissional da informação: o bibliotecário e seu perfil face aos novos tempos. Informação e Informação, Londrina, v. 1, n. 1, p. 5-13, jan./jun., 1996.

SANTOS, J. P. Reflexões sobre currículo e legislação na área de Biblioteconomia. Porto Alegre: ABEED, 1998. (Documentos ABEED, 14). Disponível em: <<http://www.abecin.org.br/portal/abecin/main.php?sl=docabd>>. Acesso em: 05 maio 2006.

SANTOS, P. L. V. A. da. C. As novas tecnologias na formação do profissional da informação. In: VALENTIM, M. L. P. (org.). Formação do profissional da informação. São Paulo: Polis, 2002.

SILVA, C. M. T. de S. C. da; ARRUDA, G. M. A formação do profissional de Biblioteconomia frente às novas tendências do mercado globalizado. Encontros Bibli: revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação, n.6, set. 1998.

SILVA, E. L. da; CUNHA, M. V. da. A formação profissional no século XXI: desafios e dilemas. Ciência da Informação, Brasília, v. 31, n. 3, p. 77-82, set./dez. 2002.

SILVA, M. L. da; MORIGI, V. J. Representações das práticas e da identidade profissional dos bibliotecários no mundo contemporâneo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <<http://www.enancib2008.com.br/>>. Acesso em: 15 fev. 2009.

SMIT, J. W.; BARRETO, A. Ciência da Informação: base conceitual para a formação do profissional. In: VALENTIM, M. L. P. (org.). Formação do profissional da informação. São Paulo: Polis, 2002.

SOUSA, O. C. de. Aprender e ensinar: significados e mediações. In: TEODORO, A.; VASCONCELOS, M. L. (org.). Ensinar e aprender no ensino superior: por uma epistemologia da curiosidade na formação universitária. 2.ed. São Paulo: Editora Mackenzie; Cortez, 2005. Cap. 2. p.35-60.

SOUZA, F. das C. de. Modernização e Biblioteconomia nova no Brasil. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina/ Centro de Ciências da Educação/ Núcleo de Publicações, NUP, 2003.

SOUZA, F. das C. de. O ensino de Biblioteconomia no contexto brasileiro. Florianópolis: Ed. UFSC, 1990.

SOUZA, F. das C. de. O nome profissional bibliotecário no Brasil: o efeito das mudanças sociais e econômicas dos últimos anos do século XX. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, n.18, p.90-106, 2. sem. 2004. Disponível em: <<http://www.encontros-bibli.ufsc.br>>. Acesso em: 12 dez 2008.

SOUZA, K. M. L. et al. Competência: diferentes abordagens e interpretações como estímulo à Ciência da Informação. In: SEMINARIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15., 2008. Anais... São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/index.php>>. Acesso em: 16 mar. 2009.

SOUZA, P. N. P. de. LDB e educação superior: estrutura e funcionamento. São Paulo: Pioneira, 1997.

SVEIBY, K. A nova riqueza das organizações. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TARAPANOFF, K. Sociedade da informação e inteligência em unidades de informação. Ciência da Informação, Brasília, v. 29, n. 3, p. 91-100, set./dez. 2000.

TARGINO, M. G. Quem é o profissional da informação? Transinformação, Campinas, v. 12, n. 2, p. 61-69, jul/dez. 2000.

TOBIAS, J. A. História de educação brasileira. 3. ed. São Paulo: IBRASA, 1986.

UDESC. Universidade do Estado de Santa Catarina. Curso de Biblioteconomia : habilitação em Gestão da Informação. Florianópolis, 2007.

UEL. Universidade Estadual de Londrina. Resolução CEPE nº25/2005. Londrina, 2005.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Projeto político pedagógico do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Curso de Biblioteconomia da UFRGS: currículo 2000. Porto Alegre, 2000.

VALENTIM, M. L. P. Atuação e perspectivas profissionais para o profissional da informação. In: VALENTIM, M. L. P. (org.). Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000a.

VALENTIM, M. L. P. Equipes multidisciplinares na gestão da informação e conhecimento. In: BAPISTA, S. G.; MULLER, S. P. M. (org.). Profissional da informação: o espaço de trabalho. Brasília: Thesaurus, 2004.

VALENTIM, M. L. P. Formação: competências e habilidades do profissional da informação. In: VALENTIM, M. L. P. (org.). Formação do profissional da informação. São Paulo: Polis, 2002.

VALENTIM, M. L. P. Profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional. In: VALENTIM, M. L. P. (org.). Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000b.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em Administração. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

ZABALZA, M. A. A universidade: cenário específico e especializado de formação. In: _____. O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas. Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2004. Cap. 1. p.19-66.

ZARIFIAN, P. Objetivo competência: por uma nova lógica. São Paulo Atlas, 2001.